

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia



JULIO BENTIVOGLIO

PATRÍCIA MERLO

Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

História
Licenciatura

Não é possível fazer história sem o recurso ao aparato teórico, conceitual e metodológico produzido ao longo do tempo. São eles que permitem o diálogo entre o passado e o presente, bem como a mediação necessária para se realizar a crítica documental que integra teoria e prática. Sem essas ferramentas e a clareza sobre seu significado e manejo, não é possível conhecer plenamente ou mesmo utilizar o grande manancial de saberes produzidos pela historiografia. Acreditamos que este livro ajudará na compreensão dos principais debates que informam o estado da disciplina histórica, assim como o significado da teoria da história enquanto um conjunto de princípios orientadores da própria produção do campo. De fato, esses bastidores da história, sua factibilidade, sua orientação epistemológica, assim como o recurso aos aparatos conceituais, entre outros aspectos, integram um instrumental obrigatório para aqueles que pretendem se dedicar ao ofício de ensinar, pesquisar e aprender história.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância

TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA

Fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia

Julio Bentivoglio
Patrícia Merlo

Vitória
2015

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

**Diretoria de Educação a Distância
DED/CAPES/MEC**

Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

**Secretária de Ensino a
Distância – SEAD**

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Teresa Cristina Janes Carneiro

**Coordenadora Adjunta UAB
da UFES**

Maria José Campos Rodrigues

**Diretor do Centro de Ciências
Humanas e Naturais (CCHN)**

Renato Rodrigues Neto

**Coordenador do Curso de
Licenciatura em História**

Geraldo Antonio Soares

Revisora de Conteúdo

Adriana Pereira Campos

Revisora de Linguagem

Fernanda Scopel

Design Gráfico

Laboratório de Design Instrucional - SEAD

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514

CEP 29075-910, Goiabeiras

Vitória – ES

(27) 4009-2208

Laboratório de Design Instrucional (LDI)**Gerência**

Coordenação:

Letícia Pedruzi Fonseca

Equipe:

Giulliano Kenzo Costa Pereira

Patrícia Campos Lima

Diagramação

Coordenação:

Geyza Dalmásio Muniz

Equipe:

Jéssica Serafim

Ilustração

Coordenação:

Priscilla Garone

Equipe:

Hugo Bernardino

Impressão

Tavares&Tavares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B476t Bentivoglio, Julio César.
Teoria e metodologia da história : fundamentos do conhecimento histórico e da
historiografia / Julio Bentivoglio, Patrícia Merlo. - Vitória : Universidade Federal do Espí-
rito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2014. Reimpressão 2015.
171 p. : il. ; 22 cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-63765-22-2

1. História. 2. História – Metodologia. 3. Historiografia. I. Merlo, Patrícia M. S. II. Título.







CDU: 930.2



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	05
	CAPÍTULO Tempo, sociedade e historicidade: a complexa relação passado-presente-futuro	11
	CAPÍTULO Fazer história e escrever a história: para que serve a história?	31
	CAPÍTULO Origens do conhecimento histórico: da história <i>magistra vitae</i> e erudita à história romântica dos modernos	55
	CAPÍTULO A história como ciência: o historicismo alemão, a escola metódica francesa e a história quantitativa anglo-saxã	81
	CAPÍTULO Os grandes paradigmas: Marxismo e Escola dos Annales	103
	CAPÍTULO Crise da história ou desafios da pós-modernidade: desconstruindo o cronótopo moderno de História	135
	REFERÊNCIAS	161

APRESENTAÇÃO

Olá! Sejam bem-vindos! Neste livro vocês entrarão em contato com um campo que conheceu uma enorme expansão a partir do século 19: a teoria da história. Embora possamos encontrar fundamentos das reflexões sobre a natureza do conhecimento histórico ou das narrativas históricas em Aristóteles, Luciano de Samósata, Chladenius ou Voltaire, foi somente a partir do século 19 que surgiram estudos mais sistemáticos sobre a essência do fazer historiográfico.

No Brasil só muito recentemente a teoria da história conheceu maior expansão nos departamentos de História das universidades. Vale lembrar o debate pioneiro feito por Maria Beatriz Nizza da Silva na USP, durante os anos 1970, que resultaram num primeiro livro que apresentava o estado da arte, publicado em 1976. Até então, o assunto era visto como periférico, sem grande importância; as discussões no campo eram muito mais em torno de metodologia, de procedimentos de seleção, crítica e análise das fontes que em torno da reflexão epistemológica. Foi somente com a crise do marxismo e também com a chamada crise da história vivenciada no debate sobre a questão da narrativa e do problema levantado com o revisionismo e o relativismo históricos, a partir dos anos 1980, que os brasileiros começaram a se dar conta da importância das reflexões sobre teoria e metodologia na História.

De um modo geral, a teoria da história abarca o conjunto de estudos que são feitos sobre: a própria teoria ou também rubricados como epistemologia, a metodologia ou referentes aos métodos usados na pesquisa histórica, assim como a filosofia da história que pauta o debate em torno do sentido da história, a memória e suas complexas relações com a história, a narrativa ou a escrita da história, a historiografia ou a história da história e, por fim, uma área que recentemente tem sido defendida por alguns estudiosos, a chamada cultura histórica.

Foi na Alemanha, a partir das reflexões de Wilhelm von Humboldt, Barthold Niebuhr, Leopold von Ranke e Johann G. Droysen que a teoria da história conheceu enorme desenvolvimento. Ou seja, aqueles estudiosos vinculados a uma matriz disciplinar, o historicismo, foram responsáveis por responder a perguntas difíceis como: o que é a história? Qual é o fundamento do método histórico? Qual a relação entre o passado e o presente? Como devem ser escritas as histórias? A história pode ser uma ciência? De lá para cá o campo conheceu enormes avanços e passou, inclusive, a ser objeto de estudo por parte dos historiadores.

Das questões inicialmente postas, novas questões não menos importantes tem sido lançadas e continuam alimentando as reflexões e os estudos devotados à teoria da história. Dentre elas, como o problema da relação passado-presente-futuro, da consciência histórica, das representações, da complexidade da evidência histórica, da historicidade, da emergência dos grandes modelos explicativos durante o século 20 ou ainda a chamada crise da história com o advento da pós-modernidade. Buscaremos apresentar ao longo do texto os principais debates, autores e obras que marcaram a trajetória dessa disciplina tão essencial ao entendimento do conhecimento histórico.

O arcabouço teórico encontra-se muitas vezes invisível nos livros de história que lemos. Para os leigos ou para aqueles que se iniciam nos estudos históricos, nem sempre é evidente o

aparato teórico-metodológico mobilizado pelos historiadores. Segundo Michel de Certeau, contudo, aquele aparato é parte integrante e esclarecedora da chamada operação historiográfica. Em texto sobre o tema, Certeau procura historicizar a própria história, mostrando como ela é produzida. Segundo ele, somente é possível entender como a história é fabricada se considerarmos: o lugar social do historiador, as práticas e o instrumental teórico-metodológico adotado e, por fim, as operações em torno de sua escrita e difusão. Ou seja, é como se a teoria fosse um fundamento, ou uma estrutura profunda que perpassa o texto histórico, que marcaria seu ponto de partida: a escolha do objeto, sua análise por meio de ferramentas analíticas e, por fim, a própria elaboração da narrativa que apresenta os resultados desse estudo, seja numa obra, seja num artigo científico. Esses bastidores da História, sua factibilidade, sua orientação epistemológica, o recurso aos aparatos conceituais, entre outros aspectos, integram um instrumental obrigatório para aqueles que pretendem se dedicar ao ofício de ensinar, pesquisar e aprender história.

É por isso que vocês serão familiarizados com os recentes debates epistemológicos no campo, mas também verão suas principais mudanças advindas desde os anos 1960 com o surgimento de novos objetos, métodos, abordagens e linguagens por parte dos historiadores, sobretudo diante das recentes viradas: linguística, culturalista, narrativista e ética. Assim, a partir dos grandes debates ocorridos, principalmente na França e nos Estados Unidos, quando antropólogos, linguistas, semiólogos e filósofos colocaram em xeque alguns fundamentos da validade do conhecimento histórico, será possível entender melhor o caráter da história e de seus desafios neste início de século 21. Assim como acompanhar a recepção deste amplo debate no Brasil.

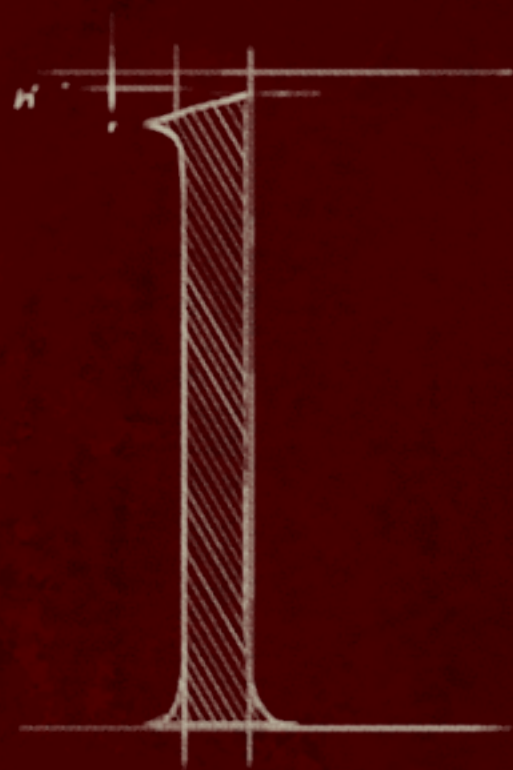
É importante que você tenha uma visão clara dos objetivos que desejamos atingir com o estudo da disciplina Teoria da História I. Não deixe de ler os artigos e obras indicados, para o aprofunda-

mento dos conteúdos e uma melhor participação dos debates no ambiente virtual. Sua dedicação e desempenho são fundamentais para sua aprendizagem e farão a diferença quando forem colocar em prática aquilo que aprenderam. Lembre-se de que não é possível fazer história sem o recurso ao aparato teórico, conceitual e metodológico produzido ao longo do tempo. São eles que permitem o diálogo entre o passado e o presente, bem como a mediação necessária para se realizar a crítica documental, que integra teoria e prática. Sem essas ferramentas ou clareza sobre seu significado e manejo, não é possível conhecer plenamente ou usar na prática o grande manancial de saberes produzidos pela historiografia.

No fim de sua graduação, espera-se que seja capaz de compreender os principais debates que informam o estado da disciplina histórica, que compreenda o significado da teoria da história como um conjunto de princípios orientadores da própria produção da história. É isso que confere à história seu caráter científico, nos moldes estabelecidos entre os séculos 19 e 20. Do mesmo modo, compreender que a escolha das fontes determina boa parte das respostas a serem dadas em uma determinada pesquisa. Ou ainda, que o que chamamos contexto é uma construção elaborada pelos historiadores, visto que não necessariamente traduz em sua totalidade uma realidade passada.

Diante das incertezas, do aperfeiçoamento, das constantes revisões e da reelaboração permanente da própria história, bem como da relação muitas vezes tensa ou ameaçadora estabelecida com a memória, cada vez mais se torna patente a necessidade de se conhecer o horizonte teórico do conhecimento histórico e seus principais debates, que conferem uma base de onde se erigem, se disseminam e de onde avançam os estudos históricos. Boa leitura e bom aprendizado!

Na oportunidade, gostaríamos de agradecer a leitura e a colaboração dada ao texto, durante as discussões para sua confecção, pelos mestres: Thiago Vieira de Brito e Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. Sem vocês não seria possível ver vicejar o bom debate sobre o campo aqui na UFES. Sem as nossas discussões o ânimo, sem dúvida, não seria o mesmo. Somos poucos trabalhando no campo, mas não estamos sozinhos. Também à Bruna Breda Bigossi, pela colaboração. Mencionamos ainda amigos generosos de jornada, cujo diálogo pontual e enriquecedor nos faz seguir avançando em resultados e debates profícuos junto à teoria e metodologia da História: Cristiano Arrais e Alexandre Avelar. E por fim, registramos um agradecimento especial, não somente pela leitura e sugestões feitas ao manuscrito, mas, sobretudo, pela companhia sempre oportuna, pela amizade de todas as horas e circunstâncias devotadas aos autores: Adriana Pereira Campos.



TEMPO, SOCIEDADE E HISTORICIDADE: a complexa relação passado-presente-futuro

TEMPO, TEMPORALIDADE, HISTORICIDADE E HISTÓRIA

Muitas pessoas têm uma compreensão *naturalizada* da história, como se esta fosse o passado ou ainda o estudo dos homens no passado. A rigor, em praticamente todas as sociedades, o passado é, em maior ou menor grau, um objeto de reflexão. Cultuar o tempo imemorial dos deuses e da formação do mundo, conhecer e lembrar os feitos notáveis dos heróis, vislumbrar os acontecimentos que marcaram a trajetória de uma sociedade, saber das origens de algo, tomar contato com a constituição dos objetos que nos cercam, entre outras, são características que expressam a importância do conhecimento sobre o passado e, por conseguinte, colocam-nos diante da questão do tempo para a história. As sociedades do oriente próximo desenvolveram, a partir da escrita, a capacidade de *registrar* dados, eventos ou dinastias e, desde então, a possibilidade desse registro e de sua consulta motivou a escrita de narrativas sobre o passado. Assim, cronologias e genealogias formaram a base de narrativas envolvendo a relação passado-presente na Antiguidade. E foram também uma primeira tentativa de registrar e contabilizar o tempo. Nem todas as sociedades possuem essa mesma preocupação, não são poucos os chamados povos indígenas que não se importam em registrar os feitos ou as ocorrências vivenciadas por eles ou seus ancestrais, como, por exemplo, os índios Botocudos brasileiros.

Foi, contudo, entre os gregos que a preocupação com o tempo e, principalmente, a reflexão



FIGURA 1: Tablet Escrita Cuneiforme - Mesopotâmia 3 500-1 500 a.C.



FIGURA 2: O Papiro Edwin Smith (século XVI a.C.) descreve a anatomia e tratamentos médicos egípcios e está escrito em hierática.

sobre as ações humanas no passado ganharam importância. Narrar as grandes realizações dos helenos para assim evitar que caíssem no esquecimento é uma das preocupações centrais dos primeiros historiadores, dentre eles Heródoto e Tucídides. Naquele momento ficava claro que havia uma separação entre o passado e o presente, fugaz, mas perceptível, visto que a compreensão maior da temporalidade entre os gregos expressava um modelo cíclico, portanto de eterno retorno. Tudo torna a ser o que era, ou seja, a história é repetição das estações, do trabalho, das guerras, da vida. Até o tempo imemorial e mítico dos deuses apresentava-se imóvel, por ser constantemente atualizado pelos rituais.

O historiador José Carlos Reis¹ analisou em exaustão a questão do tempo na história. De um modo geral, pode-se dizer que existiria um tempo cronológico, construído em torno de convenções e de uma referência que é a medida da volta da terra em torno do sol ou do giro da terra em torno de si mesma. Essa convenção, desenvolvida na era moderna, serve para computar esse tempo cronológico baseado em um calendário solar, típico da civilização ocidental. Diferentemente de árabes, chineses ou maias, por exemplo, que seguem um calendário lunar, que, por conseguinte, possui um cômputo diferenciado para as semanas, meses e anos. Ao lado do tempo cronológico haveria outro, o tempo, humano, que expressa aspectos biológicos e cognitivos do desenvolvimento dos indivíduos e que incorpora marcas de subjetividade, uma

1 José Carlos Reis é historiador e filósofo, licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1981), mestre em Filosofia (1987), licenciado e doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica, 1992), pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 1997), pós-doutor pela Université Catholique de Louvain (Bélgica, 2007). Atualmente é professor associado do Departamento de História da UFMG. Além de artigos em revistas especializadas de história e filosofia, já publicou vários livros, entre os quais: *Nouvelle Histoire e o tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel* (Annablume, 2008), *História, a ciência dos homens no tempo* (Eduel, 2010 [Papirus, 1994]), *Escola dos Annales, a inovação em história* (Paz e Terra, 2000), *As identidades do Brasil – De Varnhagen a FHC* (FGV, 9. ed., 2007).

vez que se baseia em experiências e vivências individuais, em eventos importantes para aquele sujeito e que não necessariamente coincide com o tempo da sociedade. Por fim, haveria ainda o *tempo histórico*, no qual o presente se coloca em contato com o passado, narrando-o e analisando-o, ligando experiências do passado com experiências do presente. Esse tempo histórico seria quase um terceiro tempo, supra-histórico. Ler um livro de história é um modo de acionar esse tempo que se preserva, colocando-nos em contato com o passado.



FIGURA 3:
Relógio Solar.



FIGURA 4:
Calendário Maia

De uma marcação que acompanhava, muitas vezes, o nascer e o pôr do sol, lentamente o tempo passou a ser disciplinado e racionalizado. Foi, sobretudo, dentro de mosteiros que o tempo passou a orientar e controlar o ritmo da vida cotidiana (LE GOFF, 1960). Não foram poucos os filósofos que se dedicaram a pensar o problema do tempo, entre eles Parmênides, Aristóteles, Santo Agostinho, Newton, Kant, Hegel, Marx, Heidegger, Bergson e Ricoeur. Nos estudos mais recentes, há uma predominância da textualização do tempo, ou seja, o uso da linguagem fazendo aparecer o tempo. Termos como duração, transcurso, mudança, permanência, instante, ontem, hoje, amanhã, continuidade, sucessão, interrupção etc. revelam uma relação entre o ser e o tempo, mediada pela linguagem. Sem ela, o tempo pode até ser percebido, mas não é significado. Nascer, crescer, transformar-se, acidentar-se ou morrer, eventos físicos por excelência, de algum modo são percebidos na temporalidade e inscrevem marcas no ser, que, ao longo da existência, foi criando formas para identificá-las ou compreendê-las.



FIGURA 5: Calendário Medieval, séc. XV.

Na experiência temporal, o passado é o que já foi, o que não é, o que não está. O presente é o momento da ação, do pensamento,

aquilo que é e está. Segundo Reis, “o presente é o que está diante de mim, iminente, urgente, sem atraso” (2013, p. 30). Transitório, o presente é a parte mais volátil do tempo, mais transitória, pois é nela que são produzidas as ações ou produzidos os vestígios que vão ser incorporados ao passado. O futuro seria o espaço da expectativa, diante do que ainda não foi ou não é.

Dependendo da parte que predomina, tem-se um tipo de representação da orientação/direção/sentido do tempo: a) *linear*: o passado precede o presente, que precede o futuro; b) *teleológico*: o futuro é primeiro e organiza o passado e o presente, pois é nele que estes têm seu fim [...]; c) *presentista*: o presente predomina na atitude do *carpe diem* ou no desejo de ascensão espiritual à eternidade do instante [...]; d) *ramificada*: cada presente abre o futuro como possibilidades diversas, oferecendo ao sujeito a liberdade de escolha da ruptura ou direcionamento do passado; e) *concêntrica*: para Heidegger, não há assimetria entre passado e futuro, mas unidade articulada do futuro passado no presente: “um futuro que torna o presente o processo de ter sido (REIS, 2013, p. 32).

Alguns aspectos se destacam com relação a essa questão do tempo para a história. O primeiro diz respeito à permanência e à duração dos fenômenos históricos, das sociedades e das práticas e tradições humanas. O segundo refere-se à mudança, como uma categoria fundamental para se pensar os momentos de transformação, realizada, às vezes, de maneira perceptível e, outras vezes, de maneira imperceptível. As mudanças podem se dar com ou sem o reconhecimento imediato dos sujeitos históricos e podem ser brandas ou constituírem rupturas mais radicais, como as revoluções. O terceiro aspecto nos conduz a um elemento importante para pensarmos os aspectos diacrônicos da história, que podem

ocorrer ao mesmo tempo: a simultaneidade. Tal elemento nos permite compreender a diversidade de relatos ou de práticas históricas numa mesma época, bem como de comportamentos dos indivíduos. Em um mesmo período da história, é possível encontrar indivíduos, grupos ou sociedades com diferentes percepções do tempo e com práticas absolutamente diversas (atuais, arcaicas, futuristas, etc.).

Para compreendermos melhor a relação dos homens com o tempo, a fim de deixar ainda mais clara a percepção das permanências, das rupturas ou das simultaneidades ao longo da história, o exame de três conceitos pode ser bastante útil. Tais conceitos oferecem um conjunto de problemas capazes de iluminar a questão do tempo na história. O primeiro é o que chamamos de *consciência histórica*, quando o indivíduo se reconhece como um ser histórico que vive em um determinado tempo. O segundo é o que entendemos por *historicidade*, que revela a construção de sentidos para as durações temporais e explicita o reconhecimento da marca do tempo na consciência e nas coisas. E o terceiro é a própria *temporalidade*, ou seja, a passagem ou o movimento do próprio tempo.

Para o filósofo Hans-Georg Gadamer², o problema da consciência histórica é uma chave para se compreender a questão da historicidade. Em outras palavras, a orientação no tempo e a compreensão de pertença a uma época ou geração expressam a sintonia e a possibilidade de um agir orientado historicamente. Tornar humano o tempo cronológico, atribuir-lhe significados – esse é o papel fundamental da consciência histórica. Assim os indivíduos recebem e expressam suas marcas temporais. Antes de Gadamer, o

² Hans-Georg Gadamer (1900-2002) foi um importante filósofo alemão do século XX. Estudou também a história da filosofia e dos pensadores gregos, marcando profundamente o pensamento ocidental com sua obra-prima *Verdade e método*, publicada pela primeira vez em 1960, na qual o autor desenvolve uma hermenêutica filosófica particular.

filósofo Martin Heidegger já havia feito uma distinção fundamental entre temporalidade e historicidade. O passar do tempo deve, necessariamente, ser percebido ou não pelos homens. Quando ele é percebido, a temporalidade se torna historicidade, ou seja, algo que é reconhecido historicamente.

O historiador Reinhart Koselleck³ aprofunda o problema da consciência histórica e nos leva a compreender a questão da historicidade, seguindo a seara aberta por Heidegger. Isto é, para ele é preciso analisar a questão do tempo para os homens a partir da relação entre seu *espaço de experiência* e seu *horizonte de expectativa*. São essas duas categorias meta-históricas que nos auxiliam a compreender a dinamicidade do acontecer histórico e do viver humano. É essa relação que informa a consciência histórica individual e coletiva, fazendo com que os indivíduos assimilem e expressem sua própria historicidade. Para Koselleck, o espaço de experiência não é exatamente o passado, mas o conjunto de experiências vividas pelo indivíduo que chegam do passado ao presente e que também costumam se projetar no futuro. Quanto mais essas experiências fiquem restritas ao passado e se amplie o fosso que as separa das expectativas de futuro, mais estamos diante de um indivíduo que vive na modernidade. Tal aspecto teria ocorrido, por exemplo, com a famosa querela dos antigos e modernos, ocorrida a partir da segunda metade do século XVII, quando, na Academia Francesa, surgiram algumas vezes questionando a autoridade dos antigos, de suas ideias e seus pensadores, sugerindo a necessidade de novos saberes. A separação entre pas-

3 Reinhart Koselleck (1923-2006) foi um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra, destacando-se como um dos fundadores e o principal teórico da história dos conceitos. As suas investigações, ensaios e monografias cobrem um vasto campo temático. No geral, pode-se dizer que a obra de Koselleck gira em torno da história intelectual da Europa ocidental do século XVIII aos dias atuais. Também é notável o seu interesse pela teoria da história. Tornou-se conhecido pela sua tese doutoral *Crítica e crise. Um estudo acerca da patogênese do mundo burguês* (1954).

sado, presente e futuro é, para Koselleck, uma marca dos homens na modernidade, quando as expectativas de futuro colocam em questão as experiências do passado, construindo novos projetos e planos, que se projetam para o futuro. Na Antiguidade, como o futuro nem sempre surgia como uma dimensão desejada ou capaz de orientar o presente, a relação com o tempo expressava muito mais uma dependência do presente em relação ao passado do que exatamente espaços temporais distintos e apartados. O peso dessas experiências referendava a importância das tradições e a obediência a estas, cenário que pouco mudará na Idade Média, por exemplo.

Reforçando: quando as experiências do passado determinam os projetos de presente e também de futuro, estamos diante de indivíduos ou sociedades que procuram preservar as tradições – em outras palavras, em sociedades tradicionalistas. Em sentido diverso, quanto mais expectativas de futuro orientam e alimentam as experiências no presente, ampliando-se o fosso que o separa do passado, estamos diante de indivíduos ou sociedades que vivem na modernidade, que buscam incansavelmente o novo, que se alimentam de projetos, sonhos ou desejos de futuro.

Refletindo sobre o modo como as diferentes sociedades ao longo da história compreendem as suas experiências temporais e lidam com elas, o historiador francês François Hartog⁴ desenvolveu outro conceito muito importante para os historiadores: *os regimes de historicidade*. Segundo ele, não somente as pessoas comuns, mas também os historiadores expressam a sua própria

4 François Hartog, historiador francês hoje mundialmente conhecido como especialista em historiografia antiga e moderna, inovou a interpretação de textos antigos nas suas pesquisas e em seus seminários ministrados na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), em Paris (onde também foi professor e diretor de estudos), depois lançados na forma de artigos e livros. Desde a década de 1980, com o lançamento de seu livro *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, sua contribuição para os estudos historiográficos tem sido marcante.

historicidade no modo como apreendem a relação passado-presente-futuro.

Assim, de maneira bastante simples, teríamos, segundo Hartog, um regime de historicidade antigo e outro moderno, que chega até os dias de hoje, sendo que, recentemente, estaríamos vivendo uma crise da consciência histórica, com o colapso e o medo do futuro, instaurando um tipo de historicidade em que o futuro se fundiu no presente. Em outras palavras, o futuro, nos dias atuais, tem sido visto mais como uma ameaça que gera medo do que como um momento dourado para a humanidade. Assim, as intempéries climáticas, o risco de guerras, novos acidentes nucleares, epidemias letais, a possibilidade de a Terra ser atingida por meteoros, o fim da água potável ou dos combustíveis fósseis etc. mais impingem medo do que esperanças de futuro.

Paradoxalmente, as conquistas tecnológicas e científicas do presente parecem materializar os sonhos antigos no aqui e agora, constituindo um presente que já parece realizar o futuro sonhado. Ao mesmo tempo que, graças ao instrumental existente, é possível recuperar e materializar novamente o passado, mediante uma realidade virtual, a construção de simulacros, a restauração de objetos e o uso de recursos tecnológicos, por exemplo, tornando possível reviver o passado. Essa apropriação do passado pelo presente constitui aquilo que Hartog denominou de *presentismo*. O *revival*, o *vintage*, o uso de estilos, estéticas, linguagens e objetos do passado no presente são marcas desse presentismo e dessa crise do regime moderno de história e de historicidade. O presentismo seria o oposto do *passadismo*, no qual as experiências e tradições do passado justificam o presente e este é visto e representado como a permanência mesma do passado, que nele projeta sua força. Essa é uma forma de experiência temporal que pode ser vista tanto em sociedades do passado como em sociedades de períodos mais recentes e contemporâneos.



FIGURA 6: Vintage é um estilo de vida e moda retrógrada, uma tentativa de recuperação de estilos das décadas de 1920-60.

O teórico literário Hans Ulrich Gumbrecht⁵ tem uma percepção semelhante desse fenômeno, alertando inclusive para a possibilidade de estarmos vivendo o fim da história ou a crise do cronótopo moderno da história, ou seja, um colapso da estrutura temporal sentida no presente. Com isso, a própria história teria perdido seu significado tradicional. Práticas históricas tradicionais, bem como as garantias de um conhecimento seguro e objetivo, passaram a conviver com a ameaça do revisionismo e do relativismo. Logo, os sentidos e significados do passado, assim como os da própria escrita da história, têm perdido sua importância e deixado de ser relevante para a orientação no tempo. Ademais, Gumbrecht concorda com Hartog ao compreender que o futuro reserva mais ameaças que exatamente promessas de felicidade ou de progresso. Isto é, trata-se de um momento em que a consciência histórica moderna – iluminista, racionalista e progressista – teria chegado ao fim. O futuro não é uma linha linear, que possa ser conhecida ou prevista, muito menos significa melhorias em relação ao passado. Com isso, podemos observar que um indivíduo que vivia no século

5 Hans Ulrich Gumbrecht é um dos mais importantes críticos e teóricos da literatura em atividade. É professor de literatura na Universidade de Stanford. Publicou no Brasil, entre outros livros, *Modernização dos sentidos* (1998, Editora 34), *Produção de presença* (2012) e *Em 1926: vivendo no limite do tempo* (1999, Record).

17 e nós que vivemos no século 21 representamos consciências históricas bem diferentes e vivemos historicidades diversas. Nossa relação com o tempo é bastante diferente daquela dos homens que viveram no passado remoto. Foi essa crise de orientação temporal, ou melhor, essa mudança radical da historicidade e da temporalidade no presente que levou alguns teóricos a denominar o momento histórico que vivemos de pós-modernidade.

Por conseguinte, ao invés de tempo, existem tempos na e da história. Tais tempos podem se referir ao tempo dos relógios, ao tempo subjetivo dos indivíduos, ao tempo de diferentes culturas e sociedades (por exemplo: entre árabes e ocidentais), mas também ao próprio tempo histórico. Esse tempo histórico tanto é o tempo experimentado e expresso em diferentes momentos da história, vividos, portanto, como regimes de temporalidade, quanto o terceiro tempo construído pelas obras históricas (que criam uma ponte, ou um tempo de encontro entre passado e presente, mas também no futuro). Esses tempos, como se vê, conduzem a uma discussão sobre a temporalidade, isto é, sobre as marcas do tempo nos indivíduos, nos objetos e na realidade vivida. E a maneira como os indivíduos apreendem e percebem o tempo é a historicidade, ou seja, o modo como o tempo do mundo, dos objetos e dos fenômenos torna-se algo assimilado pela consciência dos indivíduos. Cada coisa carrega consigo sua historicidade, mas esta precisa ser reconhecida pelos indivíduos.

O tempo da história é um tempo social, que integra e singulariza os indivíduos, as sociedades, as civilizações. Não é o tempo físico, nem o psicológico, que muitas vezes é impossível medir. Não por acaso uma das tarefas do historiador é classificar os acontecimentos, seccioná-los, isto é, produzir periodizações. Nem todos os eventos têm o mesmo valor e nem todas as durações são eternas. Cabe ao historiador perceber as viradas, as rupturas, as mudanças no tempo histórico, construindo períodos que expressem determinadas características de uma dada sociedade. Embora artificial,

como denunciaram Certeau ou Veyne, a periodização não pode ser evitada, nem do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista pedagógico. Como ensinar a história sem separar, sem ordenar, sem caracterizar as épocas, os períodos, as dinastias, as durações?

Uma corrente historiográfica pouco conhecida no Brasil, a *história contrafactual* trabalha exatamente essa questão sinuosa da temporalidade. Como os tempos são produzidos ou, muitas vezes, inventados, alguns historiadores liderados por Niall Ferguson preferem estudar o passado a partir do *como seria se*. Assim trabalham sobre as causalidades a fim de aprofundar a análise de situações de decisão em um campo instável de possibilidades. Ver possibilidades que poderiam ter tomado determinados eventos ou rumos inesperados para determinadas situações históricas permite chegar a outras conclusões sobre causas fracas, fortes e decisivas que intervíram no rumo dos acontecimentos.

O historiador Fernand Braudel⁶ tem também contribuição expressiva na discussão do tempo histórico e mais especificamente sobre a temporalidade. Sendo um dos líderes e um dos maiores historiadores da chamada *Escola dos Annales*, coube a Braudel construir um modelo estrutural tripartite do tempo. Em outras palavras, aquele historiador francês divide o tempo em três ritmos. Primeiramente, teríamos a *curta duração*, ou o tempo rápido do cotidiano, dos dias e semanas, nos quais se acumulam em profusão muitos eventos, fatos e ações. Em seguida, a *média duração*, ou tempo médio, que abarcaria um conjunto de fenômenos que apresentam características mais ou menos uniformes que abrangem gerações ou contextos específicos que convivem com mudanças

6 O francês Fernand Braudel (1902- 1985) é considerado um dos historiadores mais influentes do mundo. Sua principal obra, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II* (1949), se tornou um marco na historiografia por apresentar uma nova perspectiva teórico-metodológica sobre o tempo histórico e as temporalidades. Participou intensamente da *Escola dos Annales* e trouxe uma renovação à historiografia aproximando-a das ciências sociais.

pontuais. Por fim, teríamos um terceiro tempo, mais estrutural, mais duradouro, que o estudioso intitula de *longa duração*. Esse tempo daria o tom das eras históricas; assim, poderíamos falar tanto do feudalismo, do cristianismo quanto do capitalismo não somente como sistemas, mas como estruturas de longa duração, nas quais as mudanças são lentas, imperceptíveis. Essa divisão feita por Braudel em meados dos anos 1960 foi importantíssima, tendo pautado boa parte da produção historiográfica francesa desde então. A longa duração foi inclusive pensada como um tempo imóvel e silencioso que articularia as permanências na história. Dessa forma, do estudo da mudança, os historiadores voltaram-se para aquilo que permanece ou não muda. Tal conceito inspirou uma enorme quantidade de estudos, tanto na chamada história das mentalidades quanto na recente história cultural francesa.

O que torna essa discussão ainda mais complexa é o fato de que, no presente, coexistem diversas temporalidades. Ou seja, é possível encontrar hoje, em nossa sociedade, indivíduos que manifestam temporalidades diversas, não exatamente em sintonia com uma suposta época pós-moderna. Logo, há indivíduos ou grupos que vivem experiências temporais antigas (nações indígenas, monges reclusos, eremitas) e buscam manter a tradição e a autoridade do passado; há outros cujas experiências são modernas e iluministas (marcadas pelo otimismo, por sua convicção de que é possível criar o novo, pelo seu desejo de futuro); há, ainda, outros que vivem suas experiências pós-modernas (mais relativistas, mais ceticistas e mais presentistas).

A coexistência de regimes de historicidade tão diversos e que deveriam estar apartados no tempo revela a importância deste debate sobre o tempo histórico, a importância da teoria da história e da própria história como uma matriz disciplinar capaz de gerar orientação no tempo e na história. Nesse sentido, esses regimes de historicidade e essa percepção da temporalidade marcam a escrita da história, visto que os historiadores, ao expressarem sua com-

preensão do tempo e da própria história, também revelam o modo como procuram situar-se historicamente. Ao mesmo tempo que revela como articulam suas narrativas, ou seus textos, a consciência histórica que os historiadores professam referenda uma determinada compreensão do tempo e da história, conferindo-lhe um sentido, algo que podemos chamar de filosofia da história.

Pensando a experiência temporal ao longo do tempo à luz do problema da consciência histórica e dos regimes de historicidade, poderíamos identificar nas sociedades arcaicas um tempo eterno, imóvel, de modo que o cotidiano é um tempo eterno, um ponto sempre inicial, portanto anti-histórico. Segundo o historiador Mircea Eliade⁷, o homem arcaico representa o mundo mitologicamente, recusando-se à mudança, abolindo a cronologia, já que o futuro será sempre igual ao passado. Na Grécia Antiga, o círculo e o eterno retorno expressam a temporalidade. Para Aristóteles, teríamos um tempo infinitamente contínuo que despreza tudo que é transitório. Entre a cristandade medieval, o tempo judaico-cristão se torna escatológico, ou seja, um tempo linear e teleológico que se inicia no plano terreno e prossegue na eternidade divina. A história humana se torna a história da salvação, um local constante de intervenção de algo já conhecido pela Providência, por Deus, na esperança da redenção futura, da abolição da história para a verdadeira vida eterna. Com a modernidade, surgem as filosofias da história lineares, de um tempo que avança e progride em constante aperfeiçoamento.

Dois conceitos estiveram o tempo todo norteando essas reflexões iniciais. São eles os conceitos de *sentido* e de *presença*. Não há modo de pensarmos a temporalidade ou qualquer outro problema

7 Mircea Eliade (1907-1986) é provavelmente o mais importante e influente especialista em história e filosofia das religiões. Sua obra principal é *O sagrado e o profano* (1959). Contudo, Eliade publicou uma extensa obra literária cuja qualidade é universalmente reconhecida, mas que, por ter sido escrita em romeno, tardou a ser divulgada.

relacionado com a teorização e a história, sem tratarmos da questão dos sentidos e da presença – em outras palavras, das ideias atribuídas aos fenômenos e às coisas e à própria materialidade das coisas. Tal aspecto patenteia a relação umbilical entre teoria e empiria, entre reflexão abstrata e dados concretos. As coisas se nos apresentam aqui e agora e a elas associamos sentidos às vezes coincidentes, às vezes contraditórios. Não é possível pensarmos as coisas sem o auxílio das palavras. Mas é comum, como asseverou o historiador Michel Foucault⁸, que ocorram descolamentos entre as palavras e as coisas, nos quais as primeiras substituam as segundas ou as construam ou, ainda, as subvertam. Por isso, os historiadores devem estar atentos a essa complexidade da natureza do passado. Como este nos chega mediado por palavras, ideias, textos e documentos, é necessário que façamos a ponte com as coisas ou que compreendamos os níveis de descolamento havidos.

Outro complicador é o fato de que a presença do passado se faz de modo incompleto e em meio a outra historicidade, de maneira que os vestígios do passado no presente devam ser problematizados. De fato, a preservação de um templo romano ou de uma armadura medieval, em si, não representa, necessariamente, o passado *in totum*. Tampouco a partir delas seremos capazes de compreender a totalidade do passado. Como fragmentos, como um quadro incompleto, esses elementos permitem que lancemos questões ao passado para torná-lo compreensível, para dotá-lo, novamente, de sentido.

Não há uma muralha que separe os tempos históricos, por isso o passado vive também no presente. O passado também foi um presente. Tal como agora, pelo menos em tese, temos a totalidade de

⁸ Michel Foucault (1926-1984) foi um dos mais importantes intelectuais franceses do séc. XX. Filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo e crítico literário, suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle social por meio de instituições sociais. Seu pensamento foi muito influente tanto para grupos acadêmicos quanto para ativistas. Entre as inúmeras obras publicadas, destacam-se: *As palavras e as coisas* (1966), *Arqueologia do saber* (1969), *Vigiar e punir* (1975) e *Microfísica do poder* (1979).

acontecimentos e de indivíduos existindo e interagindo de algum modo. A questão é que mesmo agora é difícil compreendermos a totalidade desse *real*. Com o passar do tempo, vários elementos desse quadro completo do presente vão se perdendo. Tornar passado implica, necessariamente, o desaparecimento de vários aspectos, pessoas e, com eles, muitos significados, que podem ser perdidos ou transformados. É esta a tarefa do historiador: perceber que, com a passagem do tempo, é necessário compreender não somente a historicidade das coisas do passado, como também a nossa própria historicidade, a fim de evitarmos anacronismos ou, ainda, equívocos de interpretação ou de compreensão do passado.

Refletindo a partir do exposto, podemos chegar a algumas conclusões. A historicidade, para os antigos, refletia uma experiência temporal específica em que o futuro não tinha importância. Havia um tempo eterno e circular que sempre tornaria tudo como era. Naquele momento, o passado e o presente estavam praticamente indissociados. No medievo, a historicidade expressou outro tipo de temporalidade, com um tempo teleológico, imutável e determinado pela Providência, ou Deus, no qual o futuro já era conhecido no presente, com uma história linear com um começo, o *gênesis*, uma experiência do passado até o momento presente e um fim, que estava próximo, pois se avizinhava o juízo final conforme podemos ver em vários testemunhos daquela época. Já a historicidade moderna engendrou uma nova consciência histórica que trazia consigo a ideia de progresso, mantendo a perspectiva temporal linear, de avanço, mas com um afastamento do futuro, que ficou mais distante e passou não mais a ser temido, mas a ser desejado. Nesse momento, ocorrido a partir do século 14 e 15, teve início o que Koselleck chamou de *sattelzeit*, ou seja, a aceleração do tempo histórico, que agora parecia passar cada vez mais veloz.

Outra distinção importante a ser feita agora é a de que o *passado e a história não são a mesma coisa*, tampouco coincidem. Muitas pessoas leem um livro de história achando que aquilo é o passado.

A história é um estudo sobre o passado, muitas vezes sobre alguma realidade específica. Mais adiante veremos que aqueles estudos mais panorâmicos e gerais costumam ser os mais imprecisos e superficiais. É raro encontrarmos obras de síntese que conseguem dar conta do passado em sua complexidade.

Via de regra, como notaram os historiadores Lucien Febvre e Fernand Braudel, da Escola dos *Annales*, é em função do presente que os historiadores pensam o passado. A busca pelas temporalidades vividas estabelece um diálogo de passado e presente no qual as dúvidas, as incompreensões e as perguntas do presente lançadas ao passado são o que permite a elucidação dos sentidos e das ações humanas vividas. Contar uma história não é trazê-la integralmente à vida, mas apresentar alguns elementos articulados em uma narrativa que se utiliza do tempo como um suporte decisivo para a história e a análise dos significados que muitas vezes estavam aprisionados ou emudecidos no passado. Assim, como observaram Febvre ou Braudel, a história é sempre filha do seu tempo.

Historiadores mais tradicionais costumam interditar o estudo do presente para os historiadores, inclusive recomendam que se estudem problemas que tenham pelo menos meio século de diferença a fim de não se deixarem levar por envolvimento, juízos, posições políticas em relação ao ocorrido. Além disso, tal interdito teria ainda a vantagem de analisar eventos ou processos históricos que poderiam ter se encerrado, de modo a realmente expressarem algo que aconteceu e não que estaria acontecendo. Com esse entendimento, procuravam separar o presente – momento em que eventos ou processos estão em curso – e o passado – lugar do vivido, do realizado, do acabado.

Recentemente, os historiadores começaram a se interessar pelo tempo presente e insistir na contiguidade da relação presente-passado-futuro, que não deveria ser cindida ou dicotomizada – nem o passado em relação ao presente, nem este em relação ao futuro. Esse amálgama indicaria o modo como as permanências

ou a duração conservam pontes que ligam o vivido ao que se está vivendo; passado e presente se relacionam contínua e reciprocamente. Marc Bloch, um dos fundadores da *Escola dos Annales*, adotava o método que chamou de *regressivo*, pois, para ele, o passado explica o presente, visto não ser este completamente distinto ou apartado daquele. O presente estaria enraizado no passado, de modo que a temporalidade é sempre complexa.



FAZER HISTÓRIA E ESCREVER A HISTÓRIA: para que serve a história?

TRANSFORMAÇÕES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Em seu texto célebre *A operação historiográfica*, Michel de Certeau (2002, p. 65) indaga: o que *fabrica* o historiador quando faz história? Para quem trabalha? O que é este produto, a história? Ele não revela explicitamente, mas o problema está ali, nas entrelinhas: para que, afinal, serve a história? Talvez a própria história da história possa nos dar alguma orientação nesse sentido. Contemplar a trajetória do conceito e das práticas em torno da escrita da história poderá iluminar nossa compreensão do que é o ofício do historiador. Afinal, desde a Antiguidade, conhecer ou narrar eventos passados já era uma atividade que existia. Contudo, o estatuto daquele saber e a definição daqueles que se encarregavam de produzir a história têm uma natureza bastante diversa da atualidade.

Observar a história da História nos conduzirá a reflexões importantes sobre a escrita da história e sua finalidade em diferentes momentos. E também nos levará a responder outras indagações relevantes: a história é uma ciência, uma atividade cientificamente orientada ou é apenas mais um gênero narrativo? Quando surgiu a definição da história como um campo específico ao lado dos demais conhecimentos existentes? Quando ser historiador se tornou uma profissão específica?

O historiador Antoine Prost, em um capítulo específico de *Doze lições sobre a história*, analisa o desenvolvimento da profissão de historiador. Segundo ele, no longínquo reino de Akkad (2270-2083 a.C.) na Mesopotâmia, escribas foram destinados para registrar eventos ocorridos no presente e no passado. Também no Egito Antigo alguns textos foram redigidos para preservar a memória sobre determinados eventos. E, igualmente, no *Livro dos reis* do Israel antigo, podemos tomar contato com alguns episódios ocorridos em meados dos



FIGURA 01: O Escriba - era aquele que na Antiguidade dominava a escrita e a usava para, a mando do regente, redigir as normas do povo daquela região ou de uma determinada religião.

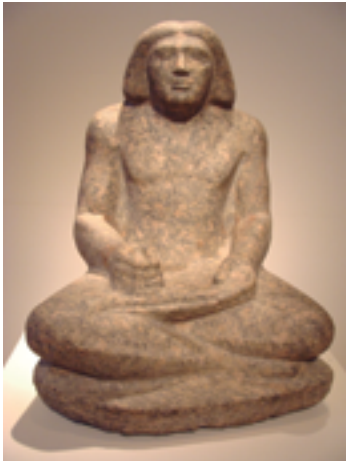


FIGURA 02: O escriba egípcio, estátua do Museu do Louvre.

1.200 anos antes do nascimento de Cristo. Assim, temos, na Antiguidade, as primeiras preocupações com o registro das ações humanas no tempo. Não é possível chamar aquelas narrativas de história, pois, de acordo com o historiador Georg Gervinus, lhes faltava exatamente a crítica e o exame dos sobre os eventos narrados, bem como a posição crítica do narrador/historiador. Afinal, aqueles escritores não eram historiadores, mas apenas escribas ou cronistas.

Para Gervinus, cronologias, genealogias e anais representam os fundamentos sob os quais se desenvolveriam posteriormente tanto as memórias, nas quais surge a subjetividade e a interpretação do autor/narrador, quanto, por conseguinte, as histórias, cujo nascimento teria se dado, para esse autor, no século XIX, quando uma concepção científica marcaria o nascimento de um novo saber. Cronologias relacionavam apenas indivíduos ou objetos a uma data; genealogias, apenas indivíduos a uma data ou linhagem e os anais, por seu turno, seriam um relato que relacionava ações humanas e suas datas. Nada de análise, interpretação ou crítica sobre os eventos ou seus sujeitos. Nas memórias, gênero que tanto pode ser percebido em alguns autores da Antiguidade grega e romana, mas sobretudo nas Idades Média e Moderna, havia o surgimento da figura do narrador como um organizador e intérprete dos eventos narrados, dos quais, muitas vezes, era partícipe.

De qualquer modo, é com Hecateu de Mileto (546-480 a.C.), um precursor de Heródoto, que

temos uma das primeiras narrativas históricas da Antiguidade. Em sua obra *Descrição da Terra* e também na famosa *Genealogias*, ele narra episódios importantes do povo grego e, ainda, suas viagens pela Pérsia. Em seguida, temos o surgimento do emblemático Heródoto de Halicarnasso (485-430 a.C.), que redigiu as *Histórias*, que se refere, porém, mais a relatos ou estudos. Cada um dos livros é dedicado a uma das Musas. Célebre sobre a obra é seu Proêmio, no qual justifica sua tarefa de livrar do esquecimento os motivos e os eventos das Guerras Médicas. Outro importante historiador daquele momento é Tucídides (460-395 a.C.), o ateniense, exilado como Heródoto. Tucídides escreveu *A guerra do Peloponesso*, na qual se encontram princípios inovadores da História. Esses autores gregos aproximam a história da épica e da tragédia, consideradas gêneros superiores que buscavam relatar feitos heroicos, embora humanos. Naquele momento, a história era entendida como um gênero literário, como um tipo de texto. Aristóteles inclusive a descrevia como um gênero inferior; para ele, seria uma narrativa curta, com começo, meio e fim, marcada por uma peripécia ou acidente, que tratava de eventos que teriam acontecido.

De um modo esquemático, poderíamos situar os desdobramentos da atividade de escrever e compreender a história ao longo do tempo, da seguinte maneira:

1 – Uma história LITERÁRIA – desde Aristóteles no século IV a.C. até meados do século XVIII – entendida como um gênero menor e inferior à



FIGURA 3: Mapa do mundo na concepção de Hecateu.



FIGURA 4: Heródoto de Halicarnasso.



FIGURA 5: Tucídides, o ateniense.

poesia ou à tragédia, uma narrativa curta sobre eventos que teriam acontecido;

2 – Uma história RETÓRICA – desde Cícero no século II a.C. até meados do século XIX – desenvolve técnicas de argumentação e persuasão; é lida e reproduzida como uma tradição ou um cânone; segundo a qual a autoridade residiria nos autores clássicos, cujos textos serviriam de modelos permanentes e imutáveis;

3 – Uma história FILOSÓFICA – desenvolve-se no século XV durante a era Moderna, atravessa o Iluminismo e chega até o século XIX; busca identificar um sentido para a história, que a liga ao desenvolvimento da humanidade, elucidando a cultura e a política dos povos e civilizações;

4 – Uma história CIENTÍFICA – desenvolve-se durante o século XIX em reação ao romantismo e às histórias filosóficas herdadas do Iluminismo e chega até os dias atuais; elege a pesquisa e crítica das fontes como pilares metodológicos, buscando compreender ou explicar o passado;

5 – Uma história NARRATIVISTA – resultado dos debates e da crítica pós-modernos desde meados de 1980, que procuram compreender a história como um artefato interpretativo e literário, cuja explicação reside na própria narrativa e não no referente, o passado.

No primeiro tipo de compreensão, *a história modelar dos antigos* (Heródoto e Tucídides são principais modelos), fazer a história implicava encontrar testemunhas oculares, depoimentos críveis e informações em documentos originais para se estabelecer a verdade e a certeza sobre os eventos narrados.

No segundo tipo, *a história retórica dos modernos* (Cícero e Tácito são seus principais paradigmas), o historiador busca testemunhos oculares, mas na ausência destes não hesita em apoiar-se em certos testemunhos ou intérpretes tidos como de valor, ou na autoridade dos antigos. Esse tipo de história conhece um relativo desenvolvimento com a história cristã medieval (de San-

to Agostinho e Isidoro de Sevilha), que, além de procedimentos retóricos, remete sua autoridade para os textos bíblicos.

A *história erudita ou retórica* conheceu enorme consolidação durante o Renascimento (em especial com o desenvolvimento da noção de crítica e de referências ou notas a outras fontes e autores). Naquele momento, surgem algumas inovações, inclusive que passam a rever a autoridade de alguns testemunhos e obras da Antiguidade, buscando a constituição de uma nova história da qual são exemplos os italianos Guicciardini, Maquiavel e Vico⁹, esse último desenvolvendo um tipo bastante sofisticado de reflexão sobre o tempo e a história. De qualquer modo, essa história erudita ou retórica durante o Renascimento foi polímatas e cheia de acréscimos e comentários, como a medieval, mas se manteve presa à crítica dos testemunhos críveis e fiel à tradição dos antigos. A diferença da história medieval é o fato de que ela procura adequar a história humana à providência e às sagradas escrituras.

Durante o Iluminismo, desenvolve-se um novo perfil de história, que se aproxima da filosofia e do racionalismo. A *história filosófica* das Luzes chegará até Hegel, tendo como base uma filosofia da história, que defende uma história universal, linear, não mais governada pela Providência, como na Idade Média, mas pela razão, com um sentido progressivo e cujas leis naturais poderiam ser compreendidas. Caberia ao interessado pela História tentar comprovar os dados ou fatos mencionados pela tradição. De qualquer modo, há certo desprezo pelas fontes, pela empiria e uma valorização, sobretudo, da interpretação e um amparo na metafísica na busca de sentidos ou ideias universais como fios condutores da história.

9 O filósofo italiano Giambattista Vico (1688-1744), em sua obra *Ciência nova*, propôs que a História, como outras disciplinas, fosse compreendida mediante especificações de caráter científico.

No século XVIII, a histórica filosófica conheceria desdobramentos inusitados, tornando-se uma história mais crítica, marcada pela querela entre os antigos e os modernos, na qual a autoridade dos antigos é questionada, quando surge a desconfiança sobre os testemunhos. São expressões desse momento e, de algum modo, representam uma crise do modelo retórico ou tradicional as obras de Gatterer, Schlosser, Voltaire, William Robertson, Gibbon, Von Müller e Chladenius. Destes, Voltaire¹⁰ e Chladenius¹¹ são emblemáticos: o primeiro, por desenvolver um conceito de história atrelado à cultura e que pensa a história não somente como um gênero literário ou um discurso filosófico, mas como uma narrativa que procura dar sentido ao presente; o segundo, por constituir os fundamentos do historicismo alemão ao basear a crítica histórica na análise das múltiplas versões existentes e seus conflitos, inaugurando o perspectivismo, ao defender a singularidade de toda história e ao revelar que a história é uma ciência específica baseada no método compreensivo.

Ao lado de Chladenius, outra base fundamental do historicismo reside no pensamento de Herder (1744-1803) e Kant (1724-1804), que tiveram uma importância particular naquele momento ao desenvolver a crítica da metafísica e um apelo para a noção de expe-

¹⁰ François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778), foi um escritor, ensaísta, deísta e filósofo iluminista francês. Conhecido pela sua perspicácia e espirituosidade na defesa das liberdades civis, inclusive a liberdade religiosa e de livre comércio. É uma dentre muitas figuras do Iluminismo cujas obras e ideias influenciaram pensadores importantes tanto da Revolução Francesa quanto da Americana. Grande escritor, Voltaire produziu cerca de 70 obras em quase todas as formas literárias, assinando peças de teatro, poemas, romances, ensaios, obras científicas e históricas, mais de 20 mil cartas e mais de 2 mil livros e panfletos.

¹¹ Chladenius é o sobrenome latinizado de Johann Martin Chladni (1710-1759). Teólogo de formação, foi também autor de obras significativas para o pensamento alemão, que tratam desde questões confessionais até discussões sobre a retórica e a história. Coube a ele o esforço epistemológico inaugural de precisar conceitos, indicar procedimentos de pesquisa e investigação e enfim, de localizar objeto, método e uma natureza para os estudos históricos.

riência e apreensão da realidade sensível. Por sua vez, Goethe (1749-1832), expoente do *Romantismo*¹², destacou a ênfase sobre o estudo das raízes e das origens, evidenciando a importância da história para todos os tipos de saber. Merece destaque também Hegel (1770-1831), com a defesa da dialética, dos poderes éticos e da compreensão da Razão e do Estado como forças históricas determinantes.

Durante o século XIX é que se desenvolve um novo cronótopo ou, ainda, um novo conceito de história, a *história científica*. Esta, tal como as demais ciências, buscou fundamentar-se em torno da crítica documental, do uso de disciplinas auxiliares ou propedêuticas (como a numismática, a filologia, a geografia, etc.). Ampara-se na descoberta, valorização e uso de fontes primárias ou de arquivos, tornando-se um tipo de matriz disciplinar, um estudo que demandaria uma formação acadêmica específica, universitária. Essa concepção de ciência histórica foi desenvolvida pelos historicistas alemães, sobretudo por Leopold von Ranke¹³, que defendia o uso de fontes originais de arquivo e criou o modelo de ensino acadêmico baseado no seminário. Essa ciência histórica amparava-se também na crítica do anacronismo e no desenvolvimento da heurística, com Niebuhr (1776-1831), bem como na elaboração e definição da teoria da história, realizada por Droysen (1808-1884).

12 Movimento estético e também filosófico que defendia a subjetividade e as realidades interiores em contato com a realidade sensível.

13 Leopold von Ranke (1795-1886) foi um dos maiores historiadores de sua época e da história da historiografia. Sua carreira acadêmica ganhou impulso com o sucesso de sua primeira obra, *História dos povos latinos e teutônicos*, em 1824, quando passou a integrar o corpo docente da prestigiada Universidade Humboldt de Berlim, centro de trabalho de grandes nomes da intelectualidade alemã do século XIX, como Hegel, Savigny, Fichte, Schleiermacher, Schopenhauer, Schelling, etc. No total, Ranke dedicou quase 65 anos à historiografia, com a produção de inúmeras obras que tinham como objeto, em sua maioria, o nascimento da Europa moderna durante os séculos XIV e XVII. Sem dúvida, esse historiador “pode ser considerado um dos fundadores da história científica na Alemanha e um dos fundadores do cientificismo” (BURGUIÈRE, 1993, p. 645). Ranke exerceu um papel importante na configuração dos aportes teóricos que possibilitaram fornecer um caráter científico à História.



FIGURA 7: Leopold Von Ranke 1877.



FIGURA 8: Revista Historische ZeitschriftB, primeira edição (1859).

Foi no contexto germânico que surgiram também revistas devotadas exclusivamente ao estudo da história, como a *Historische Zeitschrift*, em 1859. Nesse momento, a empiria – ou os dados coletados nas fontes – passa a ser mais importante que a interpretação, que deveria ser evitada. O ideal preconizado era o de se construir um saber objetivo e, se possível, isento das paixões do historiador, algo que, evidentemente, era uma meta difícil de ser atingida. Nesse contexto, cria-se um novo campo do saber, apartado da literatura ou da filosofia, que reivindica para si um objeto de estudo específico (o passado ou as ações humanas no passado), um método específico (histórico, baseado na crítica documental e na hermenêutica) e um novo tipo de profissional: o *historiador*. Não por acaso surgem cursos específicos de história nas universidades desde então, bem como a profissão do historiador. Até essa época tínhamos historiógrafos reais, contratados pelos monarcas europeus para redigirem a história de seus ancestrais ou de seus reinos. A partir daí, haveria historiadores que passariam a se dedicar aos mais variados temas, não necessariamente vinculados à história de reinos ou reis.

Mais ou menos nesse momento, ainda na França, alguns historiadores, identificados como metódicos, também expressariam uma concepção científica da história, mas, diferentemente do historicismo alemão, uma história. Nessa época há uma clareza de que os anais, as crônicas, as genealogias e as memórias não devem ser consideradas como história. A história pas-

sa a ser uma ciência que necessita da crítica dos testemunhos, do manuseio de um conjunto de técnicas de análise das fontes, do recurso a um modelo teórico e um conjunto de conceitos para se tornar um saber verdadeiro e autônomo. No caso francês, observamos, na Sorbonne, que as cátedras de história existentes saltam de 2, em 1878, para 12, em 1914, e depois para 55, em 1944. Isso dá a exata medida da autonomia que o campo conhecerá, como uma área específica do saber científico ao longo do século 20.¹⁴

Até o desenvolvimento dos estudos específicos de história nas universidades, era comum que muitos dos que se dedicassem ao estudo do passado se formassem em Filosofia ou em Filologia. A partir de então, na Alemanha desde 1836, cada vez mais seriam criados Institutos Históricos, cursos de História, revistas de História (na França, em 1876, também foi criada uma revista, como a dos alemães, inclusive com título idêntico: a *Revue Historique*), bolsas de estudo para o desenvolvimento da pesquisa histórica, organização de coleções de documentos e arquivos, mas também de bibliotecas. Há uma demanda crescente de interesse pela história. Na verdade, tanto o nacionalismo do século 19 quanto os embates nacionais vividos durante o início do século 20, acirrados com a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, evidenciaram uma grande expectativa social pelo conhecimento da história. O mercado editorial dos livros de história é um dos mais rentáveis. Cabe ainda destacar que, na Alemanha, o desenvolvimento do método histórico se daria no debate junto à Filologia e à Filosofia, enquanto na França o desenvolvimento se deu com o debate com a sociologia de expressão positivista.



FIGURA 9: Revue Historique.

14 Cf. MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

De um modo geral, dois cronótopos diferentes se confrontam no século 19: o primeiro, tradicional, é o da *história exemplar e clássica* (amparada na retórica, no caráter pedagógico e em testemunhos oculares) e o segundo é o da *história científica* (baseada na crítica documental). No primeiro, a história tem algo a nos ensinar; no segundo, a história se torna um objeto de investigação sem o caráter exemplar. Naquele momento, não seria mais o convencimento, os aparatos de erudição ou o apelo aos clássicos que conferiria autoridade aos estudos históricos, mas sim a inovação e a busca por um conhecimento seguro, baseado em documentos. Com a construção de um método, ao lado da autonomização do campo, os estudos históricos se separam, definitivamente, da Filosofia e da Literatura, sendo a história considerada não mais apenas um saber, mas também uma ciência, acabada para os alemães, em construção para os franceses. A história científica foi uma superação da história filosófica e da história literária ou romântica na França, tarefa empreendida pelos metódicos.¹⁵

Por fim, cabe destacar que, para os alemães, a história é uma ciência idiográfica, humana, que estuda fenômenos singulares, portanto incapaz de construir modelos, leis ou teorias universais. Ela se resumiria a compreender os nexos ou elos que uniriam os fenômenos históricos e os princípios ou forças históricas que motivariam as ações humanas. Como fazer ciência histórica? O método histórico, para os alemães, é diferente do método das ciências naturais; é compreensivo (Chladenius e Droysen) e filológico (Niebuhr e Ranke). Tais embates deram ensejo, na Alemanha, ao *Methodenstreit*, ou debate sobre o método.

¹⁵ Cf. BURKE, P. *A Revolução Francesa da Historiografia*: a Escola dos Annales, 1929-1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1991.

MÉTODO HISTÓRICO E CRÍTICA DOCUMENTAL

Vejam os por que, afinal, o método histórico é tão importante para compreendermos a natureza científica da história. Ou, em outras palavras, passemos a analisar como é que a história é feita. Há dois autores que nos auxiliam bastante nessa tarefa. Um deles é Antoine Prost (2008), em seu capítulo “Os fatos e a crítica histórica”, e o outro é Michel de Certeau (2002), com seu *A operação historiográfica*. Passemos a analisá-los.

Para muitas pessoas, a história é o passado ou os fatos do passado. Eles enxergam nos historiadores um sujeito que é capaz de reconhecer e *explicar* aqueles fatos. Nada mais ingênuo. Como se os fatos fossem algo já dado. Não foram poucos os historiadores ou mesmo antropólogos que denunciaram a falácia dos fatos, entre eles Claude Lévi-Strauss ou ainda Paul Veyne, pois, para ambos, os fatos também são uma invenção da sociedade e dos historiadores. Assim, de uma tarefa simples que seria estabelecer os fatos, relacioná-los, ver sua ligação e explicá-los, a história tem se tornado cada vez mais uma tarefa complexa. Afinal, por que, por exemplo, o 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos se tornou um fato? Ou ainda a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929? Ou a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808? E, quando vamos atribuir significados a esses eventos, não existem discursos divergentes? Haveria alguma interpretação consensual sobre todas as verdades atribuídas a determinados fatos?

A rigor, há um desejo deliberado por parte de quem controla espaços de poder político ou comunicativo e fixou essas datas. Trata-se de um critério adotado e construído que instituiu marcas no tempo e nos textos, de modo que nossas vidas carregariam também a força desses eventos, que de algum modo se tornam eventos narrados, mas também carregados de significados. Inclusive, tais eventos passam a incorporar sentidos em nossas próprias vidas.

Mas, de acordo com Humboldt¹⁶, os fatos são apenas o esqueleto da História e não a própria História. Segundo Langlois e Seignobos¹⁷, dois expoentes da escola metódica francesa do século 19, os fatos não estão prontos, eles devem ser construídos pelos historiadores. Tornar a História uma ciência deveria, para eles, ser um modo de conseguir testemunhos que pudessem permitir a descoberta dos fatos, que funcionariam como índices para compreender as mudanças históricas ou o desencadeamento de determinados fenômenos, para então realizar a crítica desses testemunhos. Quase como numa operação policial de investigação, através desses indícios e da validação ou não dos testemunhos ou evidências, os fatos seriam não somente conhecidos, mas teríamos deles, inclusive provas.

O historiador Gabriel Monod, outro expoente da escola metódica e fundador da *Revue Historique*, em 1876, defendia que cada afirmação dos historiadores pudesse ser confirmada com provas documentais. Gabriel Monod teve também papel decisivo na reabilitação do tenente Dreyfus na França, um judeu que havia sido condenado como um espião traidor durante a Guerra Franco-Prussiana. Juntando documentos, ele ajudou a comprovar a inocên-

16 Friedrich Wilhelm Christian Karl Ferdinand, Barão von Humboldt (1767-1835), diplomata, filósofo, fundador da Universidade de Berlim (hoje, Humboldt-Universität), amigo de Goethe e especialmente de Schiller, é principalmente conhecido como um linguista alemão que fez importantes contribuições à filosofia da linguagem, à teoria e prática pedagógicas e influenciou o desenvolvimento da filologia comparativa. Humboldt é reconhecido como sendo o primeiro linguista europeu a identificar a linguagem humana como um sistema governado por regras, e não simplesmente uma coleção de palavras e frases acompanhadas de significados.

17 Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) foram importantes representantes da Escola Histórica Francesa. São eles os autores da obra: *L'introduction aux études historiques*, publicada em 1898, que se tornou o principal "breviário, por assim dizer, oficial, dos estudantes de História" (BURGUIÈRE, 1993, p. 711). Tal obra define em suas linhas o método positivista: análises quantitativas; chamada de atenção para os grandes feitos políticos; exaltação dos heróis nacionais; compilação de fatos em ordem cronológica; utilização do documento oficial escrito como fundamental à verdade dos fatos.

cia daquele militar das acusações, livrando-o da prisão. Foi nesse momento que se desenvolveu um aparato específico para confirmar as informações e as provas naquela historiografia oitocentista: *as notas de rodapé*. Essas passaram a funcionar como um conjunto de procedimentos para indicar com precisão de onde saíam as informações e onde encontrá-las.¹⁸ Anthony Grafton escreveu um livro a esse respeito: *As origens trágicas da erudição* (1998).

Algumas técnicas, contudo, desenvolveram-se para identificar e analisar as informações e a veracidade dos fatos. Na França, elas tiveram início com a obra *De re diplomatica libri sex*, de Mabillon, redigida em 1681, e também na medieval Escola de Chartres, fundada no século XI, especializada na produção e análise de diplomas, textos e documentos. Como se vê, as fontes que naquele momento eram as mais valorizadas eram os textos, também chamados documentos. Acompanhando uma tradição jurídica, o documento seria uma prova do passado, sua evidência. Encarcerados em arquivos empoeirados de instituições públicas e privadas, que seriam pedreiras, dali os historiadores extrairiam suas fontes, pedras brutas a serem lapidadas por meio da crítica documental. Esta se dividia, a partir dos metódicos e mediante a clara definição de Langlois e Seignobos (1946), em crítica externa ou do material (sua forma, origem, destinação, etc.) e crítica interna (sobre seu conteúdo e suas informações). Para essa operação seriam invocadas, sempre que necessário, ciências auxiliares: paleografia (datação e grafia), diplomática (diplomas), sigilografia (selos), epigrafia (lápides), filologia (comparar manuscritos e achar o original), entre outras. Eis algumas das questões mais fundamentais lançadas ao documento: de onde ele vem? Quem é seu autor? A quem se destinava? Como foi transmitido? Como se conservou? O autor é confiável? Qual seu conteúdo? O que diz é verdadeiro? Quando foi escrito? Em qual lugar se encontrava?

18 Cf. REIS, João Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1992.

Dois eixos orientavam esse conjunto de indagações: a chamada *crítica de sinceridade* (ou das intenções do autor) e a *crítica de exatidão* (ou seu grau de imprecisão ou inverdade). Pode-se notar, com efeito, que a crítica documental francesa desenvolve estratégias baseadas numa desconfiança *apriorística* em relação ao documento. De todo modo, ela coloca um conjunto de preocupações que ainda hoje orientam, explícita ou implicitamente, o trabalho dos historiadores. A primeira tem a ver com o que denominamos de *contextualização*. Ou seja, inserir o documento nas condições de possibilidade e de seu surgimento. Um passo útil nessa direção pode ser a recuperação do sistema de representações existentes na época, ou as disputas de representações. A segunda tem a ver com o que o documento diz claramente e o que ele deixa implícito, ou seja, com as *observações diretas e indiretas* que podem ser extraídas dele. Outra questão fundamental seria compreender aquele *documento como um presente que passou*, evitando assim, a tautologia, ou seja, a partir do desfecho da história que já é conhecido pelo historiador, de antemão atribuir um sentido para a informação existente.

Vale considerar que a existência ou não de documentos para comprovar determinados fatos é sempre algo complexo para a história. Dois exemplos são importantes nessa direção. A existência de armas químicas usadas e escondidas pelos nazistas, em especial o gás *zyklon B*, ou pelos iraquianos durante o governo de Saddam Hussein. O simples fato de não terem sido encontrados gases ou ainda os produtos que eram utilizados em sua fabricação, muito menos de documento tratando de sua procedência, quantidade ou armazenamento significa que tais armas não tivessem existido? É evidente que não. Tanto testemunhas oculares quanto sobreviventes demonstram a fragilidade de se tentar escrever a história apenas com documentos escritos ou evidências materiais, pois na ausência deles seria como se nunca tivessem existido. Essa é a grande fragilidade das histórias baseadas exclusivamente nas

fontes documentais preservadas, ou que se fundamentam nelas, como proposto pela *escola metódica francesa* que estudaremos mais adiante.

O historiador deve considerar que escrever a história é muitas vezes ir ao encontro de diferentes tipos de fontes, bem como uma necessidade mais ou menos constante de preencher lacunas. A ingenuidade metódica fica explícita no exemplo acima, pois não é possível escrever a história automaticamente partindo do documento, como se ele fosse em si a própria história. De qualquer modo, a partir do uso de diversas fontes (orais, escritas, iconográficas, digitais e até gestuais), é possível construir um caminho que vai do documento, passando pela crítica, até a confirmação ou construção dos fatos.

Tais questões nos conduzem a um questionamento feito por Henri Marrou (1978), filósofo e teórico da história. Para o francês, a história não é exatamente uma ciência, mas um saber, um modo de conhecer. Juntar esses fatos e fragmentos, realizar a crítica dos testemunhos implicaria numa história de tesoura e cola, como afirma Robin Collingwood (1998), que não chegaria muito longe se não fosse a imaginação construtiva do historiador, capaz de fazer com que o presente dialogasse com o passado.

A contextualização ou a confirmação de fatos a partir do que preservaram as fontes ainda existentes, um procedimento predominante na historiografia do século 19, deram lugar a outro tipo de construção da história em tempos mais recentes. Lord Acton (1834-1902) foi um dos primeiros a alertar para esta outra possibilidade: *ao invés de fatos ou períodos, estudem problemas*. Esse convite, feito em 1895, foi aceito mais adiante por Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores de uma das mais importantes escolas do pensamento historiográfico contemporâneo, os *Annales* na França.

Até então os historiadores costumavam escrever histórias mais gerais de grandes períodos, épocas ou nações. Assim, havia obras sobre *A Inglaterra medieval*, *A França moderna*, *A Grécia Antiga*,

História da Espanha, entre outras, que se tornaram objetos passíveis de críticas pontuais: eram muito genéricas, expressavam uma história geral que mantinha grandes lacunas e se baseavam excessivamente na história política e na ação de grandes personagens. Desse modo, não mais os documentos ou as datas ou fatos seriam o ponto de partida para a escrita da história, mas sim os problemas que se colocavam ao passado. Por que houve a guerra? O que era a pobreza na Idade Média? Quais eram as obras mais lidas durante o Renascimento na Itália? Quais os personagens que efetivamente coordenaram o golpe militar brasileiro em 1964?

Outro ponto importante foi a reinserção da *memória* como um campo de reflexões necessárias para a história. Afinal, durante um bom tempo a escrita da história foi vista quase como uma operação narrativa, baseada em fontes textuais. A história teria encerrado as imprecisões e as lacunas da memória com seu trabalho exaustivo de investigação. A partir do início do século 20 e, sobretudo, com o desenvolvimento de tecnologias capazes de preservar depoimentos, como o gravador, novamente a memória surge como objeto de reflexão dos historiadores. O registro da oralidade visto, muitas vezes, como subjetivo ou incerto, ganhava novamente importância, enquanto registro histórico muitas vezes capaz de refutar ou aperfeiçoar as informações obtidas em outras fontes. Assim, historicamente, se a história teria nascido como uma reação à memória e à oralidade, havendo uma complexa relação entre ambas ao longo do tempo, como a cientificização crescente da história e a problematização da oralidade e da memória, mais recentemente verificamos uma cientificização da memória que parece querer se transformar em parte ou até mesmo na própria história. Inversamente, é a história que tem sido cada vez mais problematizada e colocada em xeque. Como se vê, história e memória são conhecimentos válidos e operacionalizados pelos historiadores para se estudar o passado e o presente.

Voltando ao texto de Michel de Certeau (2002), para ele o método das ciências humanas é compreensivo, portanto, elas seriam mais interpretativas que explicativas; a história seria um lugar social onde uma prática e uma escrita se instituem, tendo uma importância determinada em cada sociedade, em cada época. Isso nos leva a compreender as confusões, muitas vezes existentes, na problemática relação da história com seus métodos, pois ora se aproxima mais da arte, ora das ciências, ora das técnicas. A rigor, todos os historiadores se submetem a uma disciplina e se utilizam de técnicas ou instrumentos de investigação. Já os textos produzidos sobre o passado remetem-nos ao lugar ocupado e ao tempo dos historiadores. A escrita da história imobiliza uma dada imagem do passado, ficcionalizando-o; utilizando a teoria psicanalítica de Freud, dirá que a história é um ausente e, com Foucault, que expressa uma vontade de verdade.

A essência da história é o texto produzido pela figura historiador na qual passado e texto não são exatamente coincidentes. Em linhas gerais, para Certeau (2002), a operação historiográfica pode ser entendida a partir de *três aspectos fundamentais*. Em primeiro lugar ela expressa um *lugar social* que envolve relações de poder e de força, no modo como os indivíduos se organizam para produzir e validar a própria história. Em segundo lugar ela é *uma prática*, um conjunto de saberes e de técnicas que informa uma disciplina aos historiadores, oferecendo um conjunto de regras, mas também de interditos. Por fim a história é *uma escrita*, um artefato textual. Como se vê, há uma forte referência à obra de Michel Foucault (2002) nessa perspectiva, com sua problemática dos saberes, poderes e regras, e também a respeito do caráter discursivo do conhecimento.

Para esse autor, a operação histórica é a combinação de um lugar social, de práticas ditas *científicas* e de uma escrita. Ou seja, a “escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias

que exigem ser examinadas por elas mesmas” (FOUCAULT, 2002, p. 66). O sociólogo francês Raymond Aron (1905-1983) já havia demonstrado que não existem verdades objetivas, em sua tentativa de demonstrar a *dissolução do objeto* nas ciências históricas. Fatos são escolhas, documentos são construções, análise implica compreensão, isto é, o historiador parte, inexoravelmente de um lugar para confeccionar seu discurso.¹⁹

A história é um lugar social, que se constitui de várias comunidades de historiadores em vários lugares e países. Para Certeau (2002), eles formam *o campo*, definindo o objeto da história e organizando as instituições históricas. De algum modo, tentaram, nas origens da formatação científica do campo, defender uma despolíticação e uma neutralidade por parte dos historiadores. Defendiam mesmo que o historiador tinha um compromisso com a verdade e produzia um saber objetivo. A partir dos anos 1950 essa despolíticação vai sendo paulatinamente desmascarada, de modo que atualmente existe a defesa de que os posicionamentos políticos do historiador devam ser explicitados. E que a objetividade convive com a subjetividade das próprias escolhas teóricas, metodológicas, de objetos determinados, dentre outros. Hoje vivemos uma época de repolíticação na medida em que se sabe que é impossível escrever uma história totalmente neutra. No processo de institucionalização, a história reivindica para si espaços de formação e difusão, universidades (antes eram as Academias de Ciências e os Institutos Históricos que reuniam amantes da história, diletantes, autodidatas, mas não exatamente especialistas) e também procedimentos científicos de trabalho, organizando arquivos, equipes de trabalho e métodos.

A história é uma prática na qual os dados são buscados e organizados pelo historiador. Ou seja, mesmo os documentos são

¹⁹ Cf. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

monumentos erigidos pelo historiador, visto que são destacados alguns e desprezados outros. Ao serem *escolhidos* ou quando *somente alguns restaram*, há uma valoração destes que é feita pelo historiador e que implica, de algum modo, subjetividade. E é desses fragmentos que a história é produzida – a história e sua relação com a ruína, com algo que é absorvido pela paisagem, pela natureza. A *pesquisa científica* opera uma transformação, da qual o produto final não revela essas marcas ou escolhas.

Isso tudo criou um enorme aparato, um aparelho gigantesco na contemporaneidade, de fontes, de arquivos, de centros de documentação e de pesquisas e obras de história. O computador veio trazer a possibilidade de ciência, de quantificação, de objetividade. No início, temos, por exemplo, uma história que destacava um e outro documento, geralmente oficiais. Com a escola dos *Annales* surge uma tentativa de examinar à exaustão séries documentais inteiras, para serem quantificadas, analisadas a fim de se descortinarem modelos ou grandes sistemas explicativos capazes de aproximar o estudo da realidade passada efetivamente vivida, valorizando-se os mais diferentes tipos de fontes: orais, escritas e iconográficas. Desse tipo de relação com os documentos, chegamos aos dias atuais com outra relação com tais fontes; saímos das regularidades e dos sistemas ou modelos para chegarmos a uma história que dá preferência ao desvio, às singularidades. Ao invés de longas e exaustivas séries para se elaborar modelos, os historiadores têm optado por recortes, por escolhas singulares de poucos documentos, ou às vezes mesmo um único.

Por fim, a história é uma escrita, ou seja, um modo de representação do passado. Na verdade, uma reinvenção do próprio passado, visto que o retrata a partir de outras perspectivas e enquadramentos, com interferências pessoais e subjetivas das escolhas feitas pelo historiador. Segundo o historiador Henri Marrou, estaríamos ainda diante da servidão da escrita, pois a linguagem e o texto se tornariam autônomos, ganhariam vida própria. E todo o processo

de fabricação dos textos e narrativas dos historiadores está oculto. Isto é, o artigo ou o livro de história não revela para os leitores todo o processo que levou à sua constituição, o início da pesquisa ou sua motivação, as indagações colocadas pelo historiador, a busca e a crítica das fontes, a elaboração do próprio texto. Igualmente, não revela quais foram as escolhas, os eixos, a composição do enredo e o perfil de leitor imaginado. Essa questão sobre as narrativas dos historiadores será analisada de maneira mais específica no último capítulo, quando verificaremos as contribuições seminais de Hayden White e Paul Ricoeur sobre a escrita da história.

A obra histórica também apresenta a cronologia como uma lei mascarada (um segmento temporal limitado, circunscrito) que, embora verse sobre o passado, atinge o presente – uma lei, porque não é possível construir nenhuma história sem o recurso à temporalidade. O ato da escrita tem como imprescindível também um processo de seleção e de semantização, ou seja, de tornar inteligível o que se narra, ordenando-o de maneira coerente. Como narração, o discurso histórico tem como conteúdo a verdade e sua expansão que se dá mediante a sucessividade temporal. Para Certeau (2002), a historiografia surge como um tipo de encenação, um recurso aos conceitos e à retórica, pois necessariamente preenche lacunas e atribui sentidos específicos ao passado, conferindo-lhe inteligibilidade para os que vivem no presente. Muitas vezes a história é uma purificação; outras, um exorcismo do passado. De qualquer modo, a escrita da história é como que uma tentativa de enterrar o passado, colocando-lhe uma lápide. Um espelho do real? Jamais. É o resultado de um tipo específico de atividade científica que resulta num artefato literário.

Neste ponto, deve ter ficado claro que a produção da história se revela como um trabalho que possui um fundamento científico de pesquisa e análise documental e outro literário ou poético de escrita, pois necessita de um suporte para materializar os resultados da pesquisa através de textos, que exige tanto a imaginação quanto a

ficcionalização por parte do historiador. O ponto polêmico é se os historiadores seriam capazes de construir leis gerais para a história. Alguns teóricos da história defenderam, ao longo do tempo, que sim²⁰, e mais recentemente parece haver um consenso de que não²¹.

Isso nos conduz à questão sobre a atividade do historiador: se seria científica, dotada de leis e modelos de investigação baseados na objetividade, dentre os quais aqueles vinculados à história alemã oitocentista, à escola metódica francesa, ao marxismo etc., ou se, ao contrário, ela seria uma ciência compreensiva, ou idiográfica, que estuda singularidades e não regularidades, em que o sujeito e o objeto do conhecimento se confundem, pois ambos são os homens.

Na prática, o problema da objetividade tem mais a ver com o controle dos preconceitos e pré-compreensões por parte do historiador. A imparcialidade, outra questão delicada, também se tornou um verdadeiro mal-entendido, pois diz respeito a não tomar partido em relação aos sujeitos históricos do passado e suas disputas, tal como desejava Ranke, e não que os historiadores não devessem se posicionar em face daquelas questões. Na compreensão há o reconhecimento de que a história não é capaz de ser uma ciência 100% objetiva ou imparcial. Por fim, devido à influência da etnografia, da antropologia cultural e simbólica, como também da crítica literária, há a defesa por parte de alguns historiadores de que seu trabalho é interpretativo, pois todo relato é um relato situado a partir da perspectiva do narrador, do sujeito do conhecimento e não de seu objeto. Veremos mais sobre esse aspecto no último capítulo.

20 Como Hegel em sua filosofia da história, Marx com as leis de desenvolvimento das forças produtivas e de formação dos modos de produção e Hempel com seu modelo de leis gerais para a história.

21 Como Michel de Certeau, Antoine Prost e Paul Veyne, que insistem na história como um saber que compreende fenômenos particulares e históricos, desprovidos de uma lei geral.

A história serve para alguma coisa? Não para uma única, mas para diversas coisas. São inúmeras as funções que o conhecimento histórico proporciona às nossas sociedades. O historiador Jörn Rüsen apresenta algumas dessas funções (2001, p. 32-36), das quais destacamos algumas: a *função propedêutica* – confere uma base e um ponto de partida para todos os saberes. Por exemplo, caso a medicina não conhecesse sua própria história, estaria fatalmente condenada a reproduzir terapêuticas ou práticas já utilizadas inutilmente no passado. A *função de coordenação* – como tudo tem uma história e a história atravessa todas as esferas da vida humana, *grosso modo*, ela permite contextualizar e relacionar homens e saberes. Há também uma *função de orientação*, afinal, com as mudanças ou com o esquecimento, é necessário problematizar as carências de sentido da vida prática ou as incompreensões que surgem na sociedade. Exemplo disso é a mudança vivida pelos núcleos familiares atuais, com o surgimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo, ou a liderança por apenas por um indivíduo, ou ainda com a redução drástica do número de filhos para um ou nenhum. Tais fenômenos já teriam ocorrido no passado? Não por acaso essas carências promovem o avanço da própria história, que, ao estudar as mudanças, pode estabelecer informações valiosas para se compreender o passado e o presente. Conhecer o passado também permite a construção de identidades, operando como um saber organizador, orientando política e culturalmente os indivíduos que passam a se agrupar ou a se cindir mediante o processo histórico de sua constituição e diferenciação. Conhecer essa história significa apreender o que levou tais indivíduos a essa condição.



ORIGENS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: da história *magistra vitae* e erudita à história romântica dos modernos

Qual a relação dos antigos com a história? O que significava pensar historicamente em sociedades como a Grécia e a Roma antigas? Quais as relações de continuidade dessa visão de história com a de períodos posteriores? É visando aclarar tais questionamentos que iremos nos debruçar, neste capítulo, sobre a visão de história surgida na antiguidade clássica e em seus desdobramentos filosóficos subsequentes.

Inicialmente, é preciso dizer que os antigos inseriam a produção de textos sobre o passado nos *logoi*, ou seja, no *logos*, um campo no qual emergem os saberes derivados do conhecimento. A história é um saber, um *logos*, portanto, e, nesse sentido, se difere dos mitos, ou *mithoi*. Ela trata de questões relacionadas com os homens ou o humano, não com os deuses ou o divino.

Muitos especialistas associam o surgimento dos primeiros escritos históricos à monarquia de Akkad (1170-2083 a.C.) na Mesopotâmia, quando o rei unificara seus domínios sob uma autoridade única, utilizando escribas para descrever seus feitos e sua história. No entanto, a maior parte dos intérpretes atribui ao grego Heródoto de Halicarnasso (485-420 a.C.) o início de um tipo de escrita histórica na qual o historiador emergiria como figura “subjetiva”, ou seja, sem estar diretamente ligado a um poder político, possuindo certa autonomia criativa e inscrevendo seu próprio nome na narrativa sobre o passado. Heródoto, portanto, seria o autor de seu *logos*, condição essa que permitia estabelecer sua autoridade ou, em outros termos, a validade do que escrevia em seu tempo. Mas, para melhor compreendermos as condições de produção dessa forma de olhar o passado na Grécia antiga, é necessário que retomemos, *grosso modo*, o que era pensado por alguns dos contemporâneos de Heródoto, em especial alguns conhecidos filósofos da antiguidade.

A HISTÓRIA ENTRE OS GREGOS E OS ROMANOS

Para os filósofos gregos a escrita histórica seria concebida a partir das mais distintas formas de relação com o mundo. No ponto de vista de Platão²² (428-348 a.C.), por exemplo, a história teria um sentido, já que: a) há ordem no universo; b) tudo é ordenado para harmonizar-se; c) uma inteligência é responsável pelo mundo; d) a verdade encontra-se nas ideias; e) existe a Verdade, o Belo e o Bem em si. Para Aristóteles (384-322 a.C.), em sua *Poética*, por outro lado, a história seria um gênero narrativo ou literário, inferior à tragédia, portanto um gênero menor, visto não produzir a catarse ou a apreensão de conhecimentos elevados; ela trataria de questões úteis, visto constituir-se de um relato curto, com começo, meio e fim, marcado por uma peripécia que versa sobre eventos que aconteceram. A história lidaria, assim, com o que é particular e irrepetível, não tendo a ambição de explicar o homem. Emerge desse aspecto uma questão fundamental, que ainda hoje alimenta intensos debates historiográficos acerca da ficcionalidade na história. Sendo uma narrativa, a história é, de fato, essencialmente ficcional. Dizer isso significa compreender a ficção como um veículo que traduz o que chamamos de real e não como algo que é falso, inverídico. Ficcionalizar é contar, narrar. E toda história necessita do suporte textual para existir.



FIGURA 1 (esquerda): Busto de Platão, o original data de 370 a.C.; FIGURA 2 (direita): Aristóteles.

Tais linhas apontam para o sentido textual que a história tem. Afinal a história acaba tendo uma utilidade, visto ser uma narrativa que, ao lado das demais, informa, transmite saberes, orienta e confere sentido aos homens. Essa tarefa fica clara, mesmo com os historiadores sendo considerados,

²² Cf. *Fédon* (387 a.C.), um dos grandes diálogos de Platão – juntamente com *A República* e *O Banquete*, – no qual ele retrata a morte de Sócrates.

no seu próprio tempo, como autores menores. Entre os gregos, Heródoto ou Tucídides (460-395 a.C.) não recebiam a mesma admiração que o poeta épico Homero, considerado infinitamente superior em forma e ideia.

Voltemos ao velho Heródoto, considerado o pai da História. Seus escritos revelam a filiação genética dos estudos do passado tanto com a literatura, como ficou exposto acima, quanto com a filosofia. Nos primórdios da humanidade, as explicações sobre o passado eram fornecidas pelos mitos, ou seja, o fundamento da história era sobrenatural, divino. Ainda hoje os mitos constituem uma fonte inesgotável de compreensão do passado de diferentes sociedades, mesmo contemporâneas. Na Grécia antiga, essa autoridade que os mitos tinham em relação ao passado, com o tempo, foi questionada. Um dos primeiros a fazê-lo foi Hecateu de Mileto, no século V a.C., que dizia, ao retornar do Egito: “vou escrever o que acho ser verdade, porque as lendas dos gregos parecem muitas e risíveis”. Pode-se dizer que em virtude desse questionamento e dessa crítica a história nasce unida à filosofia. Heródoto é, portanto, considerado pioneiro por ter sido o primeiro a dar a esse tipo de conhecimento o caráter de investigação, de pesquisa (HARTOG, 1999).

Foi nesse período que começou uma tradição que se estende até os dias atuais: de o historiador valer-se dos testemunhos, das fontes e registros existentes. Heródoto dedicou-se ao estudo das guerras greco-pérsicas (490-479 a.C), que segundo ele marcaram o triunfo dos gregos sobre a civilização oriental, garantindo sua independência e tendo sido responsáveis pela sua posterior prosperidade. Percebe-se, claramente, na obra de Heródoto, o quanto as inquietações do presente motivam a busca pelo passado, não pelas origens, pelo fundamento do povo grego, mas sobre eventos ocorridos duzentos anos antes, responsáveis pela hegemonia grega em face dos demais povos “bárbaros”.

A história que Heródoto pratica não é mais aquela que exalta a memória dos feitos de grandes heróis, mas a que procura retratar

os feitos dos homens sem uma explicação divina, buscando eventos concretos e testemunhos a respeito deles. A preocupação com a escrita da história, com o discurso do historiador é uma invenção que pode ser atribuída ao grego de Halicarnasso. Ele coloca a voz do historiador como a de um juiz que reúne testemunhos e, com imparcialidade, pretende desvendar a verdade. Domínio que anteriormente era disputado pelo *aedo*, que contava lendas e histórias sobre o passado do *kleos* (glória imortal para o herói), evitando seu esquecimento. Agora esse conhecimento estaria seguro mediante a palavra escrita, evitando-se o esquecimento, firmando um ponto de vista, atribuindo-lhe critérios de veracidade e de autoridade, bem como não se ocupando exclusivamente de feitos heroicos, mas daqueles que interessam à coletividade.

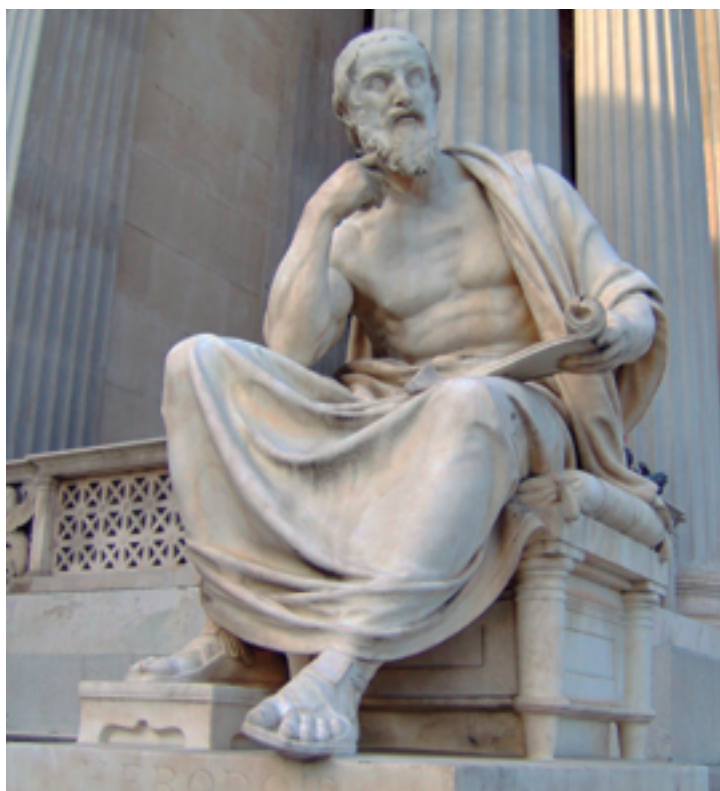


FIGURA 3:
Heródoto

Heródoto é o protótipo do historiador, pois usa seu nome próprio, escrevendo muitas vezes na primeira pessoa do singular e também se servindo dos depoimentos, narrados na terceira pessoa. Ele seculariza seu discurso e substitui as musas e os heróis como autor do relato. E explicita as tensões entre o passado e o presente, entre o desenvolvimento do *muthos* (da intriga) e o horizonte de expectativa dos leitores. Com suas *Histórias*, Heródoto torna-se um historiador que não cansa de se interrogar sobre sua identidade. Segundo François Hartog, o relato histórico com o pai dos historiadores faz acreditar que *o olho escreve*, o que induz a conferir a primazia à percepção, à oralidade sobre a escritura, que é secundária. Quando o ver falha, resta a possibilidade do recurso ao que se ouviu dizer, o que ainda confirma a supremacia da oralidade (DOSSE, 2003, p. 16). Heródoto não provocará, contudo, um corte radical entre *aedos* e historiadores. Para Hartog, Heródoto constitui a “nomeação de um novo lugar e [...] sua circunscrição nas práticas discursivas e nos saberes em curso: *historiê*”. Ainda segundo Hartog:

Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui sua *historiê*, para impedir que o que fizeram os homens, com o tempo, se apague da memória e para que grandes e maravilhosas obras, produzidas tanto pelos bárbaros quanto pelos gregos, não cessem de ser retomadas; em particular, aquilo que foi a causa de eles entrarem em guerra uns contra os outros. Entre os persas, os doutos (*logoi*) dizem que os fenícios foram a causa do desacordo. (HARTOG, 1999, p. 17)

Tucídides (460-395 a.C.) apagará mais ainda, na sequência de sua narrativa, as marcas da primeira pessoa, na medida em que fará da vista (*ópsis*) o critério essencial capaz de tornar possível uma história verdadeira. Da autópsia tucidiana ao ideal de uma história

positivista, em que o historiador não seria mais que um olho (leitor, é verdade, mas espectador), no limite, o olho de ninguém, indica-se uma via (aporética) pela qual a historiografia não cessou de caminhar: o historiador como *voyeur* (HARTOG, 1999, p. 28). Para falar da Guerra do Peloponeso, da qual foi contemporâneo, Tucídides quer buscar suas causas reais, procurando evitar o envolvimento passional e político dos dois lados, buscando a imparcialidade. Para ele, apenas o que fosse verdadeiro e o que foi realmente visto deveriam ser narrados. Com Tucídides surge o *imperativo da precisão* por parte do historiador, da busca pelas certezas, pelas provas, como em um tribunal. Esse tipo de história constituirá um modelo seguido até meados do século 19, que defende a imparcialidade, a crítica dos testemunhos, a avaliação dos valores e interesses envolvidos e o estudo etiológico (das causas).

De todo modo, cabe frisar que na Antiguidade o conceito de “História” existia, mas era utilizado principalmente para a forma, para o invólucro, e apenas em segundo plano para todo o conjunto de ações, de acontecimentos e de transursos que ela possuía. Em termos do seu conteúdo, ele visava muito mais à soma dos acontecimentos do que à relação entre eles, que era estabelecida na forma das *Historie(n)*. Não se buscava um movimento dinâmico, uma grande corrente, onde se pudesse determinar um lugar, cuja coerência se pudesse assumir, cujo sentido se pudesse procurar (MEIER, 2013, p. 47).

O historiador grego Políbios (203-120 a.C.), ao escrever suas *Histórias*, fortalece a compreensão da utilidade das histórias, seu potencial orientador para os povos e seus líderes. Ele defende uma história pragmática e cronológica, que deveria ser útil para o presente, buscando conhecer a origem e suas causas, bem como seu ciclo. Para Políbios, a história obedeceria uma sequência divina, uma sucessão de nascimento e morte. Analisar as fontes, apresentar aspectos geográficos para os leitores e destacar as ações políticas seriam a meta fundamental dos historiadores. Sua obra procura mostrar por que Roma derrotou a Grécia.

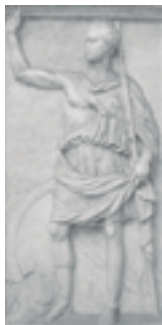


FIGURA 4: Políbios

Foi o historiador romano Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) quem sintetizou a função que aquela pluralidade de histórias deveria, sobretudo, atender. Com a expressão *Historia magistra vitae* (História mestra da vida), Cícero esclarecia a necessidade prática sobre a qual a História deveria se assentar: o fornecimento de exemplos para uma orientação das ações humanas no mundo. O ciclo de influência de Cícero perdura até a experiência histórica cristã, chegando até a modernidade. Boa parte de sua obra filosófica foi catalogada, nas bibliotecas dos mosteiros, como coletânea de exemplos, sendo amplamente disseminada. A maneira como a máxima ciceroniana foi apreendida pela sociedade medieval europeia será, portanto, um dos nossos próximos temas.

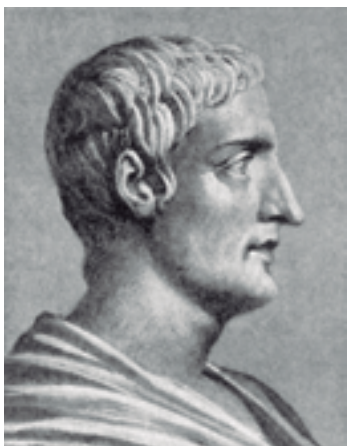


FIGURA 5: Tácito



FIGURA 6: Marco Tulio Cícero

Outros historiadores muito influentes da Antiguidade foram Plutarco (46-120) e Tácito (55-117). Este é considerado o maior historiador romano. Seus *Anais*, *História* e também *Germânia* influenciaram boa parte dos historiadores e cronistas medievais. Sua obra tinha um fundo moral, buscando retratar os homens em suas virtudes e vícios, procurando mostrar que a história romana era uma história de decadência. Tácito insiste em buscar as causas e os efeitos dos fatos, relacionando-os com os interesses e as pai-

xões humanas, construindo retratos psicológicos sugestivos. Uma de suas imagens mais poderosas é a de Nero incendiando Roma.

A HISTÓRIA MEDIEVAL

Diferentes autores apontam como principal característica da história medieval, em relação à história produzida na Antiguidade, o fato de que ela rompe com uma perspectiva de eternidade, representada por um tempo cíclico, inaugurando uma concepção linear de tempo, inscrevendo na História o caráter da Providência divina. Tal concepção teria sua origem, sobretudo, no pensamento de filósofos como Santo Agostinho (354-430), para quem as influências da expansão do cristianismo far-se-iam sentir de maneira bastante evidente.²³



FIGURA 7: Santo Agostinho

Agostinho de Hipona, como era conhecido, escrevia à época da dissolução do Império Romano do Ocidente e incorporava em suas reflexões filosóficas a importância de se pensar a distinção entre as dimensões terrena e espiritual da humanidade. Em sua obra *A cidade de Deus* (426), o filósofo enfatizava a necessidade de se incorporar o tempo como categoria necessária para pensar essa dupla dimensão existencial da vida humana. Para Agostinho, o tempo não teria uma existência isolada e só poderia ser apreendido pelos homens por meio de uma atividade chamada “distensão da alma” (*distentio animi*). Esta seria a compreensão dos três tempos: pretérito, presente e futuro, de modo que fosse possível lembrar do passado, viver o presente e prever o futuro. Agostinho afirmava

23 Cf. CAIRE-CABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2004.

que a alma é quem pode medir o tempo e essa “forma de mensurar” atestaria a existência do tempo apenas em caráter psicológico.

Na alta Idade Média surge uma concepção linear do devir humano, relacionando a História com os textos bíblicos, ou seja, marcando o surgimento desta com a Criação e seu limite com o Juízo Final. A marcha da humanidade adquire, portanto, um caráter religioso. Alguns historiadores, entre eles Georges Duby²⁴, acreditam, ao contrário, que a História Medieval mantém afinidades eletivas com a História produzida na Antiguidade, visto que mantém uma concepção linear do tempo, que no Ano Mil levaria ao surgimento de uma nova era, bem como à convicção de um agente sobrenatural em relação aos desígnios da História.²⁵ Nesse momento há uma enorme profusão de hagiografias, seguida pela escritura de cronologias e anais. O grande nome desse período é Gregório de Tours (538-594 d.C.) e sua *História dos Francos*.

No século XII há uma alteração nesse quadro. Uma nova consciência da História coloca outra preocupação, particularmente junto à nobreza e aos Estados em processo de nascimento, de uma história dos feitos humanos. O conflito franco-inglês (a Guerra dos Cem Anos), ocorrido entre os séculos XIV e XV, leva os príncipes a se interessarem pela História e pelo passado. Surgem os cronistas oficiais. Também as cruzadas inauguraram uma preocupação em se fazer relatos não mais exclusivamente relacionados ao sagrado. Jean Froissart (1337-1405) é um dos grandes nomes desse período.



FIGURA 8:
Gregório de Tours



FIGURA 9: Froissart

²⁴ Georges Duby (1919-1996) foi um dos mais importantes medievalistas franceses, vinculado à escola dos *Annales*. Autor de obras fundamentais como *O ano mil, O tempo das catedrais, O domingo de Bouvines*, entre outras.

²⁵ Cf. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *A História na Idade Média I e II*. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1987.

Os pensadores e historiadores do Renascimento irão menosprezar os esforços e as histórias produzidas durante o período que preferem denominar como *Idade das Trevas*. Tornam-se severos críticos das narrativas produzidas por cronistas e historiadores medievais, vendo nelas a expressão de superstições e equívocos. Não por acaso, subestimaram preciosas informações e uma diversidade de textos que hoje têm sido revalorizados pelas novas gerações de historiadores. Mas, do mesmo modo como os historiadores da Antiguidade ou do Medievo, continuaram a insistir em valores eternos ou morais para suas histórias.

Parece interessante que, mesmo durante a Idade Média, a produção de textos relacionados ao passado era vista como gêneros inferiores à Filosofia, ao Direto e às Artes. Tratava-se de um saber acessório e ilustrativo em relação à sabedoria contida na Bíblia. Não por acaso diferentes historiadores se empenharam na tarefa de relacionar a história humana ao conhecimento existente nos textos bíblicos. Somente no século XIV é que a História passa a ser um gênero específico e utilizado nas bibliotecas e mosteiros para identificar determinados textos.



FIGURA 10: Página de alguns manuscritos da *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha

No início, a escassez de documentos e fontes levou os historiadores medievais a se basearem nos clássicos produzidos na Antiguidade. Lentamente a produção histórica medieval tomava consistência. Os arquivos eram exíguos, sua conservação precária. As bibliotecas contavam apenas com algumas dezenas de exemplares. As fontes eram de difícil acesso. Lentamente os relatos orais passaram a ser considerados dignos de crédito, graças em grande medida às *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (560-636).

Com o tempo, o homem medieval percebeu a necessidade de fixar cronologias (baseadas no tempo inaugurado nas escrituras) e de olhar crítica-

mente os documentos, verificando sua autenticidade ou não. Aperfeiçoamentos técnicos levaram ao cotejamento e a uma considerável melhoria na exatidão das informações utilizadas. A pretensão de apresentar afirmações coerentes com determinado tipo de verdade foi se aproximando do conceito de *estoire* ou *historie*, um desenvolvimento que naturalmente só chegou a uma expansão após o século XV.

A produção de textos históricos passa a se diversificar e distintas categorias historiográficas, como a crônica, os *Annales*, a *vita*, a *gesta*, a *história popular* e a *poesia histórica* surgem na Europa. Aos poucos uma perspectiva histórico-universal se estreitava, sendo possível que analogamente aparecessem crônicas de objetos parciais como a crônica de cidades e ordens religiosas. Passada a Idade Média, a contribuição dos antigos seria incorporada pela historiografia posterior, de Tácito e de Cícero, que, como vimos, teria como principal traço seu caráter exemplar, com o predomínio de lições morais e de figuras retóricas que muitas vezes prescindiam das provas documentais.

O método e a função dos antigos instrumentos educacionais não se modificaram substancialmente com a cristianização, mas a história não conseguiu ficar imune frente ao novo objetivo educacional que se cunhara. Se para Santo Agostinho seria possível avançar até a verdade eterna através das forças sensoriais e espirituais de uma pessoa, então também a hierarquia e a posição da *Historie* deveriam mudar. Nesse contexto, os acontecimentos históricos se deviam às ações humanas, mas concretizar-se-iam dentro de uma dada ordem temporal, condicionada pela figura divina. A história, portanto, pertenceria aos dois âmbitos: aquele do homem e aquele de seu Criador. Isso garantiria ao homem medieval uma dupla importância na expansão do conhecimento humano em direção à verdade eterna.²⁶

Com isso, a *historia*, no seu conjunto, não era apenas útil para a pedagogia da salvação, mas recebia também um ponto de refe-

26 Cf. CAIRE-CABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2004.

rência transcendental. Tanto o transcurso temporal quanto a concretização das correntes de acontecimentos não se referiam mais a um objetivo relativo ao mundo – premissa que havia levado à crença no caráter definitivo do império romano –, mas toda a história da humanidade (também aquela ocorrida fora de grandes impérios) convergia para uma unidade, cujo sentido independia totalmente da permanência de fatores imanentes ao mundo conforme os desígnios da Providência.

Como consequência disso, o transcurso dos acontecimentos visto isoladamente continha pouca verdade, somente como parte constitutiva da realidade total imanente e transcendente é que se abria seu significado completo. Do mesmo modo que na Antiguidade, também na Idade Média bons exemplos históricos deveriam incentivar a prática do bem e o afastamento do mal. A apresentação do passado deveria justificar a situação do presente ou auxiliar em sua correção. De fato, por séculos vigorou a crença de que as grandes ações do passado poderiam orientar o presente, como se se tratasse de uma bússola moral destinada a estabelecer a melhor forma de conduta dos grandes homens em seu próprio espaço de experiências.²⁷

A presença de Deus era enxergada em praticamente todos os acontecimentos históricos. Em função disso, a própria mudança nos transcurtos humanos parecia viabilizar o acesso ao ser imutável e transcendente. Dentro dessa ótica de conhecimento, todo acontecimento mundano poderia convergir para uma unidade. Foi em conexão com o pensamento agostiniano que estavam dadas as precondições para o aparecimento da concepção de uma História Universal, mesmo que esta ainda não fosse realizável em termos de uma consciência histórica específica (MEIER, 2013, p. 83).

27 Ver: GUMBRECHT, H. U. Depois de aprender com a história. In: _____. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999; RANGEL, M. M. Algumas reflexões sobre a ciência histórica a partir de Hans Ulrich Gumbrecht. *Revista Pontes*, n. 20, 2010.

HISTÓRIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA NA MODERNIDADE EUROPEIA: EXPERIÊNCIA TEMPORAL E SENTIDO HISTÓRICO

Ao tratarmos dos problemas circunscritos ao conceito de História na Idade Moderna, é necessário compreender as inúmeras interpretações e leituras sobre o assunto que nos são trazidas pela historiografia contemporânea. Primeiramente, é sabido que não existe um consenso entre os historiadores sobre um período concreto ou uma definição única a respeito do que significa o fenômeno da chamada “modernização” ocidental.

Vimos nos tópicos anteriores que tanto na Antiguidade quanto ao longo do medievo a História assumira um caráter pragmático, no qual o “aprender com a história” tomara formas em simetria com concepções políticas, temporais e filosóficas nas sociedades de cada um desses períodos. Tal lógica não seria diferente durante a Idade Moderna, de modo que a maneira de conceber a relação entre passado, presente e futuro nos distintos Estados europeus sofreria uma forte guinada, sobretudo após a descoberta do Novo Mundo e a eclosão das reformas religiosas no século XVI.

Bastante elucidativas nesse sentido são as digressões de Reinhart Koselleck²⁸ a respeito da temporalidade e da visão de História entre os modernos europeus. Segundo o historiador alemão, a Era Moderna seria marcada, principalmente, pela radicalização da experiência temporal humana, quando, em detrimento do caráter basicamente estável do tempo religioso medieval, a modernidade traria a emergência de uma temporalidade essencialmente dinâmica, humana e inconstante. A Revolução Copernicana, o desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre com suas populações vivendo em fases diferentes de desenvolvimento, a dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital e, depois de 1789, a Revolução Francesa foram fatores que contribu-

28 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

íram para tornar a sensação de surpresa, de ruptura da continuidade, uma constante da modernidade. Esse tipo volúvel de relação temporal é exemplificado por Koselleck a partir das distintas filosofias da história que passam a surgir principalmente ao longo do século XVIII ocidental.

Segundo Koselleck, até meados do século XVIII, era perfeitamente razoável contar com a “futuridade do passado”, ou seja, com a expectativa de que o futuro se assemelharia ao passado. Esse era o sentido da máxima ciceroniana *historia magistra vitae*, que resume a configuração historiográfica que prevalecera até então: a história como uma coleção de exemplos que serviam à conduta moral dos homens. Tal concepção magistral de história assentava-se sobre uma estrutura temporal estática que articulava passado, presente e futuro em um espaço contínuo (DUARTE, 2012, p. 75).

Na modernidade, contudo, com a emergência de um futuro diferente do “futuro passado”, um futuro aberto, indeterminado e indeterminável pelas experiências vividas, o passado já não poderia mais fornecer exemplos. A radicalidade do futuro, vivido no presente como aceleração, separou as dimensões do tempo, anulando a utilidade da experiência passada.

É importante para nossa proposta entendermos essa mudança radical descrita por Koselleck para que possamos compreender o sentido adquirido pela ideia de História em tempos modernos. Segundo o historiador, a maneira pela qual a consciência filosófica europeia lidou com essa experiência, no final século XVIII, foi por meio da ordenação diacrônica e hierárquica dos vários tempos em um movimento único, linear e universal, denominado “progresso”. Essa singularização radical se deu, também, entre outros vocabulários políticos, inclusive no conceito de história próprio à modernidade: a história tornou-se um singular coletivo, um metaconceito transcendental, que sintetizava relato e acontecimento e englobava as várias histórias individuais, que, até então, eram percebidas como desconexas entre si (DUARTE, 2012, p. 75).

Envolvendo toda a humanidade, a história do progresso é um percurso estruturado de desenvolvimento, que se inicia na barbárie e se orienta na direção de um futuro luminoso.

No entanto, quais seriam as principais características do modelo de escrita histórica oriundas dessa nova experiência temporal? Um aspecto central a se considerar, no que diz respeito aos protocolos discursivos das narrativas históricas da Época Moderna, é o recurso à eloquência e à retórica, expedientes obrigatórios nos livros antigos. De certo modo, a presença desses recursos nos textos dos séculos XVI e XVII expressa a tensão entre a racionalidade e a sensibilidade, que era uma das marcas registradas do discurso histórico. Os elementos que compunham a *ars rhetorica* daqueles tempos serviam como instrumento eficaz a preencher o vazio deixado pelo aspecto catártico exigido nos demais gêneros narrativos, vistos como mais elevados pelos antigos, segundo a prescrição fundadora de Aristóteles. Essa necessidade de angariar respostas afetivas explicita a dimensão meta-histórica sugerida por Koselleck, associando-se, sobretudo, na oposição existente no par amigo-inimigo.²⁹

De fato, toda história, ao inserir os indivíduos em determinados lugares, retratando suas ações e o desdobramento destas no curso dos eventos narrados, destacava essa dimensão afetiva. Um *nós* a diferenciar-se dos *outros*. Na época moderna, apelou-se cada vez mais para construções narrativas mescladas de crítica e de razão, nas quais o convencimento obtido pela eloquência lentamente perdeu espaço para a exposição lógica e refletida, agora amparada no exame das fontes. O declínio da *ars rhetorica* no discurso histórico passou a ser inversamente proporcional ao desenvolvimento da empiria e da crítica. Sendo assim, poder-se-ia falar da própria transformação da natureza retórica nos textos históricos. Na atualidade, referir-se

29 Ver: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. *História y hermenêutica*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

a regimes de historicidade implica, necessariamente, pensar na ampliação do espaço ocupado por “regimes de cientificidade”.³⁰

É importante observar que, de forma predominante, até os séculos XVII e XVIII os historiadores procuraram emular os grandes nomes da Antiguidade, ou mesmo os clássicos modernos reconhecidos como padrão elevado de moral e de estilo. Junto com Heródoto, o historiador romano Tito Lívio (57 a.C.-17 d.C.) foi outra influência de destaque no período.³¹ Gênero literário por excelência ao longo dos séculos XVI e XVII, a história não se empenhou em explicitar os seus métodos. A exigência de utilização de provas eram difundidas apenas entre os eruditos, em minoria entre aqueles que se incumbiam de narrar o passado, dispensando-se, portanto, remissões mais rigorosas às fontes. De todo modo, seja em autores tão distintos como Maquiavel, como Bodin ou como Voltaire, fica evidente que o discurso político era uma das vocações da história, conforme acentuou Philippe Ariès.³²

De forma recorrente, seja na obra de Mably³³, no tratado de Fénelon³⁴, como em muitos outros textos históricos da Época Moderna, a presença das preceptivas de matriz tucidiana soa como referên-

30 Ver: HARTOG, F. Os antigos diante deles mesmos; o caso grego: do *ktêma* ao *exemplum* passando pela ‘arqueologia’. In: _____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003; HARTOG, F. Chateaubriand: entre l’ancien et le nouveau regime d’historicité. In: _____. *Regimes d’historicité. Presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

31 Cf. HAZARD, P. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1974.

32 ARIÈS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

33 Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785), também conhecido como Abbé de Mably, foi um filósofo francês que se dedicou estudo da política. Entre seus trabalhos estão a redação do projeto do tratado que Voltaire entregou a Frederico II da Prússia. Destaque especial à obra *Observações sobre a história da França* (1765).

34 François Fénelon (1651-1715) foi um teólogo católico, poeta e escritor francês, cujas ideias liberais sobre política e educação esbarravam contra o status quo da Igreja e do Estado dessa época. Pertenceu à Academia Francesa de Letras. Escreveu *Les Aventures de Télémaque* (1699), seu livro mais conhecido, uma crítica implícita ao absolutismo.

cia maior. E não somente pelo conteúdo político das experiências (note-se que quase sempre há a grave presença de um vulto da política em processo de formação intelectual e de caráter), mas ainda pelo pragmatismo das ações necessárias. Por meio de Maquiavel, de Bodin, de Fénelon, de Mably, de Voltaire e de muitos outros autores modernos, nota-se como os efeitos de exemplaridade dos eventos desencadeados por alguns líderes do passado preenchem o núcleo da narrativa histórica. Os acontecimentos descritos por narrativas à moda da *Historia magistra vitae* destinavam-se a ser incorporados como aspectos de sabedoria, com o fito de gerar as atitudes recomendáveis e, assim, efetivar um programa eficaz de ação para a vida.

Todavia, uma abordagem acerca do pensamento histórico moderno não se mostraria completa caso a influência do *Romantismo* e de demais movimentos intelectuais com ênfase na subjetividade humana não fosse apontada. É imperativo que também compreendamos o desenvolvimento do caráter científico do conhecimento histórico na modernidade a partir do choque entre as pretensões da racionalidade filosófica iluminista e os apontamentos em torno da relatividade do pensar e da subjetividade humana surgidos na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX.

O historiador Georg Iggers nos aponta como o Romantismo, o Pietismo religioso e o Tradicionalismo se expressavam de maneira mesclada no pensamento de nomes como J. W. Goethe (1749-1832), Johann Herder (1744-1803), Johann Winckelmann (1717-1768), Friedrich Schiller (1759-1805) e Humboldt (1769-1859), em sua tentativa de harmonizar uma inter-relação entre a diversidade humana e os aspectos, tanto racionais quanto irracionais, de sua personalidade. Todo indivíduo seria diferente e a tarefa incumbida de cada um seria desenvolver sua personalidade única ao máximo.³⁵

Inicialmente apenas uma atitude, um estado de espírito, o Romantismo tomaria mais tarde a forma de um movimento, e o

35 Cf. MALERBA, Jurandir. *Lições de história*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

espírito romântico passaria a designar toda uma visão de mundo centrada no indivíduo e na especificidade nacional. Os autores românticos voltavam-se cada vez mais para si mesmos, retratando o drama humano, amores trágicos, ideais utópicos e desejos de escapismo. Se o século XVIII foi marcado pela objetividade, pelo Iluminismo e pela razão, o início do século XIX seria marcado pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção e pelo eu.

A partir da contestação das pretensões universalistas da racionalidade iluminista, a visão de mundo romântica atentava para duas categorias centrais do pensar historiográfico na modernidade: as ideias de individualidade e desenvolvimento. Na segunda metade do século dezoito, Herder havia enaltecido a língua e a cultura como essenciais possibilidades de acesso e compreensão dos feitos humanos na história. As identidades nacionais apenas poderiam ser entendidas a partir da percepção do que lhes fosse específico/individual, de modo que sua cultura (*Kultur*) deveria ser desvendada sob a perspectiva do desenvolvimento formativo que lhe fosse próprio.³⁶

Estavam lançadas as bases do que seriam as preocupações da História acadêmica europeia do século dezenove. Tanto Ranke quanto Michelet seriam fortemente influenciados pelas premissas românticas e pela atmosfera política formativa das identidades nacionais daquele período. O historicismo e o cientificismo historiográfico dos últimos dois séculos não podem ser compreendidos sem esse olhar sobre as discussões filosóficas do século dezoito e o seu insucesso nas páginas dos principais trabalhos surgidos entre os historiadores acadêmicos durante o oitocentos e ao longo do século vinte.

O alvorecer moderno havia estabelecido os pilares de uma forma de pensar centrada no sujeito, nas individualidades nacionais, bem como na humanidade e no potencial das coletividades humanas. A moderna visão de mundo surgida na Europa e difundida

36 Cf. MAYOS, Gonçal. *Ilustración y Romanticismo; Introducción a la polémica entre Kant y Herder*. Barcelona: Editorial Herder, 2004.

também nas Américas estaria vinculada a uma maneira distinta de se pensar o passado e às novas possibilidades de futuro que se punham. Isso traria consequências óbvias para o fazer historiográfico e os procedimentos práticos dos historiadores. As condições que propiciaram o surgimento dessas distintas formas do “método histórico” serão o tema do nosso próximo capítulo.

Tarefa quase impossível é tentar definir o Romantismo, em quaisquer de suas vertentes, seja na Alemanha, na França ou no Brasil. A despeito da complexidade que o conceito assume em diferentes formações socioculturais, existem alguns elementos comuns. Para Alfredo Bosi, ele representa, na França, um ressentimento da nobreza com a perda de seu espaço social, com um quê de nostalgia e sentimentalismo. Sua principal marca é o *eu romântico*.³⁷ Duas referências obrigatórias em se tratando do Romantismo seriam as obras de Chateaubriand³⁸ e o romance *Ivanhoé* de Walter Scott³⁹. Diferentes autores nesse período procuraram recuperar aspectos positivos da Idade Média, tão duramente criticada no Renascimento. Alguns dos valores medievais, não por acaso, serão entendidos como fundamentos, como raízes na construção da nação.

Na Alemanha os autores costumam dividir o Romantismo em duas vertentes, a de Iena e a de *Heidelberg*. Na primeira ele dá vazão à fantasia, à crítica literária e à reflexão filosófica sobre a existên-

37 BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2004.

38 O escritor francês, François-René Chateaubriand (1768-1848) foi o fundador do romantismo na literatura francesa. Seu auge foi a obra *O gênio do Cristianismo* (1802) e duas trágicas histórias de amor sobre norte-americanos nativos, *Atala* (1801) e *Renè* (1802), exemplificando a melancolia, estilo poético que se tornou típico da ficção romântica.

39 O romancista escocês Walter Scott (1771-1832) foi o criador do verdadeiro romance histórico. Aos vinte e dois anos, Walter Scott era já considerado o primeiro poeta nacional, famoso pela “Canção do Último Menestrel”. Seu romance *Ivanhoé*, publicado em 1820, narra a luta entre saxões e normandos e as intrigas de João sem Terra para destronar Ricardo Coração de Leão.

cia humana. Em *Heidelberg* ele se fundamenta nas tradições, no passado histórico, na mitologia, nos estudos filológicos, na pesquisa histórica e tem uma forte vocação nacionalista. O movimento absorveu o impacto causado pela Revolução Francesa, pela filosofia de Fichte e pela obra de Goethe. *Grosso Modo*, propõe um retorno aos mitos fundadores, à origem da pátria. Um de seus grandes expoentes, Friedrich Schlegel.



FIGURA 11: Goethe foi uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX.



FIGURA 12: Chateaubriand (1768-1848) foi o fundador do romantismo na literatura francesa.

A Revolução Francesa trouxe a promessa da liberdade, da emancipação humana concreta mediante a ação política. O filósofo Fichte, por sua vez, introduz a importância do eu como síntese responsável pela compreensão do mundo. Sua filosofia é profundamente idealista e subjetiva e cria mundos autônomos, distantes da natureza. O distanciamento e a subjetividade seriam a marca do ato criador. Já Goethe, em sua obra *Wilhelm Meister*, inovou a forma de narrar introduzindo a forma *romance* na literatura ocidental, sob uma roupagem épica, fundindo poesia e prosa, crítica e genialidade, expressão e reflexão. Em *Iena* o romantismo está voltado para a reelaboração da cultura popular, dos contos,

das lendas e das fábulas⁴⁰. O romantismo alemão representou uma forte crítica, bem como uma oposição ferrenha ao expansionismo francês. O despertar de uma consciência nacional acendia as paixões e o nacionalismo. Contribuição significativa seria o *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), movimento de reação aos modelos clássicos da Antiguidade e responsável pelo rompimento com uma tradição literária e filosófica antiga, visando permitir uma nova consciência histórica marcada pela ideia de modernidade.

Desse modo, em suas linhas mais gerais, pode-se apreender o Romantismo por seu apreço pela História, pela valorização das tradições do passado, pela exaltação dos valores sociais e pela construção de uma heroicidade, marcada pela defesa das origens, da terra e da pátria. Inspirados pelo civismo e pelo patriotismo nascentes, os românticos buscam retratar modelos ideais, exemplares para a história da nação.⁴¹

O historiador François Dosse fala de uma estética romântica para a história, demarcando-lhe data precisa de fundação na França. Teria surgido em 1830. Para ele os efeitos da Restauração – período compreendido pelo restabelecimento das monarquias derrubadas por Napoleão Bonaparte, entre 1814 e 1814, que redesenharam as fronteiras dos países europeus – se fizeram sentir em todas as sociedades. Igualmente se fez sentir a compreensão do significado que a Revolução Francesa teria imposto ao mundo contemporâneo. Assim, a partir de 1815 teve início uma verdadeira “luta historiográfica” (DOSSE, 2003, p. 127) colocando de um lado os historiadores liberais, que constituem uma nova geração revolucionária, e de outro os eruditos representantes da reação aristocrática. De qualquer modo, ambos os grupos sabiam que era preciso consolidar o novo regime político, mantendo-se a legiti-

40 RÖHL, Ruth; HEISE, Eloá. *História da literatura alemã*. São Paulo: Ática, 1989.

41 CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2001.

midade, superando a descontinuidade de revolução de 1789 e procurando uma ligação com o passado medieval.

Destacam-se nessa nova escrita da história três elementos: o *progresso da erudição*, um *avanço nas técnicas de pesquisa e de ordenação documental* e, por fim, um *caráter interpretativo que valoriza a subjetividade*. Conquanto desejassem fazer ciência, os historiadores desse período não abriram mão das singularidades. O sujeito dessas histórias vai ser, na França, como em outros países, a nação. A história da pátria é, assim, o eixo que articula a coerência da narrativa e lhe atribui um sentido.

Dosse relaciona dois historiadores desse período. Augustin Thierry (1795 -1856), um dos grandes representantes dessa geração que afirmou que a França ainda não tinha uma história. Uma de suas metas foi reavaliar a importância das pessoas de baixo, dos anônimos (DOSSE, 2003, p. 129). Apaixonado por *Ivanhoé*, defendia uma história romanceada, cujo texto tenha a ambição de construir arte e ciência ao mesmo tempo. O mais importante representante dessa historiografia romântica foi, sem dúvida, Jules Michelet (1798-1874), cuja obra só pode ser compreendida

a partir do impacto das revoluções de 1830. Também ele afirma que a França não possuía uma verdadeira história. Segundo ele, sua obra foi concebida a partir do “clarão de Julho” (2003, p. 130). A análise que Dosse faz da obra de Michelet enfatiza seu misticismo religioso cristão. Sua originalidade surge quando defende o pressuposto de que a finalidade da história é ressuscitar os mortos, reacender as cinzas apagadas do passado. Para Michelet o povo é a pedra filosofal da história, personagem esquecido pelos historiadores que o antecederam, povo que equivale à nação. A Revolução Francesa, para ele, corresponde à Encarnação, o sacrifício da pátria mergulhada em



FIGURA 13: Jules Michelet, considerado o maior historiador francês do séc. XIX, combina a exigência científica do estudo da História com a visão apaixonada dos acontecimentos.

sangue, rumo à Redenção. Michelet representa ainda uma ruptura em relação à história-crônica, defendendo uma história totalizante, que permitisse o ressurgimento integral do vivido (2003, p. 133). O maior historiador da França viveu pobremente em Nantes e em Paris. Sua obra visa uma totalidade quase profética que quer reviver o passado, influência certamente provocada pelo contato com o pensamento historicista alemão.

Michelet foi um crítico mordaz de seus pares. Não poupou Guizot, Thierry, Mignet, nem Thiers⁴². Segundo ele, a maior fraqueza de seus colegas historiadores residia nos limites de suas informações. Como chefe da Seção Histórica dos Arquivos Nacionais da França, é evidente que Michelet tinha à sua disposição um conjunto expressivo de documentos sobre o passado francês. Também afirma que não conseguiram se desvencilhar do político, negligenciando outras instâncias da realidade. Indica ainda que são contaminados por apriorísticas ideológicas. Lamenta que não perseguissem uma história totalizante, que seguisse a vida em todas as suas vias (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 83-84). Imbuído das ideias do romantismo, faz uma defesa vigorosa da subjetividade do historiador. Não concorda que o historiador deva apagar-se; ao contrário, exige que esteja presente com suas paixões e emoções em todos os momentos de sua escrita. Sua obra constitui, ainda hoje, rico manancial já descoberto e com inúmeros temas a suscitar novas gerações de historiadores. Sua abordagem psicológica e social foi deveras inovadora e tratou de objetos até então ignorados, como as feiticeiras, as mulheres, o povo, os sentimentos, condições de vida, famílias, alimentação, vestuário. Perscrutou igualmente o irracional, o universo das heresias, dos sortilégios. Valorizou os costumes e a cultura popular. Conforme Michelet, para reencontrar a história,

42 Historiadores franceses liberais do período da Restauração (1815-1830) e que produziram estudos sobre a Revolução Francesa.

seria preciso segui-la pacientemente em todos os seus caminhos, formas e elementos. Mas também seria preciso uma paixão maior ainda, refazer e restabelecer sua dinâmica, a ação recíproca dessas diversas forças em um poderoso movimento que se tornaria vida novamente (CAIRE-JABINET, 2003, p. 95).

Longe da França, na Inglaterra o conservadorismo dá a tônica para a História. A história romântica na Inglaterra apresenta grandes nomes como Gibbon e Macaulay, unânimes em escrever uma história liberal, desprovida de qualquer exaltação à revolução, compreendida por esses autores com anarquia. Na Alemanha também encontramos um panorama bastante diverso.

Contudo, como visto acima, a História dos modernos e românticos se caracterizaria principalmente por sua associação à dimensão temporal da existência humana, pela busca de suas origens, de sua essência e de seus desenvolvimentos, a partir do vínculo a teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica, significados das diferenças culturais e históricas, suas razões e consequências. Em suma, não é possível compreender o olhar histórico da modernidade sem uma melhor aproximação das distintas filosofias da história que emergiram no continente europeu ao longo dos últimos quatro séculos.



A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA: o historicismo alemão, a escola metódica francesa e a história quantitativa anglo-saxã.

ESCOLA RANKEANA OU ESCOLAS HISTÓRICAS ALEMÃS?

Não foram poucos os historiadores e teóricos da história que defenderam que a Escola Rankeana teria sido a primeira escola histórica, também confundida como histórica alemã. Ou ainda de que ela seria uma história positivista que acreditava na possibilidade de produzir uma história objetiva, fundamentada na crítica dos testemunhos, a fim de estabelecer a verdade sobre o passado. Mas, para dissipar esses mal-entendidos, é preciso considerarmos o nascimento do método histórico e o modo como a defesa de uma história científica foi decisiva na Alemanha e na França do século 19.

Como durante muito tempo a história foi vista como um gênero literário, um tipo de estudo desinteressado e sem um *corpus* analítico específico, era muito comum ou a imitação dos estilos dos antigos, baseada na referência aos autores clássicos da historiografia antiga ou moderna. A emergência, durante os séculos 17 e 18, de uma história filosófica escrita por filósofos igualmente produzia interpretações mais gerais sobre o passado, sem o recurso à comprovação empírica ou documental. Somente na segunda metade do século 18 é que a crítica e a desconfiança dos textos históricos existentes fizeram com que emergisse uma metodologia específica para a história. De um modo geral, essa metodologia correspondeu à constituição da crítica documental. E, para isso, foram decisivas tanto a diplomática quanto a filologia e a hermenêutica – ou seja, técnicas de classificação, reconhecimento e análise dos textos e documentos históricos, para verificar sua autenticidade, procedência, autoria e destinação, ao lado da análise de seu conteúdo. Um aparato técnico e crítico secularmente desenvolvido desde a Antiguidade até o século 18.

No século 19 esse aparato associou-se a uma atmosfera específica no campo dos saberes, a cientificização. Isto é, os saberes, durante o século 19, começaram a ser vistos como autônomos e, conseqüentemente, científicos. Não por acaso, do *corpus* existente dos saberes mais tradicionais, como a filosofia, o direito, a literatura, a engenharia ou a medicina, por exemplo, surgiram novos saberes, como a geografia, a antropologia, a psicologia ou a história. Todos esses saberes deveriam reivindicar para si um objeto e uma metodologia específicos. É nesse sentido que filologia, a diplomática e a hermenêutica se converteram em método histórico; em outras palavras, em crítica documental. Além disso, os historiadores precisaram desenvolver uma *teoria* específica para a história.

Na Alemanha esse percurso é esclarecedor. Em 1752 Chladenius fez a crítica da história produzida até então. Para ele era necessário estabelecer um método e um conhecimento (*Wissenschaft*) específico e novo, capaz de elucidar o caráter histórico de todos os saberes e coisas. Esse método estaria fundamentado na compreensão e análise dos diferentes pontos de vista produzidos a respeito do objeto investigado. Ou seja, para Chladenius a história era uma matriz para todos os saberes, pois o caráter histórico era o fundamento natural e necessário de todas as coisas, inclusive os próprios saberes. E como existem diferentes testemunhos sobre os saberes e as coisas, a história precisa se tornar um *corpus* analítico seguro para se produzir e difundir todo o conhecimento. Se tudo é histórico, a história se converte na mãe de todos os saberes, e não mais a filosofia. Baseado tanto na filosofia de Leibniz⁴³ quanto na hermenêutica romântica, Chladenius é um dos precursores da teoria da história moder-

43 Filósofo, matemático, historiador, jurista, filólogo, teólogo, o alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), é um espírito verdadeiramente universal. A filosofia de Leibniz estabelece uma ponte entre a filosofia renascentista e a iluminista, lançando as bases para os grandes sistemas da filosofia contemporânea.

na. Ao mesmo tempo, na França, a figura de Voltaire se destaca ao propor um novo tipo de escrita da história, tal como aparece no verbete *história* que produziu para a *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert e em seu livro *Ensaio sobre os costumes*. Para Voltaire a história precisa deixar de ser uma crônica de reis e batalhas para se tornar um conhecimento crítico que, entre outras coisas, deve levar em conta a cultura específica de cada civilização.

O caminho aberto por Chladenius aperfeiçoou-se ainda mais com o desenvolvimento da hermenêutica de Schlaiermacher, amigo e contemporâneo do futuro pai da historiografia moderna: Leopold von Ranke. Enquanto, por um lado, Chladenius insistia na historicidade dos homens, das coisas e dos saberes, por outro, Schlaiermacher aperfeiçoou a compreensão como um fundamento metodológico para as ciências históricas ou humanas. Schlaiermacher propôs o círculo hermenêutico como um ponto de partida obrigatório: as partes iluminam o todo e o todo ilumina as partes. Ou seja, os fragmentos expressam um determinado contexto ou estrutura e esta ilumina as partes ou vestígios. E esta é uma regra pétrea que ainda hoje é decisiva não somente na história como em muitas outras ciências, a chamada *contextualização*.

Ensejaram-se o nascimento de “regimes de cientificidade” – na recusa dos modelos de causa-efeito do passado –, a revolução na crítica dos testemunhos e a busca por novas evidências empíricas ocorrida com a organização e a con-



FIGURA 1: Chladenius



FIGURA 2: Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher

sulta de arquivos e documentos até então reservados.⁴⁴ O aperfeiçoamento da crítica documental alemã avançou ainda mais com Barthold Niebuhr (1776-1831) e Johann Droysen (1808-1884), quando desenvolveram o método histórico compreensivo.⁴⁵ O cuidado maior nesse trabalho de crítica e interpretação residiria, sobretudo, no combate aos anacronismos e na ênfase sobre a compreensão do passado, que não mais serviria para entender o presente ou mesmo para oferecer modelos à atualidade. Em suas perspectivas historicistas, Niebuhr e Droysen insistiram nas diferenças havidas entre os homens do passado e do presente.⁴⁶ Seguindo essa nova trilha então aberta nos campos da história, verificou-se o desenvolvimento de uma história científica, campo autônomo do saber, apartado dos estudos filosóficos ou literários. E, *pari passu*, o encolhimento do uso e do apreço pelas formas da *historia magistra vitae*. Elas provocariam um divórcio mais amigável entre a história e a literatura, já que os historiadores alemães não abandonaram as dimensões poética e narrativa em seus escritos. Reconheciam a cicatriz literária de origem das narrativas históricas.

Observe-se as reivindicações de Leopold von Ranke (1795-1886) ou as demandas feitas por Wilhelm von Humboldt (1767-1835).⁴⁷ Para ambos, a história seria ciência e arte a um só tempo. Note-se ainda a presença da narrativa nos estudos de Droysen (1808-1884) ou no manual de Ernst Bernheim (1850-1942).⁴⁸

44 Basta ver as recomendações de dois autores setecentistas: VOLTAIRE. “História”. In: _____. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Coleção Os pensadores); CHLADENIUS, J. M. *Princípios gerais da ciência histórica*. Campinas: Unicamp, 2013.

45 Ver: DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009; NIEBUHR, B. *Römische Geschichte [História Romana]*. Berlin: [s. n.], 1811-1812. 2 v.

46 Ver, sobretudo a “Introdução” da *História Romana*, de Niebuhr (1811-1812), e a *Historik*, de Droysen (1858).

47 HUMBOLDT, W. von. A tarefa dos historiadores. In: MARTINS, E. C. R. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

48 Ver: BERNHEIN, E. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona: Labor, 1937.

Na França, por exemplo, o rompimento entre ambas as dimensões foi bem mais categórico. E não constitui novidade o interdito lançado pelos historiadores franceses oitocentistas aos excessos literários e filosóficos presentes nos textos históricos, sobretudo pelos denominados metódicos. Mesmo para os historiadores românticos do século XIX, a história não poderia ressentir-se da base empírica como fundamento, ainda que mantivessem o apreço pelo estilo e pela eloquência em suas narrativas.

Voltemos um pouco mais a duas figuras fundamentais para o nascimento da ciência histórica alemã: Barthold Niebuhr e Wilhelm von Humboldt. O primeiro, ao publicar sua *História romana* em 1811-1812, corrigiu uma compreensão errônea dos antigos romanos, marcada pelo anacronismo, ou seja, a compreensão que construía uma imagem ou uma interpretação dos romanos segundo o julgamento ou a moral contemporânea. Uma interpretação marcada por subjetividade, preconceitos e juízos de valor que comparava o passado ao presente, quando não pintava aquele conforme o bel-prazer do historiador. Para Niebuhr os romanos eram retratados como se fossem alemães do final do século 18 e início do 19. Sem dúvida, o *boom* de novas traduções que vinham sendo feitas na Alemanha de autores clássicos da antiguidade foi de uma enorme contribuição para essa reelaboração crítica dos romanos ou gregos. Assim, Homero, Tucídides, mas também Ésquilo ou Aristóteles foram novamente traduzidos para o alemão, dessa vez, diretamente do original e não de traduções latinas posteriores.

Humboldt, por sua vez, teve papel decisivo na gênese do que viria a ser o historicismo alemão. Na seara aberta por Chladenius, mas também seguindo os passos do filósofo Herder em sua preocupação com a singularidade e a linguagem, Humboldt redige, em 1821, sua famosa conferência *A tarefa dos historiadores* para a Universidade de Berlim. Nela, ele afirmou que a tarefa do historiador é apresentar uma narrativa que é o resultado de uma pesquisa histórica que analisa os nexos e as forças históricas que atuaram

para produzir os fatos ou as formas históricas. Poliglota e cosmopolita, Humboldt defendia cada história como o resultado particular de um povo ou cultura. Desse modo, afasta-se das histórias universais filosóficas e defende histórias particulares de povos ou nações. Ele considerou ainda que toda história possui objetividade e subjetividade, por depender da intuição, da imaginação e da invenção que nasce na cabeça dos historiadores. Idealista, Humboldt reivindicava a busca do nexos como um fundamento supra-histórico e criticava as formas tradicionais que eram mobilizadas para promover a explicação histórica: a mecanicista, a evolucionista e a psicológica.⁴⁹

Foi sob a influência desses dois pensadores que emergiu a figura emblemática e poderosa de Ranke, ainda hoje cercada de mal-entendidos e estereótipos. Esse, que foi um dos maiores historiadores de todos os tempos, desenvolveu uma nova maneira de produzir e de ensinar história. A rigor, ele enfatizava a necessidade pela busca e confrontação dos testemunhos a fim de se obter uma história mais crítica e objetiva e menos baseada em julgamentos morais ou políticos. Também reivindicava o apartidarismo do historiador; ele não defendia a neutralidade, mas sim que o historiador não tomasse um partido, não escrevendo a história somente sob a perspectiva de uma determinada posição ou grupo. Incorporado à Universidade de Berlim a convite de Humboldt, Ranke escreveu uma obra monumental, hoje reunida em 60 volumes na Alemanha. Cosmopolita, pesquisador incansável e inventor do modelo do seminário acadêmico, Ranke foi um defensor e divulgador do que chamou de *ciência histórica*. Segundo ele, os alemães produziam uma nova história e esse modo original de escrever a história alcançou imediata recepção em diferentes países. Não foram poucos aqueles que, desejando se tornar historiadores,

49 HUMBOLDT, W. von. A tarefa dos historiadores. In: MARTINS, E. C. R. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

ofício que necessariamente nasceu entre os alemães, foram estudar nas universidades de Berlim, Goettingen ou Heidelberg com mestres que colaboraram na profissionalização do campo. Muitos futuros historiadores importantes estudaram algum tempo na Alemanha, ingleses, italianos, espanhóis, franceses e até americanos. Igualmente, as obras alemãs eram rapidamente traduzidas para esses idiomas difundindo a ciência histórica alemã.⁵⁰

Críticos da história filosófica, naquela altura praticada por Hegel e seus discípulos, ou da história romântica como um gênero literário, produzida por não especialistas, ou do mero idealismo filosófico que desconsiderava a empiria dos fatos e dos testemunhos, a escola histórica alemã foi responsável pela autonomização do campo em face da literatura e da filosofia, situando a história como um saber maior, idiográfico, visto que partia do estudo de singularidades históricas fundamentadas no método compreensivo e não de uma ciência explicativa nos moldes das ciências exatas ou naturais, que estudavam regularidades baseadas em leis mais gerais nas quais objeto e sujeito do conhecimento são diferentes.

O acabamento a esse modo de pensar, pesquisar e produzir história seria dado com a obra *Historik*, de Johann G. Droysen, em 1857. Esse historiador devotado ao estudo da história grega, que cunhou o conceito de helenismo, e da história alemã desenvolveu um primeiro curso de teoria da história em Iena, e que levou para a Universidade de Berlim. Nesse contexto, conferiu maior acabamento ao estatuto epistemológico e delimitou as etapas e o método específico da história. Para Droysen, a história seria a ética da humanidade, seu autoconhecimento, e estudá-la



FIGURA 3: Leopold von Ranke

50 BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.

seria um exercício dialógico de compreensão das comunidades éticas e suas relações.⁵¹

A recepção do grupo alemão no exterior foi sempre controversa, de maneira geral. Embora admirados por tentar fazer da história uma ciência, não raro eram vistos como germanófilos, nacionalistas, positivistas, reacionários, demasiadamente metafísicos e conservadores. Seu espólio, contudo, tem sido reavaliado positivamente, deixando-se de lado o julgamento ideológico que os relegara ao ostracismo, ao mesmo tempo em que foram sobrepujados pela influência historiográfica francesa. Os historiadores prussianos foram críticos da universalidade iluminista, embora conservassem o otimismo em relação ao futuro. Partidários do pensamento historicista, enfatizavam as singularidades históricas.

Contudo, cabe considerar que reduzir a historiografia alemã do século XIX à rubrica de rankeana, como se todos os historiadores concordassem com ou adotassem o modelo de Ranke, utilizado na Universidade de Berlim, é algo que merece cuidado. Das duas orientações fundamentais da historiografia alemã existentes no início do século 18, relacionadas tanto com a escola e a tradição filológica de Göttingen, em torno de Wolf, Böckh ou Müller, quanto com a escola romântica de Iena capitaneada por nomes como os de Goethe, Fichte, Schiller ou Novalis, surgiriam novas correntes de filósofos ou filólogos que se convertem efetivamente em historiadores. Assim, teríamos o surgimento de algumas escolas históricas contemporâneas, que defendiam a autonomia do campo, bem como preconizavam a compreensão científica desse saber: a escola rankeana, que era a maior e a mais numerosa; a escola histórico-jurídica de Savigny e Mommsen; a escola histórica prussiana vinculada ao grupo de Droysen e Sybel, em torno da *Revista Histórica* criada em 1859; a escola histórico-política de Heidelberg, liderada por Carl Rotteck; a escola sociocultural de Karl Lamprecht

51 DROYSEN, J. G. *Manual de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2009.

em Leipzig; e, por fim, a escola histórico-econômica de Tübingen, de Gustav Schmoller, que, entre outros, influenciará Max Weber. Cada escola contava com especificidade, convergindo apenas na defesa do historicismo, na recusa do iluminismo francês, no reconhecimento da subjetividade do historiador na pesquisa histórica, na defesa de um estudo objetivamente conduzido.⁵²

Outra questão que merece atenção é a afirmação de que Ranke ou os historiadores alemães fossem positivistas. Ranke, por exemplo, definiu seu método e suas diretrizes teóricas em 1824, quando publicou seu primeiro e mais importante trabalho: *História dos povos latinos e teutônicos de 1494 a 1514*. Nele está o capítulo *Sobre a crítica dos novos historiadores*, em que indica o seu horizonte intelectual, que se tornaria uma das bases do historicismo alemão: *cada história é singular, única e irrepetível, e jamais será conhecida em sua plenitude. Algumas forças históricas podem até ser reconhecidas, mas toda a história não*. Seu diálogo é com a hermenêutica filosófica alemã, com Herder e Leibniz, com Humboldt, não com o pensamento francês. Em 1842 Comte só concluiu a publicação de seu *Curso de filosofia positiva*, cuja escrita foi iniciada em 1830. Em outras palavras, Ranke não poderia ser positivista antes mesmo de o positivismo ter nascido.

A ESCOLA METÓDICA FRANCESA

A escola metódica francesa inicia-se na segunda metade do século XIX e vai até meados de 1930. Ela é uma reação à história romântica de Michelet, Thiers e Guizot. Representa uma defesa do princípio republicano e liberal. Tem seu ano-chave em 1876, quando Monod e Fagniez fundam a *Revue Historique*.

52 BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Entre suas principais características destacam-se: a defesa de história científica, nacionalista e protestante e o compromisso com a verdade dos fatos. É imperativo dissociar a chamada Escola Metódica do Positivismo ou da filosofia positiva de Auguste Comte.⁵³ Contudo, erroneamente encontramos a Escola Metódica sendo chamada de Escola Positivista, quando na verdade os pressupostos da filosofia positiva de Comte não serviram de referência para o principal grupo de historiadores franceses metódicos, que tinham como rivais os representantes da historiografia romântica como Jules Michelet ou François Guizot. Ao contrário dos românticos, os metódicos expressam a confiança de uma época na ciência, na objetividade, na razão, algo bastante comum naquele período. Mas, diferentemente de Comte, não defendem a evolução histórica como a passagem pelos três estágios (sobrenatural, metafísico e positivo).⁵⁴ Partilham da ideia de que o objeto e o sujeito do conhecimento não se confundem, de que os fatos históricos são objetivos e dados, mas reconheciam a necessidade da análise, da

seleção e da exposição desses fatos. O termo positivista, usado pejorativamente por alguns críticos de Gabriel Monod e seus colegas da Sorbonne ou do *Collège de France* foi usado no final do século 19 e início do 20 de maneira anacrônica e reducionista. A filosofia positiva pouco influenciou a história, salvo no caso de historiadores como Louis Halphen, Louis Bourdeau e Paul Lacombe,



FIGURA 4: Gabriel Monod

⁵³ O positivismo foi fundado na França por Auguste Comte, que redigiu seu *Curso de filosofia positiva* entre 1830 e 1842, em seis volumes, em que defendia a tese de que a humanidade teria passado por três idades de evolução: teológica, metafísica e positiva. Muitas vezes o positivismo é tomado como uma ideologia nas ciências sociais.

⁵⁴ BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil. In: MOISÉS, Leila P. *Do positivismo à desconstrução*. São Paulo: Edusp, 2004.

que confessadamente se intitulavam seguidores de Comte. Mas os três não integravam o grupo de Monod.⁵⁵

Por pressupor uma *neutralidade axiológica*, algo manifestado no interesse de alguns historiadores ao redigir a história, talvez tenha se originado essa errônea interpretação acerca dos metódicos. Contudo, aspectos fundamentais do positivismo, como a noção de que a humanidade segue leis naturais necessárias de evolução independentes da ação humana e que a metodologia empregada para conhecer essa evolução é objetiva e semelhante à das ciências naturais, distanciam essas duas correntes de pensamento. Portanto, seria difícil sustentar a existência de uma história positivista. Primeiro, porque boa parte daqueles historiadores descreviam a história tal como comprovada pela documentação consultada; logo, procuravam evitar que sua subjetividade interferisse no resultado final, sem fazer apologia de uma neutralidade.⁵⁶ Segundo, porque já no início do século XX a presença do historicismo, particularmente na Alemanha, refutava um desenvolvimento linear ou necessário para todas as sociedades existentes. Terceiro, porque esse mesmo historicismo reivindicava para a história um método específico, bastante distinto do modelo adotado pelas ciências físicas ou naturais. Vale lembrar que a forte presença da política, das decisões políticas sobre a história inviabilizariam qualquer proposta de uma ação histórica independente da vontade humana, já que o curso dos acontecimentos poderia ser alterado pela política.

Obra decisiva que marca o posicionamento do grupo em relação ao método é *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, publicada em 1898, um manual que teve grande acolhida entre os metódicos e se tornou referência para os historia-

55 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A escola metódica. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.

56 Michael Lowy, em *Ideologias e ciência social* (1984), tem a pachorra de, numa simplificação grosseira, identificar Max Weber ao positivismo.

dores. A Escola Metódica privilegia *os fatos políticos, as datas-limites, o factual* na história, *os grandes personagens*. Faz uma história nacionalista e comprometida com a versão francesa. Ela ficou também conhecida como *velha história* ou como *história conservadora*. Seus representantes eram todos vinculados ao Estado francês. Autoproclamando-se como científica, objetiva e antifilosófica, seus grandes méritos foram o desenvolvimento da *crítica documental* e a defesa para que os historiadores buscassem *as fontes* para melhor investigar o passado.

As críticas que fizeram à Escola Romântica se devem à aversão ao catolicismo e à idealização do passado, no qual a Igreja se fazia muito presente. Igualmente viam com reservas o recurso às figuras literárias, à narrativa. Pensavam que a reprodução dos fatos conferia maior cientificidade à história. Por isso, valorizaram demasiadamente as fontes escritas, pensando encontrar ali uma expressão verdadeira do passado. Descartavam a interpretação e a compreensão, a fim de marcar seu distanciamento em relação aos românticos e aos alemães. A debilidade maior dos trabalhos do grupo reside em sua neutralidade impraticada e em sua crença em um realismo epistemológico, no qual a verdade estaria localizada nos documentos, que seriam evidências concretas do passado (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 100).

O programa da Escola Metódica na França pode ser localizado em dois textos: no manifesto escrito por Gabriel Monod no primeiro número da *Revista Histórica*, lançada em 1876, e no manual de Langlois e Seignobos publicado em 1898.⁵⁷ Afastando-se de especulações filosóficas, de procedimentos literários e buscando maior cientificidade, com uma maior objetividade por parte dos historiadores, os metódicos difundiram uma forma de se pensar e produzir a história. Coube a eles o aperfeiçoamento de técnicas

57 LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.

para a reconstrução histórica e de modelos de análise, difundidos em manuais, nas escolas e nas Universidades. Os historiadores metódicos, na França, participaram da reforma do ensino superior e ocuparam cátedras em novas universidades, redigindo grandes coleções de história nacional e história geral. Redigiram ainda manuais escolares – os livros didáticos – que seriam utilizados por gerações, enaltecendo a república e levantando censuras à Igreja católica ou à sua importância histórica para a nação francesa. O predomínio desse tipo de interpretação histórica perdurou até meados da Segunda Guerra Mundial.

O principal veículo da Escola Metódica foi *A Revista Histórica*, fundada em 1876 por Monod e G. Fagniez. Do total de 53 colaboradores, 31 eram professores do Collège de France, da École de Hautes Études e das faculdades de letras, e 19 eram arquivistas e bibliotecários. O intercâmbio deixa claro o interesse do grupo. O período histórico ao qual se dedicaram vai da morte de Teodósio (395) até a queda de Napoleão I (1815). Constituíram o grupo duas gerações. A primeira, com Duruy, Renan, Taine, Coulanges; e a segunda, com Monod, Lavissee, Rambaud, entre outros. *A Revista Histórica* foi lançada para combater a *Revista de Questões Históricas*, de 1866, formada por aristocratas e simpatizantes do *Antigo Regime*, que tinha um gosto pela erudição, pela exaltação da Igreja católica e pela monarquia. Na revista de Monod, predominavam protestantes, sendo raros os católicos. Monod deixa bem claro de onde provinha a influência sobre essa nova maneira de se pensar a História: a Alemanha. Em suas palavras:

Foi a Alemanha que contribuiu com a mais forte parte para o trabalho histórico do nosso século [...]. Publicação de textos, crítica das fontes, elucidação paciente de todas as partes da história examinadas uma a uma e sob todas as faces, nada foi desprezado [...] (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 99).

Entre os grandes nomes dessa historiografia germânica estão Von Ranke, Mommsen, Eichhorn, Waitz, Pertz e Gervinus. Entre as produções do grupo, destaque-se a recompilação de fôlego da *Monumenta Germaniae Historica*. Monod tomou contato com toda essa produção quando foi professor em universidades do além-Reno.

De certa maneira, todos os metódicos se inseriam numa rede, tendo à frente Monod, mas também Ernest Lavisse com sua *História da França*, bem como Langlois e Seignobos, que naquela altura eram professores na Sorbonne. Pode-se dizer que esses historiadores realizaram uma verdadeira ruptura epistemológica com o providencialismo cristão, com o progressismo racionalista e o finalismo marxista (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 102). Intitulando-se como neutros e imparciais, os metódicos franceses defendiam uma cientificidade na escrita da história. Para os metódicos, a história é mudança e os eventos marcantes são aqueles determinados pela política.

Langlois e Seignobos se inspiram na teoria do reflexo de Von Ranke, formulando a ideia de que a história não passa de uma aplicação de documentos. Documentos são pensamentos ou vestígios

dos atos humanos, com valorização daqueles mais palpáveis, como decretos, cartas, correspondências, manuscritos e vestígios arqueológicos. Ir aos arquivos – a isso correspondia fazer história. Àquela altura, havia na França um grande empenho para a descrição e catalogação das fontes disponíveis. Evidência disso é a publicação dos catálogos dos Arquivos Nacionais, da Biblioteca Nacional, e os ficheiros dos Arquivos Departamentais.

O procedimento metodológico em torno das fontes é o da crítica: *externa* (de procedência, veracidade, de erudição) e *interna* (hermenêutica). Assim ele incluía também a comparação, a análise sincrônica em relação ao período e, por fim, as deduções a partir dos elementos encontra-



FIGURA 5: Primeira edição francesa do livro Introdução aos Estudos Históricos de Langlois e Seignobos.

dos para reconstituir os fatos. Para Langlois e Seignobos era necessária ainda uma divisão de trabalho na História. Era preciso que existissem peritos, arquivistas, bibliotecários, jovens pesquisadores com trabalhos monográficos e, em seguida, a síntese deveria ser elaborada por especialistas mais experientes.⁵⁸

Descrever objetivamente o que verdadeiramente aconteceu – esse é o ponto nevrálgico e também a crítica sobre o realismo epistemológico dos metódicos alemães ou franceses, afinal a complexidade do passado e dos registros existentes não permitem, embora tenha sido uma meta sempre presente a reconstituição do passado em sua plenitude. *Rigor do método e exigência da imparcialidade* eram vozes correntes, de Ranke a Monod sobre o ofício dos historiadores, bem como o fetichismo sobre a fonte, que seria o sujeito da história e não o objeto de sua seleção e crítica.

A HISTÓRIA QUANTITATIVA

A Quantificação Histórica começou a ser desenvolvida entre os economistas, desde fins do século XIX, adquirindo forte impulso em 1929 diante do impacto da quebra da bolsa de valores nos Estados Unidos da América e da necessidade de enfrentar os desafios propostos pela crise.⁵⁹ Nomes destacados no campo são os de John Conrad e John Meyer, que desenvolveram fortemente a denominada *cliometria*, que recorre às estatísticas a fim de confirmar modelos teóricos dedutivos, bem como os de Robert Fogel, Jonathan Hughes, John Komlos e Douglass North. História econômica e his-

58 LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.

59 FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *A História Econômica: balanço e perspectivas recentes*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

tória demográfica foram os campos que mais se fundamentaram no aporte quantitativo.

Recebendo influxos tanto dos avanços da economia, com o aprofundamento das séries e dados estatísticos, quanto da sociologia, a História Quantitativa tornou-se paulatinamente uma referência importante para os estudos históricos. O manuseio de números, estatísticas, fórmulas e equações aproximaram a chamada História Quantitativa de uma compreensão mais científica e objetiva de história⁶⁰. Além de números, a contabilidade de termos, conceitos e vocábulos também conheceu avanços com a chamada *lexicografia*. E influenciou enormemente não apenas a história econômica e social anglo-saxã, como a francesa e, também, a brasileira, entre os anos 1940 e 1980. Para muitos, a História Quantitativa poderia conferir maior efetividade à análise do passado. Ao invés das fontes habituais que eram sempre tomadas para uma abordagem qualitativa, a chamada História Serial introduziu nas proximidades dos meados do século XX uma perspectiva inteiramente nova: tratava-se de constituir “séries” de fontes e de abordá-las de acordo com técnicas igualmente inéditas.

Ainda hoje, História Quantitativa e História Serial podem aparecer conectadas, mas é possível perfeitamente pensar trabalhos de História Serial sem a preocupação quantitativa propriamente dita, mas, de todo modo, é preciso distinguir bem uma modalidade da outra. Para entendermos essa diferença, vamos, antes de mais nada, refletir sobre o que é exatamente uma “série” na historiografia.

Na chamada História Serial o historiador estabelece uma “série”, e é esse conjunto de documentos que o interessam, que constituem um *corpus* específico, recortado por algum tema, período, emissor, etc. Observemos:

60 Cf. KOMLOS, J.; EDDIE, S. *Selected cliometric studies*. Stuttgart: Franz Steiner, 1997.

François Furet, em seu *Atelier do Historiador* (1982), define a História Serial em termos da constituição do fato histórico em séries homogêneas e comparáveis. Dito de outra forma, trata-se de “serializar” o fato histórico, para medi-lo em sua repetição e variação através de um período que muitas vezes é o da longa duração. Na verdade a duração longa, ou pelo menos a média duração (relativa às conjunturas), foram as que predominaram [sic] nos primeiros trabalhos de História Serial – muito voltados, nesta primeira época, para a História Econômica e para a História Demográfica, ao mesmo tempo que combinados com a perspectiva de uma História Quantitativa. Todavia, pode-se proceder a uma serialização relacionada também a um período relativamente curto, desde que o conjunto documental estabelecido seja suficientemente denso (BARROS, 2011. v. IV, p. 82).

A História Quantitativa conheceu enorme avanço entre os norte-americanos após a década de 1940 e permitiu construir conjuntos expressivos de informações econômicas, sociais e políticas sobre os mais diferentes objetos. Nesse tipo de História, as fontes e o problema a ser estudado se completam. No primeiro sentido, François Furet fala em termos de uma serialização de fatos históricos que trazem entre si um padrão de repetitividade (fatos históricos que serão obviamente de um novo tipo, não mais se reduzindo aos acontecimentos políticos). No segundo sentido, ao examinar os novos paradigmas historiográficos surgidos no século XX, Michel Foucault assinala que “a história serial define seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe”.⁶¹

61 Cf. BARROS, José D'Assunção. *Os campos da história*. Petrópolis: Vozes, 2006.

O trabalho com as fontes administrativas, estatísticas, testamentárias, policiais ou cartoriais, além dos dados econômicos ou demográficos constituíram a matéria-prima sob a qual se erigiu a História Quantitativa – embora seja possível também converter documentação literária, iconográfica e até mesmo a arte em cifras a serem tabuladas. Vale lembrar que a ênfase sobre o quantitativo propriamente dito não significou, em absoluto, o desprezo pelo qualitativo – uma vez que as análises quantitativas, na maior parte das vezes, destinam-se a perceber tendências, variações ou padrões, integrando o conjunto estudado em realidades históricas mais amplas ou conhecidas.

Conforme logo veremos, a série pode se prestar à percepção do quantitativo, mas também pode se prestar ao entendimento das mudanças qualitativas. Os dados quantitativos são capazes de iluminar muitas realidades políticas, econômicas, sociais e até culturais. Nesse sentido,

Será bastante buscar uma exemplificação final com o próprio estudo pioneiro de Pierre Chaunu. O recorte de sua tese, estabelecido entre 1504 e 1650, é criado a partir de uma primeira data em que a documentação da 'Casa de Contratação de Sevilha' lhe permite uma construção estatística [...]. O recorte documental problematizado, enfim, organizou o tempo do historiador (BARROS, 2011. v. IV, p. 85).

História Serial e História Quantitativa são duas abordagens que podem se sobrepor ou caminhar juntas constituindo a História Serial Quantitativa, mas também podem seguir separadas. Para Barros:

A História Serial refere-se ao uso de um determinado tipo de fontes (homogêneas, do mesmo tipo,

referentes a um período coerente com o problema a ser examinado), e que permitam uma determinada forma de tratamento (a serialização de dados, a identificação de elementos ou ocorrências comuns que permitam a identificação de um padrão e, na contrapartida, uma atenção às diferenças, às vezes graduais, para se medir variações). Já a História Quantitativa deve ser definida através de um outro critério: o seu campo de observação. O que a História Quantitativa pretende observar da realidade está atravessado pela noção do “número”, da “quantidade”, de valores a serem medidos (BARROS, 2011. v. IV, p. 92).

O uso de estatísticas, fórmulas e gráficos permitem elaborar generalizações sobre determinados fenômenos históricos, conferindo à História Quantitativa um caráter científico nos moldes das demais ciências do homem, observando variações, padrões, curvas ou mudanças radicais. A quantificação pressupõe a serialização, mas não o inverso. Posso trabalhar com séries de fontes específicas sem fazer nenhum tipo de quantificação ou uso de números.

Um risco que se corre, ao fazer História Quantitativa é o de restringir o trabalho meramente a informações numéricas como se retratassem uma verdade irrefutável, ou como se fossem um espelho do real. Michel de Certeau alerta para o que chama de ilusão quantitativa, bem como relativiza o papel do computador em sua capacidade, praticamente infinita de gerar cálculos ou cifras, estabelecendo percentuais, curvas, etc. Segundo Certeau isso, por si só, não é garantia de conhecimento mais verdadeiro ou mais objetivo, pois mesmo as estatísticas são falhas, ou constroem identidades provisórias que não necessariamente traduzem o real, afinal, se eu bebo um litro de vinho por semana e você nenhum, passamos a

beber meio. Como se vê, mesmo a exposição de quantidades exige a problematização feita pelo historiador.⁶²

Como veremos mais adiante, foi no interior da história da Escola dos Annales que a História Quantitativa teve o seu próprio ritmo e as suas próprias balizas cronológicas. Hoje, embora a história serial já não constitua mais o grande paradigma dominante da historiografia francesa, podemos dizer que ela tornou-se parte importante do repertório historiográfico do historiador contemporâneo. Assim, conhecê-la é fundamental para a formação dos historiadores de hoje, independentemente dos caminhos a serem trilhados.

62 Cf. CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.



OS GRANDES PARADIGMAS: Marxismo e Escola dos Annales

Neste capítulo iremos discutir o surgimento de algumas das principais referências paradigmáticas da historiografia ocidental que emergiram na Europa. Reunidas muitas vezes em torno de conhecidas escolas históricas, iremos nos debruçar sobre as contribuições do que julgamos ser algumas das mais relevantes tradições de pensamento para a historiografia ocidental ao longo dos dois últimos séculos. Antes de tudo, cabe esclarecer alguns conceitos em torno do estudo da historiografia para que possamos melhor compreender o lugar de produção e os diferentes discursos e propostas analíticas relacionadas à disciplina história.

Primeiramente, em termos da teoria do conhecimento, entende-se o conceito de “paradigma” como definidor de um exemplo típico ou de um modelo para algo, como uma representação de um padrão a ser seguido. É um pressuposto filosófico, matriz, ou seja, uma teoria, um conhecimento que origina o estudo de um campo científico. Já o conceito de “escola histórica” diz respeito a certos grupos intelectuais organizados em torno de determinadas instituições, com propostas, métodos, visões de mundo e interesses políticos comuns. Por seu caráter programático, e muitas vezes até combativo, intérpretes associam o *corpus* esquemático das escolas históricas a verdadeiras “máquinas de guerra” acadêmicas (BENTIVOGLIO; LOPES, 2013, p. 226).

Em capítulos anteriores pudemos observar como a expansão dos debates acerca dos significados filosóficos e acadêmicos da história contribuiu para influenciar o surgimento de distintas concepções sobre os alicerces científicos pretendidos para a história enquanto disciplina. Entre o fim do século 19 e início do 20 não foi diferente, e muitas seriam as vozes que se levantariam contra a proposta historicista para a matriz disciplinar histórica. No interior da própria disciplina ou por meio da filosofia e dos estudos

teológicos, intelectuais questionaram as pretensões cientificistas do método historicista de crítica documental. A antropologia, a psicanálise e as novas disciplinas sociológicas que emergiam nas últimas décadas do século 19 serviram para acentuar as falhas na pretensão objetiva da historiografia acadêmica, apontando para a subjetividade e a intangibilidade da essência humana.

Tais questionamentos serviriam para ampliar o leque de temas, orientações e abordagens concatenados à ciência histórica, de modo que a maneira de olhar os feitos humanos no passado sofreria bruscas mudanças de perspectiva. A primeira dessas guinadas historiográficas talvez tenha se dado a partir das contribuições do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) e do seu *materialismo histórico dialético*. Os subsídios da historiografia marxista e o seu legado ao longo do século 20 serão, portanto, os primeiros tópicos analisados neste capítulo.

O MARXISMO E A HISTÓRIA

Talvez, ao invés de falarmos em marxismo na história, fosse mais fácil falar em marxismos, já que existem múltiplas correntes, às vezes conflitantes no interior do pensamento marxista. Do mesmo modo, por se tratar de um dos paradigmas históricos mais antigos, é possível vislumbrarmos uma história do marxismo que tem sua origem em Marx e chega aos dias atuais com pensadores destacados, como Negri e Hardt, Žižek ou Baumann, que foram influenciados decisivamente pelo marxismo. Essa longa história apresenta, portanto, múltiplas correntes e gerações.⁶³

Partindo da obra e da atuação política de Karl Marx, o marxismo se tornou uma força política junto ao movimento operário

63 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. O marxismo e a história. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.

européu. Aproximando-se de intelectuais e militantes políticos, o pensamento marxista permaneceu, pelo menos até meados da Segunda Guerra Mundial, no interior de sindicatos ou partidos de esquerda, adentrando a universidade somente naquele período. Dentro das universidades, o desenvolvimento de intelectuais marxistas, dentre eles inúmeros historiadores, mobilizou o pensamento de Marx como um dos mais vigorosos e influentes da época contemporânea.

No entanto, forçoso é confessar, muitas novidades recentemente têm surgido em torno da obra publicada e dos manuscritos do Arquivo Marx. Tirando as obras publicadas em vida por Marx, como *A Sagrada Família*, *A Miséria da Filosofia*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *Contribuição à Crítica da Economia Política* e Livro I de *O Capital*, os outros trabalhos foram publicados postumamente, ou por Engels ou pelo Instituto Marx-Engels criado em 1912 e dirigido por Riazanov⁶⁴, que copiou grande parte do Arquivo Marx-Engels de posse do Partido Social-Democracia alemão a partir de 1923, idealizando o projeto da publicação da *Marx Engels Gesamtausgabe (MEGA)*.⁶⁵ Com a Segunda Guerra e a consolidação de Stalin no poder, Riazanov foi preso e o projeto interrompido. As obras de Marx foram publicadas pelos russos (*Sotchinienia*), que haviam adquirido a maior parte do acervo por conta da guerra em 1938, para evitar que fosse queimado pelos nazistas. Sob a organização inicial de V. Adoratski, foram publicados 28 volumes entre 1931 e 1951. Desde então uma parte do acervo ficou em Copenhaga e outra em Moscou. Estudos recentes apontaram algumas dis-

64 David Borisovich Goldendach (1870-1938), mais conhecido como David Riazanov foi um intelectual, ativista sindical e revolucionário ucraniano, diretor do Instituto Marx-Engels de Moscou e responsável pela primeira tentativa de editar as obras completas de Karl Marx e Friedrich Engels, a *Marx-Engels-Gesamtausgabe*.

65 Sobre a publicação da *MEGA*, cf. LEFEBVRE, J.-P. *Presentation du corpus*; ZAPATA, R. *La publication des oeuvres de Marx après sa mort*. In: LABICA, G. *1883-1893. L'oeuvre de Marx – Un siècle après*. Paris: PUF, 1985.

crepâncias nas traduções feitas a partir da edição russa das obras de Marx, por exemplo em *A ideologia alemã*.

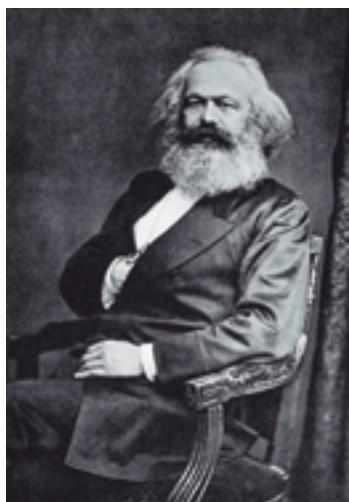


FIGURA 1: Karl Marx

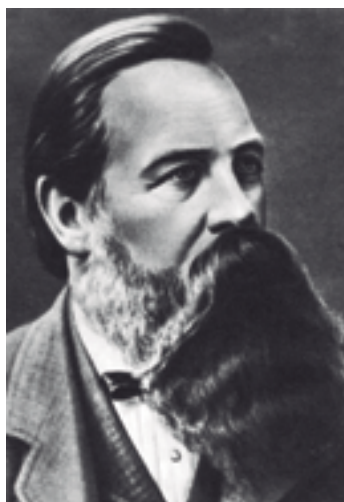


FIGURA 2: Friedrich Engels

É preciso considerar que – desde a crise do socialismo real do leste europeu durante o final dos anos 1980, a queda do Muro de Berlim e a desintegração da antiga União Soviética –, o marxismo vem sofrido reveses na política e no pensamento contemporâneo. A crise do pensamento marxista, anunciada desde os anos 1950 com as denúncias dos crimes de Stalin ou a descoberta nos anos 1960 das atrocidades da revolução cultural chinesa, provocou um refluxo e mudanças sensíveis no interior do paradigma. Esses eventos foram responsáveis, em certa medida, pela crise do pensamento marxista; contudo, a extensão de tal influência não deve ser exagerada. A filosofia marxista oficial dos partidos comunistas internacionais havia há muito perdido credibilidade, mesmo antes do colapso do regime. No entanto, as ideias marxistas contribuíram principalmente para uma crítica das modernas sociedades capitalistas e à cultura moderna que foi levada a sério por um amplo segmento da opinião pública e de grupos e partidos políticos no mundo. Mas esse marxis-

mo crítico também perdeu parte do seu *status* pelo fato de seus pressupostos estarem muito intimamente relacionados com suas bases no século 19, não podendo também dar conta das problemáticas da era pós-industrial.⁶⁶

Embora sua presença seja ainda marcante enquanto um modo de se pensar o passado e o presente, orientando a práxis de historiadores e cientistas sociais, é cada vez menor o número de historiadores que se utilizam do *materialismo histórico* como uma ferramenta de análise do passado. De qualquer maneira, não fosse a renovação do pensamento marxista provocada pelo surgimento da *Nova Esquerda Inglesa*, com a obra de historiadores como Edward Thompson, Perry Anderson, Eric J. Hobsbawm, Raymond Williams, entre outros, certamente a presença do marxismo e de seu paradigma junto à História seria ainda muito mais restrita.

Pensar a relação entre o marxismo e a História exige o retorno à obra de Karl Marx, seu fundador. Karl Heinrich Marx nasceu na cidade alemã de Trier no ano de 1818. Apesar de ter cursado direito na Universidade de Berlim, o jovem renano se interessaria principalmente pela filosofia e mais especificamente pela razão dialética presente nos escritos de Hegel⁶⁷, intelectual bastante lido e apreciado nos círculos acadêmicos da Prússia na primeira metade do século 19. Associado ao grupo universitário conhecido à época como “jovens hegelianos”, Marx se aproximou cada vez mais dos debates políticos do período, chegando a fundar um periódico radical (*A Gazeta Renana*) na cidade de Colônia em 1842. Naquele mesmo ano, o autor conheceu Friedrich Engels (1820-1895), com

66 Cf. BOBBIO, N. *As ideologias e o poder em crise*. Trad. João Ferreira. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Polis, 1988.

67 O pensador e ideólogo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) foi um dos mais influentes da filosofia alemã e considerado o último dos grandes criadores de sistemas filosóficos dos tempos modernos. O pensamento hegeliano serviu de base para a maior parte das tendências filosóficas e ideológicas posteriores, como o marxismo, o existencialismo e a fenomenologia.



FIGURA 3: A Gazeta Renana (Rheinische-zeitung)

quem compartilharia boa parte de suas ideias e opiniões filosóficas até o fim de sua carreira. Por conta de suas propostas e engajamento político, Marx foi obrigado a se exilar em 1849 na Inglaterra, onde viveria até a sua morte no ano de 1883.

O pensamento de Marx é extremamente rico e inovador. Do ponto de vista filosófico ele toma de Hegel a *dialética*, que inverte, revelando o fundamento material das ideias e sua materialização mediante relações sociais concretas. Para Marx, *é a existência social que determina a essência do ser humano e não o contrário*. E a essência do ser humano é dada pelo trabalho, pela posição ocupada pelo indivíduo nas relações de produção. Ou

seja, ele é um crítico do idealismo hegeliano. Outro aspecto das ideias de Marx reside em seu posicionamento político. Ele defende a necessidade de, por meio da revolução, uma transformação radical da sociedade.

Crítico do socialismo utópico e cooperativista de Proudhon, de Sain-Simon e de Blanc⁶⁸, dentre outros, Marx defende a necessidade de o proletariado fazer a revolução. Nesse sentido constrói dois conceitos fundamentais para compreender essa questão: o de *ideologia* e o de *consciência de classe*. Segundo Marx, ao reproduzirem sua existência nas relações de produção segmentadas, o trabalhador não se sente como o produtor das mercadorias, elas

68 Pensadores e ativistas políticos do século 19. Em sua maioria se opuseram aos deslocamentos trazidos pela Revolução Industrial e criticaram o que conceberam como injustiça, desigualdades e sofrimentos gerados pela revolução e o mercado livre *laissez faire* no qual ela se sustentava. Os socialistas utópicos eram apontados como desejosos de expandir os princípios da Revolução Francesa, a fim de criar uma sociedade e sistema econômico mais racional. Apesar de serem rotulados como utópicos pelos socialistas posteriores, seus objetivos não eram sempre utópicos, e seus valores incluíam frequentemente suporte científico e a criação de uma sociedade baseada em tais princípios.

ganham uma autonomia em relação ao seu criador e, desse modo, o alienam. Somente tomando consciência de si e para si, enquanto classe, os trabalhadores seriam capazes de transformar essa situação. A *consciência de classe* é constituída por três aspectos: a) o trabalhador ocupa um mesmo posto diante das relações de produção (ou seja, não detém o capital); b) toma consciência de sua condição e c) luta pelos interesses de sua classe.

Outro tema fundamental do pensamento marxista é a análise econômica. Marx, em *O Capital*, redigido entre 1857 e 1858, constrói uma análise da gênese e da fundamentação do modo de produção capitalista. Conforme Marx, a sociedade, para satisfazer suas necessidades ao longo do tempo, se organiza em determinadas relações de produção predominantes que determinam sua existência e suas formas de pensamento. Assim, do modo de produção antigo, passando pelo medieval, chegamos ao modo de produção capitalista, analisado por Marx em sua fórmula do capital: $D - M - D'$.⁶⁹ Nesse sentido, também introduz o conceito de *mais-valia*, que é o tempo de trabalho expropriado ao trabalhador ainda na produção, que não se confunde com o lucro, obtido nas relações de mercado. Em sua concepção de História, Marx acredita num avanço das sociedades, rumo à superação de suas contradições. A história seria dialética e seu motor, a luta de classes. A dinâmica dos processos históricos recebeu o nome de materialismo histórico.

Outras obras importantes de Marx são *A ideologia alemã* (1845), *A miséria da filosofia* (1847), o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), o *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) e os manuscritos d'*O Capital: os Grundrisse* (1857-1858).

Marx, arguto conhecedor da economia política clássica inglesa revolucionou a compreensão do capitalismo. Analisou a diferença

69 A circulação capitalista, como Marx a descreveu, é o gasto de dinheiro, D, para a compra de materiais, M, que serão utilizados na produção de produtos que serão vendidos por uma quantia maior de dinheiro, D'. A circulação capitalista, em suma, é D-M-D'.

entre capital e trabalho, definindo o que chama de *forças produtivas* (materiais e humanas). Ele argumentou ainda que a partir da *infraestrutura* econômica se ergue uma *superestrutura* política, jurídica e de formas de pensamento que expressam sua base social. Tal concepção, exacerbada por seus seguidores, deu origem a uma visão economicista da história e da sociedade, de certa maneira consolidada pela obra de Louis Althusser⁷⁰. Para o historiador francês Pierre Vilar, a originalidade do conceito de modo de produção permite uma leitura global da sociedade, sistêmica, um modelo bastante elucidativo.⁷¹

Outro conceito importante na obra de Marx é o de *classe social*. O termo lhe é anterior, mas o pensador alemão o define dizendo que em cada época uma determinada classe social é dominante, controla o poder, estabelece as regras jurídicas, controla os meios de produção. Para Marx, a divisão das sociedades em duas classes, a burguesia e o proletariado, é um processo lento de cristalização. Segundo ele, as classes se organizam em partidos, fazem alianças e suas posições definem os regimes políticos.

No tocante à ideologia, Marx dá outro sentido ao conceito, distante do modo como era entendido desde Destutt de Tracy⁷² em 1796, quando o termo era usado pejorativamente por Napoleão Bonaparte para identificar os ideólogos ou intelectuais fundadores de associações culturais e institutos científicos. De acordo com Marx, a ideologia age mascarando a realidade. Nesse sentido,

70 Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo francês de origem argelina e um dos principais estudiosos do marxismo. Para desenvolver a teoria marxista, utiliza como método de análise o estruturalismo, decompondo, para o seu estudo, o pensamento marxista e as leis que, segundo este, regem a vida do homem em sociedade.

71 VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

72 Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy (1754-1836), foi um filósofo, político, soldado francês e líder da escola filosófica dos Ideólogos. Criou o termo *idéologie* (1801) no tempo da Revolução Francesa, com o significado de ciência das ideias, tomando-se ideias no sentido bem amplo de estados de consciência.

junto com Engels, buscou demonstrar que Lutero agiu como um reformador burguês, assim como Muntzer era um revolucionário plebeu.⁷³ Ou seja, sob o manto das guerras religiosas escondiam-se questões sociais do campesinato alemão. Aliás, a relação entre o marxismo e as crenças religiosas é bastante complexo, sobretudo em função da defesa do ateísmo por parte de seus fundadores. A igreja é considerada uma forma ideológica de manutenção de determinadas visões de mundo. Não se trata simplesmente de tomá-la como o “ópio do povo” ou um instrumento de alienação, ela “aparece também como uma linguagem que exprime interesses econômicos, sociais, políticos: e a sua instituição, a Igreja, desempenha o papel de um “aparelho ideológico de Estado” (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 167).

Em suas *Teses contra Feuerbach*, a ideologia é analisada de maneira totalmente diversa em relação aos pensadores anteriores a Marx. Com efeito,

As fantasmagorias no cérebro humano são sublimações que resultam necessariamente do processo de vida material... Por isso a moral, a religião, a metafísica e tudo o resto da ideologia, assim como as formas de consciência que lhe correspondem, perdem imediatamente qualquer aparência de autonomia (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 167).

Não podemos, contudo, enxergar o marxismo como um movimento unificado. Na verdade, a própria doutrina de Marx é repleta de ambivalências e ambiguidades. Ele operava com dois conceitos de ciência distintos, que nem o próprio filósofo, nem seus seguidores foram capazes de reconciliar. Essa primei-

⁷³ Trata-se de eventos ocorridos no início da Reforma Protestante, século 16, na região da atual Alemanha.

ra visão de ciência era essencialmente positivista e mecanicista em sua visão da realidade, compartilhando muitos dos pressupostos científicos do período aproximado entre 1850 e 1890. Dois conceitos eram básicos nessa visão: 1) que o conhecimento científico objetivo é possível e 2) que o conhecimento científico se expressa em afirmativas gerais sobre o comportamento regrado de fenômenos. Para a história, isso significava que com o objetivo de ater o nível de ciência ela deveria descobrir e formular leis de desenvolvimento histórico. A força motriz por trás da história não seriam ideias, mas, como enfatizado por Marx, as forças produtivas.

É significativo que, para Marx, assim como para a maior parte de seus contemporâneos, o progresso da humanidade estivesse centrado no mundo ocidental, que por si só seria dinâmico, enquanto a Ásia e a África (e aqui Marx concordava com Hegel) se encontrariam estagnados. Essa visão de ciência e história estava profundamente arraigada nas principais correntes de pensamento ocidental no século 19, de modo que o marxismo delas se diferenciava principalmente por suas pretensões revolucionárias.

Por um lado, a dialética repudiava a noção positivista quanto à primazia do mundo fenomenológico pela ciência, pois enfatiza que todas as manifestações visíveis seriam problemáticas, devendo ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo de forças conflitantes. Longe de sublinhar a primazia de forças materiais geralmente associadas ao materialismo histórico, essa visão dialética, apesar do discurso materialista de Marx, repudiava uma concepção que situava as forças materiais acima das questões humanas.⁷⁴

O método dialético então se tornava a base para uma teoria crítica que enxerga as racionalidades, nesse caso a violação da dignidade humana, contida em cada formação social. Mas, por outro lado, Marx fundia sua crítica do positivismo com uma concepção

74 Cf. ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

essencialmente positivista de um processo governado por leis, no qual a dialética tomaria uma forma materialista levando à completa realização da história em uma sociedade comunista.

Anos mais tarde, o líder revolucionário russo Vladimir Lenin (1870-1924) modificaria essa visão a partir de um voluntarismo que se focava na centralidade do *partido*. Isso se seguiu da subordinação da pesquisa e escrita históricas às estratégias cotidianas do partido bolchevique. Ou seja, o marxismo depois do triunfo da Revolução Russa em 1917 ganharia novos contornos, mais dogmáticos e acentuadamente políticos. Mais cientificista e mais economicista, a compreensão da obra de Marx vinculou-se ao crivo dos Partidos Comunistas europeus, especialmente o russo. Colocando a práxis como elemento crucial do pensamento marxista, Lenin, Trotsky, Kautsky, Gramsci e Guesde⁷⁵, entre outros, evidenciam que teoria e prática são indissociáveis. O pensamento marxista precisava lutar pela transformação social, por sua aplicação na prática. Assim, o materialismo histórico foi promovido à categoria de ciência exata. Com o governo de Stalin⁷⁶ tais diretrizes se acentuaram ainda mais. Somente a descoberta dos crimes de Stalin em 1956 provocaram um abalo nessa orientação ortodoxa.

A renovação viria da Itália, com Gramsci; da Hungria, com Lukács; e da Inglaterra, com a Nova Esquerda Inglesa. Já na Segunda Internacional houve um estranhamento das correntes no interior do marxismo, de um lado os seguidores mais ortodoxos, como Kautsky e Guesde,



FIGURA 5: Vladimir Lenin

75 Pensadores e ativistas políticos marxistas do início do século XX.

76 Josef Vissarionovitch Stalin (1879-1953) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central a partir de 1922 até a sua morte em 1953, sendo assim o líder da União Soviética nesse período.

de outro a corrente revisionista, que postulava a necessidade de interpretação e adequação do marxismo à realidade. Duas obras são capitais, nesse período: *Que fazer* (1902), na qual Lenin define uma estratégia de tomada do poder e *O imperialismo, fase suprema do capitalismo* (1916), em que o mesmo autor avalia a situação do capitalismo mundial e a necessidade de uma ação concreta de transformação do mundo. De qualquer modo, o chamado marxismo-leninismo se tornou um sistema ideológico de controle do pensamento marxista.

Na União Soviética há uma ruptura dos líderes que integravam as forças revolucionárias: de um lado ficaram Lenin, Stálin, Sverdlov, Molotov e Ordjonikidzé, e de outro Trotsky, Kamenev, Rykov e Bukharin. Estes últimos tinham suas opiniões sempre taxadas de erradas e suas ações eram sempre vistas como negativas. O rompimento se deu com a assinatura dos tratados de paz com a Alemanha, de Brest-Litovsk, em 1918, quando o grupo de Trotsky e sua delegação junto ao partido bolchevique se recusam a assinar o documento. Deturpações da história foram promovidas pelo grupo de Lenin, que conquistou o poder, construindo uma imagem distorcida e burguesa dos trotskystas. As críticas ao marxismo, produzidas no seu próprio interior, chamadas revisionistas surgiram na Segunda Internacional⁷⁷ quando Otto Bauer colocou *A questão da nacionalidades* (1907) e Eduard Bernstein fez uma revisão da teoria econômica de Marx, rejeitando a mais-valia e colocando em seu lugar a noção de utilidade marginal em *Socialismo teórico e social-democracia* (1900).

Na Itália, Antônio Gramsci, membro do PCI e integrante dos comitês de fábricas, foi preso em 1927 por Mussolini. Escreve

77 A Segunda Internacional (1889-1916) ou Internacional Socialista ou ainda Internacional Operária foi uma organização dos partidos socialistas e trabalhistas criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889. Do congresso participaram delegações de vinte países.



FIGURA 6:
Segunda
Internacional

os *Cadernos do Cárcere*, que inovam e arejam o pensamento marxista, introduzindo conceitos como o conformismo/resistência, hegemonia, bloco histórico, revolução passiva. Gramsci observou que as leis econômicas não são exatas, que a dialética não poderia ser divinizada e que a política guarda certa autonomia em relação à economia.⁷⁸

Outro representante da inovação do marxismo viria com o húngaro György Lukács, que escreveu *História e consciência de classe*, publicada em 1923. Além dele, também na França, Louis Althusser, que através do estruturalismo faria uma nova interpretação da obra de Marx, produzindo a ruptura epistemológica entre o jovem e o velho Marx. Althusser escreveu *Por Marx* (1965) e *Ler o Capital* (1966). Crises existenciais e problemas pessoais tornaram a vida desse pensador bastante conturbada. Além de Althusser,



FIGURA 7:
Antônio Gramsci



FIGURA 8:
György Lukács
(1971)

78 SCHLESENER, A. *Revolução e cultura em Gramsci*. Curitiba: UFPR, 2002.

Pierre Vilar, Michel Vovelle, Georges Duby, entre outros, introduzirão conceitos marxistas em suas abordagens historiográficas.⁷⁹

Além de Althusser, os intelectuais em torno do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, foram responsáveis por uma ampla revisão dos enunciados marxistas, desde a fundação do instituto no ano de 1923. Conhecida como a “Escola de Frankfurt”, renomados pensadores como Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979) e Walter Benjamin (1892-1940), reformularam as premissas materialistas da dialética marxista. Seguindo Marx, e afastados do partido comunista, eles estavam preocupados com as condições que permitiam mudanças sociais e o estabelecimento de instituições racionais. A sua ênfase no componente “crítico” da teoria foi derivada significativamente da sua tentativa de superar os limites do positivismo, do materialismo e do determinismo, promovendo um retorno à filosofia crítica de Kant e aos seus sucessores no idealismo alemão, principalmente a filosofia de Hegel, com sua ênfase na dialética e contradição como propriedades inerentes da realidade.⁸⁰

As interpretações marxistas representavam um desafio à historiografia não marxista menos por questões políticas do que pelo questionamento da tradicional história factual e personalista, exigindo maior atenção ao contexto social e suas mudanças.

A *Nova Esquerda Inglesa*, grupo surgido em meados dos anos 1950 em torno das revistas *Past and Present* e *New Left Review* foram responsáveis pela consolidação e expansão do marxismo junto à História, ao lado da chamada Escola de Frankfurt. A rigor, esses dois movimentos trouxeram novas abordagens e novas reflexões que conferiram novo ânimo ao pensamento marxista. Entre os

79 VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

80 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *A escola metódica*. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.

ingleses podemos destacar Eric J. Hobsbawm, Christopher Hill, Edward Thompson, Raymond Williams, entre outros, como historiadores marxistas decisivos pelo revigorar desse pensamento nos tempos recentes. De todos, Thompson foi um dos mais importantes para a teoria da história, pois defendeu uma história das classes subalternas, uma história escrita sob a perspectiva dos *de baixo*, que contemplasse a experiência cotidiana e os mundos do trabalho. Thompson inova ainda ao repensar as questões de classe, consciência de classe e a necessidade de a teoria não procurar engessar ou aprisionar a empiria. Segundo ele, a classe deveria ser vista não como um conceito, mas como uma categoria histórica, como um devir em formação.⁸¹

A revista *Past and Present*, fundada por historiadores marxistas britânicos em 1952, mas não controlada pelo partido, em breve se tornou um fórum de discussões entre autores marxistas e não marxistas como Lawrence Stone (1919-1999), Thomas Acton (1899-1968), John Elliot (1930-) e Geoffrey Elton (1921-1994). Com seu amplo interesse em sociedade e cultura, passou a ocupar um lugar na Grã-Bretanha não tão distinto dos *Annales* na França. Mas, muito em breve, os estudos marxistas dos grandes levantes na história moderna e na Revolução Industrial voltariam sua atenção de processos sociais anônimos para focar nas formas que essas mudanças assumiram na consciência daqueles que os experimentaram.

Em contraste com a visão marxista tradicional, os estudos marxistas franceses e ingleses



FIGURA 9: Edward Thompson

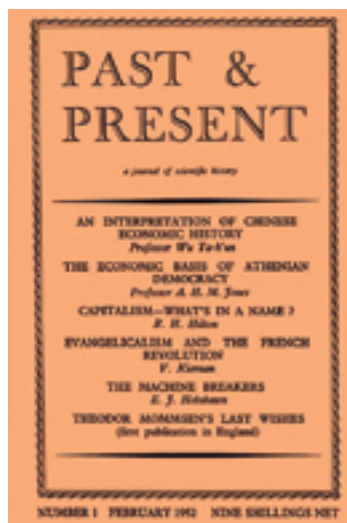


FIGURA 10: Past and Present - v.1 - 1952

81 VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

dos levantes políticos na Europa medieval e moderna passaram a dar uma face mais humana à história. Georges Lefebvre (1874-1959) iniciou o caminho com *O grande medo de 1789: o pânico rural na França revolucionária*, em que examinava o pânico nas regiões rurais que havia favorecido os levantes camponeses. Ronald Hilton (1911-2007) fez algo similar sobre os levantes populares na Inglaterra medieval. Christopher Hill (1912-2003) tratou das classes baixas na revolução inglesa do século 17 e o ativista afro-americano W.E.B. du Bois (1868-1963) faria o mesmo ao tratar da população negra sulina durante os anos de reconstrução após a Guerra Civil Americana.

Thompson, por sua vez, focava no papel de fatores não econômicos como a ideia de um preço justo que derivava de concepções tradicionais, pré-capitalistas de justiça econômica. O conflito entre valores culturais tradicionais das classes baixas e a emergência de uma economia capitalista e do Estado burocrático seriam o tema de “Rebeldes Primitivos” de Eric Hobsbawm (1917-2012). Como veremos adiante, a semelhança da temática desses trabalhos com aqueles dos *Annales* é surpreendente, sobretudo, em sua preocupação com o mundo pré-moderno.

Figurando como um dos mais importantes historiadores marxistas do século passado, Thompson afirmava que os escritos de Marx não deveriam ser decisivos da opinião marxista. Ele então distinguia entre um marxismo como limitação e tradição, derivado de Marx, e a aberta investigação crítica. O primeiro se manteria na tradição da teologia. O segundo seria a tradição da razão ativa que havia se libertado da noção puramente acadêmica de que os problemas de nosso tempo (e as experiências de nosso século) seriam compreendidos pelos escrutínios de um texto publicado há cento e vinte anos atrás. Ele rejeitava a ideia de uma “classe trabalhadora protótipo” se apoiando, ao contrário, em uma “concreta classe trabalhadora inglesa” que teria emergido em um contexto histórico específico. O foco na cultura significava um afastamento

dos métodos científicos que objetivavam as ações humanas, além de uma aproximação que eleva a compreensão de elementos qualitativos que construiriam uma cultura a partir da sua ligação com a literatura, com a arte, com o folclore e o simbolismo.⁸²

Thompson então rejeitava três conceitos marxistas básicos: a primazia das forças econômicas, a objetividade do método científico e a ideia de progresso. Não fosse a manutenção do conceito de classe, seu vínculo com a teoria marxista seria bastante tênue. As críticas ao seu trabalho residiam no seu conceito de classe baseado na ideia de cultura, pelo fato de este não abrigar aqueles que eventualmente não tivessem vínculos com o processo produtivo.

Como resultado desse revisionismo historiográfico, o projeto *History Workshop* foi fundado como uma revista de “historiadores socialistas” baseada na abordagem de Thompson sobre a história do trabalho. A transformação do periódico, desde a fundação em 1976 até o ano de 1995, documentava mudanças fundamentais que tiveram lugar nas abordagens marxistas sobre a História da Grã-Bretanha e de outros lugares. O foco no papel das mulheres contribuiu para uma expansão no escopo da revista assim como a uma exploração de novas abordagens metodológicas. Atenção era dada para as formas pelas quais trabalhadores experimentavam o trabalho sob as condições de produção no contexto industrial, a partir do conceito de consciência de classe dos trabalhadores. As experiências das mulheres também eram quase sempre situadas nesse contexto.⁸³

No início dos anos 1980 o periódico devotou cada vez mais espaço ao papel da língua como fator constituinte da experiência social. Rejeitando a posição radical de estruturalistas linguísticos

82 THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

83 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A escola metódica. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.

representada por Lacan, Foucault e Derrida, para os quais “não existe realidade externa à qual a língua se refere, portanto nenhuma tensão dialética e nenhum princípio de mudança”, os editores ao contrário enfatizavam que “a linguagem do socialismo antecederia a aparição de um movimento socialista”. Além disso, a revista concordava com as teorias feministas de que o gênero não seria naturalmente dado, mas culturalmente construído e absorvido pela linguagem, vendo ao mesmo modo a língua atuar por si mesma como reflexo e ação sobre a sociedade.

A complexidade do mundo contemporâneo – ambientais, étnicas, sexuais – haviam se tornado tão visíveis que os termos “socialista” e “feminista” com as conotações que carregavam já não eram mais suficientes. A revista havia sido bem sucedida em seu objetivo de expandir fronteiras disciplinares, mas isso também havia ocorrido em outros importantes periódicos, como os *Annales*, o inglês *Past and Present*, os *Quaderni Storici* italianos e o *Journal of Interdisciplinary History* americano. O exemplo da reformulação temática de tais periódicos e das teorias defendidas por seus principais teóricos nos permite observar que tanto a teleologia marxista quanto a concepção de classe, que era fundamental à sua compreensão da sociedade e da prática política, foram irremediavelmente abaladas. Foi-se o tempo em que o marxismo era uma das correntes mais vigorosas da historiografia contemporânea. Embora sua presença seja ainda marcante enquanto um modo de se pensar o passado e o presente, orientando a práxis de historiadores e cientistas sociais, é cada vez menor o número de pesquisadores que se utilizam do materialismo histórico como uma ferramenta de análise do passado. Na França e nos Estados Unidos, outras orientações teórico-metodológicas não apenas colocaram o marxismo em questão, como também restringiram sua importância junto à pesquisa, mantendo-o tão somente como instrumental para a luta política.

No Brasil, o marxismo ainda encontra espaço junto às universidades, permanecendo vivo entre professores e alunos em diversas

instituições. De qualquer maneira, não fosse a já descrita renovação do pensamento marxista provocada pelo surgimento da Nova Esquerda Inglesa, com a obra de historiadores como Edward Thompson, Perry Anderson (1938), Eric J. Hobsbawm, Raymond Williams (1921-1988) entre outros, certamente a presença do marxismo e de seu paradigma junto à História seria ainda muito mais restrita.

OS ANNALES

A escola francesa *Annales* de historiadores, centrada em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (Anais de História Econômica e Social), ocupou um lugar único na historiografia do século 20. Por um lado, seus membros compartilhavam a confiança de outros historiadores orientados na possibilidade de uma abordagem científica da história; por outro, eles estavam cientes dos limites de tais procedimentos.⁸⁴

A escola dos *Annales* foi uma revolução ou uma inovação em História? São um paradigma histórico? Um regime de historicidade? Tal questão tem acompanhado os historiadores desde 1929, quando foi criada por Marc Bloch e Lucien Febvre a *Revista dos Annales* na França. Tal periódico informou o nascimento de uma verdadeira tradição historiográfica contemporânea, talvez uma das mais influentes e vigorosas. De acordo com muitos autores, poderíamos dividir essa longa tradição historiográfica em três ou quatro gerações: a de Bloch e Febvre (1929-1946), a de Braudel (1946-1968), a de Le Goff (1968-1992).

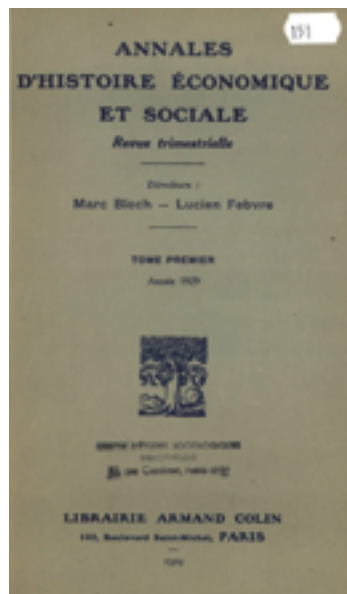


FIGURA 11: Revista de Annales - vol.1

⁸⁴ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A escola metódica. In: _____. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.



FIGURA 12: Marc-Bloch-1944.



FIGURA 13: Lucien Febvre.

Alguns historiadores chegaram a defender a existência de uma quarta geração, com Roger Chartier (1945) e Jacques Revel (1942). Da geração de Le Goff despontam historiadores como Georges Duby (1919-1996), Emanuel Le Roy Ladurie (1929), Maurice Agulhon (1926) e Michel Vovelle (1933). Contudo, para alguns, como François Dosse, a *Escola dos Annales* teria terminado com a terceira geração, pois, desde então, a chamada Nova História ou *Nova História Cultural Francesa* representa uma fragmentação e uma história em migalhas que foge dos princípios preconizados pelos fundadores.⁸⁵

Cabe observar que, virtualmente, todos os historiadores, desde Ranke, passando por Marx e Weber, e após eles os historiadores americanos orientados pelas Ciências Sociais, haviam visto a história em termos de movimento em torno de um tempo unidimensional do passado ao futuro. Os historiadores dos *Annales* mudaram radicalmente essa concepção ao focar na relatividade e multiface do tempo. Nesse sentido, o livro sobre o *Franco condado*, escrito pelo jovem Febvre em 1911, já sinalizava uma transição a um novo tipo de ciência histórica. A cultura não seria mais compreendida como um domínio intelectual e estético privilegiado de uma elite, mas como uma forma

na qual toda uma população experimentava e vivia a vida. Febvre e especialmente Bloch, que estudou em Leipzig e Berlim entre 1908 e 1909, seguiram de forma muito próxima o trabalho feito pela história econômica e social na Alemanha do início do século 20.

85 DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1999.

É importante, nesse sentido, salientar a relevância que a ciência histórica alemã teria sobre a formação de distintas escolas históricas subsequentes. Lembremos que após a Guerra Franco-Prussiana, em 1872, a região da Alsácia e Lorena foram incorporadas ao Estado alemão e serviram para promover um fecundo e intenso intercâmbio entre franceses e alemães. A adoção nas universidades dos textos e autores alemães teria sido fundamental para a renovação das ciências humanas na França, promovendo um intercâmbio que não mais cessou.⁸⁶

Não que antes não houvesse esse intercâmbio, mas depois ele se teria se tornado mais intenso. Muitos professores franceses lecionaram nessas universidades, agora alemãs. Do diálogo com a filosofia alemã, especialmente de Kant, com a hermenêutica de Droysen, Schleiermacher e Dilthey, com o historicismo de Meinecke e Von Ranke e, ainda, com a sociologia de Rickert, Sombart, Simmel e Weber, vingaria na França uma significativa renovação do pensamento, da literatura e das artes. Se pensarmos em nomes como Halbwachs, Bloch, Febvre, Heidegger e Foucault, entre outros, é inegável a influência do pensamento germânico recebido. Os *integrantes* da chamada Escola Metódica Francesa já haviam demonstrado que as raízes de seu modelo de história eram provenientes das inovações verificadas na Alemanha. A pedra de toque dos metódicos era a aplicação, na História, de novas técnicas desenvolvidas pela hermenêutica mescladas com elementos do historicismo alemão (BOURDÉ; MARTIN, 1994, p. 99).

⁸⁶ A Alsácia-Lorena é um território de população germânica, originalmente pertencente ao Sacro Império Romano-Germânico, tomado por Luís XIV da França depois da Paz de Vestfália em 1648, mas devolvido pela França à Alemanha recém-unificada, conforme o Tratado de Frankfurt (10 de maio de 1871), que encerrou a Guerra Franco-Prussiana, e em seguida retomado pela França após a Primeira Guerra Mundial, nos termos do Tratado de Versalhes, de 1919. Foi anexado pelo Terceiro Reich alemão em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, e retomado pela França em 1945.

Não é possível furta-se, contudo, à transformação promovida pela criação da revista dos *Annales*, em 1929, à história e à historiografia. Reunindo um grupo de jovens historiadores que passam a combater os metódicos, representava mesmo uma revolução, pois atacava o próprio *establishment* historiográfico francês. E o fazia incutindo-lhes a pecha de positivistas, algo que certamente os irritava de modo profundo. As raízes do grupo encontram-se na criação da *Revue de Synthèse Historique* do início dos anos 1920 fundada por Henri Beer. Como carro-chefe de sua abordagem, encontra-se uma recusa radical da história política e factual tal como predominava junto aos metódicos e na valorização da vida social e das atividades econômicas, não desprezando ainda a dimensão psicológica da História. Tornando o periódico um campo de discussões interdisciplinares, Berr adiantava alguns dos debates que estariam no centro das atenções da academia francesa durante as décadas seguintes.

As diretrizes desse novo grupo que posteriormente seria conhecido como Escola dos Annales foram sintetizadas em dois textos-manifestos: *Combates pela História*, de Lucien Febvre, e *Apologia da História*, de Marc Bloch, historiadores que são considerados os pais dessa nova corrente historiográfica. A *Nova História* se contrapõe à velha história: à história dita positivista, também chamada de *évènementielle*⁸⁷, excessivamente política e factual e ainda à história erudita e literária. Do ponto de vista institucional tratava-se de uma rivalidade entre os metódicos encastelados na Sorbonne e o grupo de historiadores da 6ª Sessão da *École Pratique de Hautes Études*. Esse novo grupo, ao buscar novos objetos e temas de estudos, consegue rapidamente espaço editorial e na imprensa. Assim, conquistam leitores acadêmicos e pessoas comuns, iniciando uma tradição historiográfica que, segundo alguns autores, chega até nossos dias.

87 Preocupada em descrever o evento puramente.

Costuma-se dividir a Escola dos *Annales* em três gerações: a primeira, de Bloch e Febvre, que vai de 1929 a 1945; a segunda, de Braudel, que vai de 1945 a 1968; e a terceira, de Jacques Le Goff. Alguns historiadores chegam a defender a existência de uma quarta geração, com Roger Chartier e Jacques Revel, embora para François Dosse o novo grupo tenha abdicado de prosseguir com essa tradição ao optar por uma história em migalhas.⁸⁸ Da geração de Le Goff despontam historiadores como Georges Duby, Emanuel Le Roy Ladurie, Maurice Agulhon e Michel Vovelle.

Os *annalistes* substituíram a heráldica, a hermenêutica e a paleografia pela aproximação com outras ciências como a Economia, a Sociologia, a Geografia e a Psicologia. A aproximação com a economia certamente advém do estímulo a esses estudos promovidos por Gustav Schmoller, professor alemão em Estrasburgo que criou em 1893 uma revista de história social e econômica, a *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*. Na Inglaterra, a história econômica sempre teve muitos adeptos, como Cunningham e Roger dentre outros. Na França foi praticada, antes dos *Annales*, por Henri Hauser, Henri Sée e Paul Mantoux no final do século XIX. As críticas à história política eram bastante comuns àquela altura. Durkheim, Weber, Lamprecht e até mesmo August Comte fizeram críticas contundentes a esse tipo de história. François Simiand, discípulo de Durkheim escreveu um instigante livro *Introdução ao estudo das ciências sociais* (1903), em que manifesta a necessidade de se combater os três ídolos da história: o político, o individual e o cronológico.

Tanto Bloch quanto Febvre foram alunos de Lévy-Bruhl, do linguista Meillet, influenciados por Durkheim e pelo geógrafo Vidal de La Blache. Entre 1920 e 1933 foram pra Estrasburgo, que, depois da Primeira Guerra Mundial, havia sido reincorporada ao território francês. Também conversavam bastante com o psicólogo Char-

88 DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1999.

les Blondel e com o sociólogo Maurice Halbwachs. Contudo, após a derrota alemã, a influência do pensamento social alemão foi obliterada pelo revanchismo francês que procurava (a)firmar-se perante a herança alemã. Não por acaso a reintegração da Alsácia e de Lorena à França reverberou na nomeação de prestigiosos professores franceses para a Universidade de Estrasburgo, que, lentamente, eclipsou a *Kaiser Wilhelms Universität*.

As obras-primas dessa primeira geração dos *Annales* são *Os reis traumaturgos* (1923), de Bloch, e *O renascimento e a reforma*, de Febvre, embora *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*, de 1942, também de Febvre, seja mais famosa. Valorizam o coletivo, os fatos sociais, as atitudes mentais, a mentalidade primitiva, as representações coletivas. Para criar a revista dos *Annales*, Febvre e Bloch convidaram Henri Pirenne, um historiador econômico; aliás, a revista deveria privilegiar a história econômica. Pirenne recusou e, assim, eles se tornaram os editores da revista que se tornaria a mais famosa e importante na área em todo o mundo, criada em 15 de janeiro de 1929, inicialmente batizada de *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Em seguida, em 1933, Febvre tornou-se professor no Collège de France; em 1936, Bloch também, substituindo Hauser. Foi igualmente nesse ano que a sede da Revista dos *Annales* deixou Estrasburgo e foi para Paris. Bloch encarregou-se ainda de redigir vários artigos combatendo os empiristas e defendendo uma nova escrita da história aberta a novos problemas e às sensibilidades.⁸⁹

Bloch foi morto pelos nazistas em 1944. Embora tivesse mais de 50 anos, alistou-se como voluntário. Na prisão escreveu o *Apologia da História*, em que apresenta as principais teses dos *Annales*, bem como deixa explícita sua adesão a alguns princípios da hermenêu-

⁸⁹ BURKE, P. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1991.

tica e do pensamento social alemão.⁹⁰ Febvre continuou a revista, com novos colaboradores como Charles Morazé, mudando-lhe o nome, em 1946, para *Les Annales. Economies, Sociétés et Civilizations*; depois, em 1947, reformou a 6ª sessão da Escola Prática de Altos Estudos. Adotou como herdeiro intelectual Fernand Braudel, que havia sido seu aluno da Sorbonne, lecionando na Argélia, no Brasil (na USP entre 1935 e 1937). Preso perto de Lübeck na Segunda Guerra Mundial, escreveu sua tese *O Mediterrâneo e Filipe II*, publicada em 1949 em três volumes: o primeiro trata da história imóvel; o segundo, da história das estruturas; e o terceiro trata dos acontecimentos, postulando sua original interpretação sobre as temporalidades históricas e acentuando a importância na história quase imóvel, ou a chamada *longa duração*. Ao mesmo tempo, inova nessa obra ao abordar uma história da vida material. Braudel dirigiu os *Annales* de 1946 a 1968, bem como a Escola Prática de Altos Estudos e o *Collège de France*. Em 1969 publicou seus *Escritos sobre a História*, reafirmando a importância da interdisciplinaridade ao historiador.⁹¹

Como se pode ver, a escola dos *Annales* é tributária da influência da história econômica como uma forma privilegiada de se acessar o real. Para os *annalistes*, o conjunto de documentos não é limitado, é preciso utilizar-se de diferentes fontes. Mas valorizam a sincronia e a objetividade históricas. Nessa primeira geração destaca-se a compreensão das sociedades no passado. Contudo, a pretendida *abertura* aos novos documentos é uma falácia. Na *Introdução aos Estudos Históricos*, Langlois e Seignobos dão uma definição bastante aberta do que consideram documentos: testemunhos dos atos e pensamentos dos homens. Dosse considera que os *annalistes* são

90 Principalmente quando diz que a finalidade da história é *compreender*, e não explicar o passado. BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

91 BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1994.

herdeiros da tradição iluminista e chama a quarta geração de traidores dos princípios de Bloch e Febvre, da ambição totalizante da história desprezada por modismos e por uma fragmentação (ele usa o termo *eclatéé*, que em francês significa fragmentada, mas também barulhenta) pós-moderna (REIS, 2002, p. 77). Um traço relevante é a negação do evento em favor da duração. Tanto Febvre quanto Bloch foram profundamente marcados pela hermenêutica alemã e pelo historicismo, embora Bloch procure alicerçar a compreensão em dados objetivos, em comprovações empíricas.

De todo modo, não podemos desconsiderar alguns importantes desenvolvimentos próprios dos *annalistes* franceses. O entendimento dos jovens intelectuais sobre a abordagem científica, por exemplo, refletia a ligação próxima entre a geografia, a economia e a antropologia na historiografia francesa, em contraste com a ênfase no Estado, na administração e na jurisprudência da tradição alemã aos moldes do que era pensado por Max Weber (1864-1920). Sob essa luz, a grande importância que Febvre e Bloch atribuíam a estruturas anônimas se tornava compreensível, assim como a atenção que davam aos aspectos de sentimentos e experiência embutidos nas mentalidades coletivas que formavam a temática de um tipo específico de antropologia histórica.

Os *Annales* de forma alguma defendiam uma doutrina fechada. A história para os *annalistes* ocupava um papel central entre as ciências que lidavam com o homem, mas de uma forma diferente do historicismo clássico. Enquanto o último havia elevado o Estado como a instituição-chave à qual todos os outros aspectos da sociedade e da cultura estavam subordinados, os historiadores dos *Annales* aboliram as fronteiras entre as disciplinas tradicionais, com o objetivo de integrá-las entre as “ciências do homem” (*sciences de l’homme*). O plural era usado intencionalmente com o objetivo de enfatizar a pluralidade das ciências. A proposta dos *Annales* era, conforme Bloch e Febvre explicaram

na introdução ao primeiro número da revista lançada em 1929, estimular novas abordagens.

Como já mencionado, em 1946 os *Annales* receberiam uma firme base institucional na Sexta Sessão da *École Pratique des Hautes Etudes*. Essa institucionalização traria resultados conflitantes. Ela favoreceria a pesquisa interdisciplinar e assim, constantemente, a uma nova abertura, tornando o trabalho em equipe possível, coordenando vários projetos que paulatinamente usavam os novos recursos tecnológicos de processamento de dados. Desse modo, nos anos sessenta e setenta, por um lado a grande síntese de Braudel, Pierre Goubert (1915-2012), Le Goff, Duby, Le Roy e Robert Mandrou (1921-1984) apareceu nos *Annales*; por outro, eram contribuições altamente especializadas, escritas em um jargão incompreensível a leigos.

Apesar da grande variedade de abordagens metodológicas e conceituais, após oitenta anos os trabalhos dos historiadores dos *Annales* continuaram possuindo muito em comum. Para ilustrar isso devemos olhar brevemente para os importantes trabalhos que surgiram entre 1911 e 1980. É notório perceber que em nenhum desses trabalhos há instituições centrais servindo como guia em uma narrativa histórica na qual ações de pessoas possuem um papel decisivo. Isso não significa que o papel da política seja ignorado.

Para sermos mais específicos, seu foco estaria nas estruturas. Em *A sociedade feudal* (1939) de Marc Bloch, por exemplo, os reis raramente eram citados, e quando isso ocorria era apenas de forma secundária. No livro de Braudel sobre o Mediterrâneo (1923-1949, e 1949-1966), eles são relegados a uma sessão separada na história política da região, com pouca conexão orgânica com as duas partes precedentes que traziam com uma abordagem geográfica quase atemporal da região do Mediterrâneo e sua lenta mudança na estrutura econômica e social.

Como citado anteriormente, os historiadores dos *Annales* introduziram um novo conceito de tempo histórico nos debates

historiográficos. A maior parte desses historiadores abandonou amplamente a ideia de uma história linear, direcionada, muito característica do pensamento histórico na transição do tempo pré-moderno à modernidade. No lugar de um tempo histórico, os *Annales* veem uma pluralidade de tempos coexistentes, não apenas entre diferentes civilizações, mas também em civilizações singulares. Com o *abandono do conceito de tempo linear*, a confiança no progresso e a crença na superioridade da cultura ocidental também passou a ser questionada.⁹²

Os primeiros trabalhos de Febvre mostram similaridades com as tentativas francesas e alemãs de escrever uma história econômica e social integradas histórica e geograficamente a uma região, sem ignorar aspectos políticos. A *geografia* é um importante segmento da historiografia dos *Annales*, mas sempre a “geografia humana” ciente da interação entre cultura e espaço físico. Além disso, muito mais importante do que a economia para a análise de uma sociedade ou de uma cultura seria a *semiótica*, pois cada cultura seria um sistema de significados que se expressaria na linguagem ou no simbolismo.



FIGURA 14: Fernand Braudel

Em comparação com Bloch e Febvre, o trabalho de Braudel parece muito menos sutil. Braudel pavimentou o caminho para a história quantitativa dos anos 1960 e 1970 sem que ele próprio se tornasse um historiador quantitativo. Em sua história econômica da França, ele estava interessado nos grandes ciclos recorrentes que determinavam a atividade econômica durante décadas e séculos.

Nos anos 1960 o grande fascínio das ciências sociais pela quantificação também tomaria conta dos *Annales*. A história da consciência também ocupou um papel importante nos escritos dos

92 BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1990.

annalistes. O fascínio com o computador transformou o estudo das mentalidades. Assim, a “história das mentalidades”, como defendida por Pierre Chaunu (1923-2009) e Michel Vovelle (1933-), partia do pressuposto de que a reconstrução das mentalidades era possível com base na análise de dados de massa. Segundo Ladurie, as mentalidades seriam um conceito ambíguo, aquilo que César e seus soldados compartilhariam, subsidiado na longa duração.

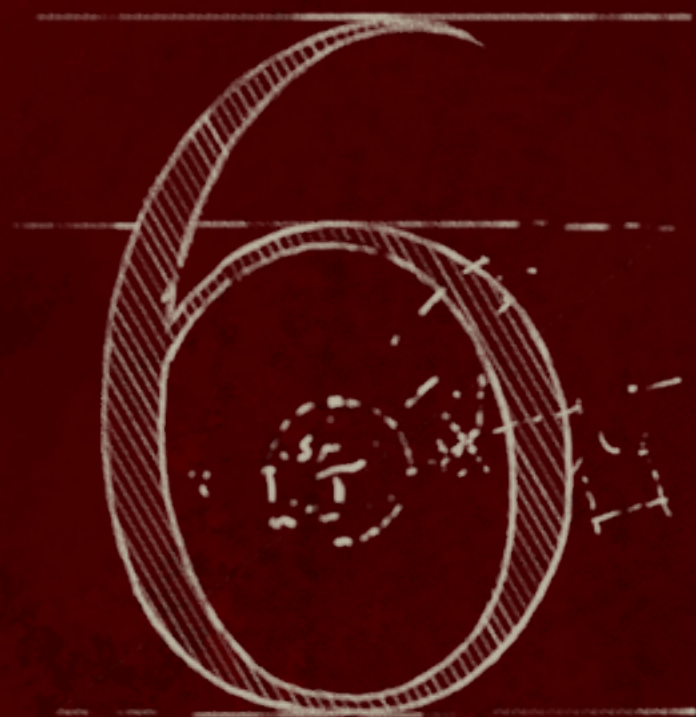
O que permanece distinto dos *Annales* em seus escritos sobre o mundo moderno e contemporâneo é o seu foco na cultura e símbolos que tornam as tradições políticas modernas compreensíveis, como nos volumes *Os lugares de memória* (1984/1992), organizados pelo historiador parisiense Pierre Nora (1931-). E também o recente aporte em torno das lutas de representações, tal como propostas por Roger Chartier, nas quais se disputam os significados e as práticas definidoras do vivido. O trabalho desses historiadores ajudou a erigir a ponte entre história e literatura. Sua forte veia antropológica preveniu as principais correntes dos *Annales* de sucumbir ao cientificismo que caracterizou muito da ciência social do período.



FIGURA 15: Jacques Le Goff



FIGURA 16: Chartier Roger



CRISE DA HISTÓRIA OU DESAFIOS DA PÓS-MODERNIDADE: desconstruindo o cronótopo moderno da História



FIGURA 1:
A Persistência da
Memória, Salvador
Dalí, 1930

A *condição pós-moderna*, obra publicada em 1979 por Jean-François Lyotard⁹³, traduziu um conjunto de experiências no campo das artes e dos saberes, bem como uma reação à modernidade que, de pensamentos e autores difusos, definiu um epicentro para a pós-modernidade. A rigor, desde meados de 1945, a sociedade ocidental acompanhou o surgimento de diferentes manifestações que abalariam as bases dos saberes e das artes. Controvertida e incapaz de traduzir um pensamento uniforme, pós-moderna, contudo, é uma condição e uma expressão que consegue traduzir um conjunto de problemas que desafiam o pensamento moderno e o racionalismo iluminista. Ao otimismo do progresso, avizinha-se a face do ceticismo e de um futuro incerto. À convicção pela razão e pela verdade, estaríamos de novo entregues às paixões,



FIGURA 2: Jean Francois Lyotard

⁹³ Jean-François Lyotard (1924-1998) foi um filósofo francês e um dos mais importantes pensadores na discussão sobre a pós-modernidade. Autor dos livros *A Fenomenologia* (1954), *A Condição Pós-Moderna* (1979) e *O Inumano* (1985).

à desrazão preconizada por Nietzsche e à falácia dos discursos que disputam ou constroem verdades.

Essa reação e esse conjunto difuso de movimentos na literatura, no cinema, mas também nas ciências sociais, representou o questionamento das chamadas *metanarrativas* ou paradigmas, assim como a descentralização radical do sujeito. Os mestres da suspeita, como chamou Ricoeur, foram Nietzsche, Freud e Einstein, afinal eles revolucionaram o mundo contemporâneo.⁹⁴ De qualquer modo, é impossível não incluir nessa lista nomes decisivos como os de Heidegger, Foucault e Derrida.

Desde a década de 1980, a partir daqueles autores mais fundamentais, a pós-modernidade alcançou um lugar na crítica ao pensamento no interior das humanidades. Ao lado do marxismo, talvez esses autores vinculados ao que se denominava pós-modernidade foram os mais duros críticos das metodologias e abordagens tradicionais empregadas no sentido da produção de um conhecimento creditado como objetivo. Aos poucos, o termo obscuro e temido por muitos intelectuais se tornou central, imprimindo um conjunto expressivo nas práticas científicas no interior das Ciências Humanas. Na esteira do debate que provocou, acumularam-se muitas questões, dentre elas, a *crise da história*.⁹⁵

Para se compreender o significado da *pós-modernidade* ou da temporalidade *pós-moderna*, é necessária uma investigação sobre as condições que permitiram o estabelecimento do problema. É difícil precisar o momento exato da emergência do problema acerca da *pós-modernidade*. Entretanto, é consenso que o problema se aprofundou durante os anos 1980 e teve seu agravamento na década de 1990. Depois de muitas décadas de crença irresistível nas premissas científicas, os historiadores começaram

94 Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997. 3 v.

95 Cf. CHARTIER, R. Uma crise da História? A História entre Narração e Conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra J. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

a colocar em xeque suas premissas epistemológicas (de real, de verdadeiro, de objetivo, dentre outros) e também a questionar suas práticas metodológicas (os dados conseguem refletir o real ou seriam capazes de iluminá-lo?). Esses debates foram levados à exaustão e causaram uma série de conflitos e polêmicas entre historiadores ocidentais. O ápice da querela ocorreu na tradição historiográfica anglo-americana. No centro do problema estavam o *status* e as possibilidades da produção de conhecimento histórico frente às já sedimentadas discussões advindas da tradição filosófica *pós-estruturalista*.

FILOSOFIA E HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO DIFÍCIL

Como vimos, a História enquanto conhecimento científico e acadêmico se estabeleceu no início do século 19. E esse século assistiu a uma verdadeira revolução científica da História e das demais Ciências Humanas como a Economia, a Antropologia, a Sociologia ou a Psicologia.

Segundo o historiador José Carlos Reis em seu livro *História, entre a filosofia e a ciência*⁹⁶, a História se estabeleceu enquanto ciência negando seu aspecto filosófico. Esse processo se deu por um escamoteamento da dimensão filosófica do conhecimento histórico. O autor destaca a concepção velada de uma filosofia no conhecimento histórico. Nesse sentido, a própria identidade do historiador se constituiu a partir da negação da identidade de filósofo em favor de uma identidade de *cientista*.

Tal prática na origem se perpetuou como um vício na consciência dos historiadores. Ainda que os filósofos continuassem a debater o conhecimento histórico e propor suas *filosofias da história*, os

96 REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

historiadores continuavam a ignorar os filósofos. À História não interessava o diálogo com a filosofia. E isso acontecia para se manter intocado o status científico da História.

As *filosofias da história* continuaram a ser produzidas pelos filósofos à revelia dos historiadores. Hegel foi o primeiro a sugerir formalmente o conceito de filosofia da história. Uma prática que se perpetuou em Marx, depois em Sartre, entre outros. O que eram as *filosofias da história*? Eram hipóteses gerais sobre as leis que regiam o fluxo da história, ou seja, os mecanismos e engrenagens que faziam a história se mover. Que impunham um sentido para a marcha da humanidade, tanto na acepção de finalidade quanto na de essência ou teor. Todo filósofo que se propunha a pensar o conhecimento histórico tinha por hábito sistematizar uma filosofia da história, afinal, traduzir a marcha da história significaria, em outras palavras, conhecer a própria essência da humanidade.

Os historiadores foram desde sempre ferozes adversários das filosofias da história no século XIX. Era praticamente proibido debater e utilizar parâmetros filosóficos nos debates historiográficos. A solução para evitar as filosofias da história era o apego ao método narrativo e a sustentação documental das narrativas produzidas. A primeira denúncia contundente à necessidade ou não da história para se conhecer a realidade surge da obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche.⁹⁷ A partir dele surgiram reflexões ainda mais efetivas de recusa à racionalidade ou à reivindicação da objetividade por parte dos saberes.

⁹⁷ Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900) foi um filósofo alemão de grande influência no ocidente. Ele escreveu vários textos críticos sobre a religião, a moral, a cultura contemporânea, filosofia e ciência. Entre suas principais obras podemos citar: *O Nascimento da Tragédia* (1872); *Considerações Inatuais* (1873-1876); *Humano demais Humano* (1878 – refere-se ao rompimento com Wagner e seu distanciamento de Schopenhauer); *Aurora* (1881 – onde aparecem teses fundamentais de seu pensamento); *Gaia Ciência* (1882 – promete um novo destino para a humanidade); *Assim falou Zaratustra* (1883); *Além do Bem e do Mal* (1886); *A Genealogia da Moral* (1887).

No século XX, por sua vez, os historiadores não gozariam da mesma sorte. A filosofia lançou sistematicamente questões sobre o conhecimento histórico que obrigaram os historiadores a abandonar sua zona de conforto epistemológico, colocando em dúvida aquilo que seriam as suas ilusões de cientificidade. Ou seja, suas fragilidades epistemológicas. No início do século XX, a emergência da linguagem e da semiótica deram a largada para as reflexões que se tornariam a pedra no sapato dos historiadores.

De Wittgenstein a Saussure, de Nietzsche a Heidegger, cada vez mais a relação do pensamento com o real passou a ser reduzida a uma *operação linguística*. A linguagem seria o veículo que permitiria a própria existência do real e da razão. Dessa relação surgiria a denúncia de Michel Foucault sobre os níveis de colamento e de descolamento entre as palavras e as coisas, sua constatação de que os discursos são mobilizados para construir as verdades sobre o mundo e sobre o homem.⁹⁸



FIGURA 3: Ferdinand de Saussure.

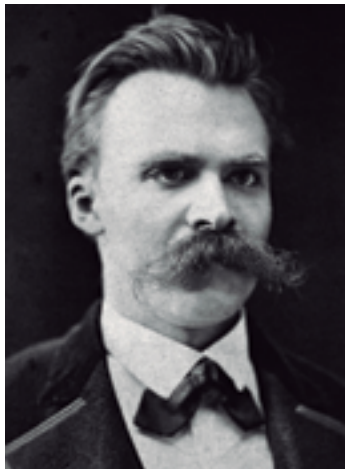


FIGURA 4: Friedrich Nietzsche.

98 Cf. JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2004.

Desse debate sobre o papel da linguagem erigiu-se uma nova fortaleza, reforçando o arsenal da hermenêutica: a *semiótica*. Sua função é entender a dinâmica da linguagem. Ou seja, compreender como as palavras se relacionam entre elas e ao mesmo tempo, entender como elas dão significação as coisas. A semiótica é a ferramenta que permite a compreensão da *estrutura* das linguagens e da comunicação. O idealizador da semiótica foi Ferdinand de Saussure em seu estudo *Curso de linguística geral*.⁹⁹ Saussure propõe em seu estudo que a linguagem é composta de duas dimensões, a linguagem falada (fala) e a linguagem escrita. Essas duas partes compõem a linguagem e permitem uma compreensão *estrutural* da linguagem. Essa estrutura, porém, revela não só os mecanismos linguísticos para Saussure, mas também é capaz de mostrar a estrutura social e cultural dos homens. De forma que seria possível – ao problematizar a relação da linguagem escrita com a linguagem falada – compreender objetivamente os homens e suas dimensões econômicas, sociais e culturais.

Saussure não avançou no estudo e nas práticas semióticas, mas suas ideias seduziram intelectuais mais jovens, que levaram a cabo o projeto intelectual de Saussure e o radicalizaram. Nomeados de *estruturalistas* – por admitirem a possibilidade de compreender as coisas a partir da linguagem, tal qual Saussure –, eles avançam sobre os mais diversos campos de conhecimento das humanidades. Na filosofia, Althusser produziu o estruturalismo marxista e propôs explicar as contradições socioeconômicas do capitalismo a partir de suas estruturas. Na antropologia, Lévi-Strauss tentou entender as estruturas culturais a partir da investigação das sociedades primitivas e os povos indígenas. E na psicologia, Lacan introduziu as concepções estruturalistas nas problemáticas da psicanálise.¹⁰⁰

99 SAUSSURE, Ferdinand de et al. *Curso de linguística geral*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

100 Cf. REIS, João Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1992.

O estruturalismo também afetou a história. Em seu livro *Pensamento selvagem*¹⁰¹, Lévi-Strauss faz duras críticas à ausência de um método consistente na produção do conhecimento histórico. Apesar de a historiografia ocidental ter, desde o período do *entregueras*, feito críticas às práticas historiográficas ortodoxas do século 19, e também ter tido uma abertura ao diálogo com outros conhecimentos, na prática a historiografia continuava com seus vícios, como a crença no poder de explicação das narrativas. A História ainda se via como um conhecimento específico e científico, pouco preocupado com os debates correntes nas outras humanidades.

Esse fechamento se seguiu até meados dos anos 1960. Desde então, os historiadores tentaram aos poucos integrar e responder aos questionamentos epistemológicos que emergiam das outras áreas das humanidades. E esse debate se acirrou propriamente com a ascensão de uma nova corrente intelectual, o *pós-estruturalismo*.

PÓS-ESTRUTURALISMO, HERMENÊUTICA E VIRADA LINGÜÍSTICA

O *pós-estruturalismo* é o filho bastardo do *estruturalismo*. Os que integraram a tradição de pensamento herdeira de Saussure nunca admitiram que seu legado havia se transformado e se desintegrado em *pós-estruturalismo*. O termo *pós-estruturalismo* também nunca foi consensual entre os intelectuais, diferente do *estruturalismo*, e seus alegados integrantes nunca reivindicaram o título de *pós-estruturalistas*. É difícil precisar quando o termo *pós-estruturalismo* foi cunhado, mas certamente ele ganhou força com a classificação feita por Perry Anderson em seu livro *Nas trilhas do materialismo histórico*.¹⁰² Com o olhar de um historiador marxista sobre a repercus-

101 LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional: Edusp, 1970.

102 ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

são desses novos debates na historiografia, Perry Anderson classificou os herdeiros do estruturalismo como pós-estruturalistas. Seu livro é uma reflexão sobre os motivos do enfraquecimento do marxismo, enquanto matriz filosófica, entre os intelectuais da segunda metade do século XX. Perry Anderson nos indica que em todas as áreas de saber das humanidades, onde antes dominava o marxismo enquanto paradigma de pensamento, agora prosperava o estruturalismo e sua ingrata continuação, o *pós-estruturalismo*.

Mas em que medida o pós-estruturalismo se diferencia do estruturalismo? Como explicado anteriormente, o estruturalismo entende que a chave principal para a compreensão humana é a estrutura linguística. Ou seja, se é possível perceber uma estrutura geral que determina o funcionamento linguístico, é possível também compreender objetivamente e através da semiótica as sociedades humanas. Essa centralidade da *linguagem* como eixo fundamental de compreensão do mundo é a principal característica do pensamento estruturalista. O pós-estruturalismo é a radicalização desse aspecto. Para o pós-estruturalismo, a linguagem continua sendo o elemento central para compreensão das coisas, mas ao mesmo tempo ela não tem essa estrutura vislumbrada pelos estruturalistas, na verdade ela é desestruturada e idiossincrática. Essa radicalização que vai além das conclusões de Saussure é o que agrava os questionamentos nas Humanidades.

É difícil elencar os principais intelectuais do pós-estruturalismo em virtude das questões explicadas anteriormente. No entanto, três intelectuais, principalmente, são associados ao termo pós-estruturalismo. O primeiro deles é o filósofo e linguista Jacques Derrida, que pensou e agravou os fundamentos linguísticos estruturalistas. Outro intelectual indissociável do pós-estruturalismo é o filósofo Michel Foucault e sua reflexão sobre o poder como estruturador do conhecimento também através da linguagem. Por fim, temos o filósofo Jean-François Lyotard com sua interpretação sobre a falência das metanarrativas.

A contribuição de Derrida para o debate pós-estruturalista é a radicalização da tese da centralidade linguística nos fenômenos humanos. Para Derrida, é só por meio da linguagem que se pode tentar compreender as coisas. O mundo e as coisas só existem para o intelectual na dimensão linguística. Com essa premissa, Derrida coloca em questão grande parte das conclusões intelectuais modernas, inclusive as interpretações históricas que partem do princípio de que existe uma realidade material para além do texto nas fontes históricas.¹⁰³

Em Michel Foucault reside outra dimensão do agravamento da crítica sobre o conhecimento humano. Segundo esse autor, o paradigma de conhecimento científico, ou seja, o *status* das coisas como verdade, nas humanidades, é uma atitude legitimada primeiramente em função do poder e não em função de seus hipotéticos pressupostos científicos. Isso quer dizer que, em última instância, todo conhecimento é uma expressão de poder e uma forma de discurso. Para Foucault a ciência está para a modernidade assim como a religião está para a Idade Média. Dessa maneira, é então possível colocar em xeque as bases do conhecimento científico e erodir o argumento de produção da verdade constituída pela linguagem.¹⁰⁴

A questão acerca das metanarrativas é a terceira face da crítica pós-estruturalista. Mas o que são metanarrativas? Metanarrativa é um conceito produzido por Lyotard para definir e explicar a mecânica das *filosofias da história*. Para Lyotard, a narrativa histórica sempre conteve de maneira velada uma metanarrativa. Os estudos históricos modernos sempre pressupõem uma metanarrativa, que nada mais é que uma perspectiva teleo-

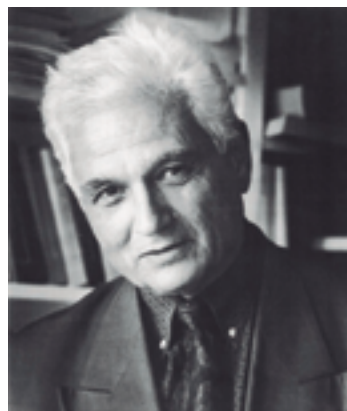


FIGURA 5: Derrida.

103 Cf. DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

104 FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

lógica do funcionamento da história, ou seja, *uma narrativa que a partir do passado antecipa o futuro*. No entanto, Lyotard alerta para o ceticismo com as metanarrativas e suas leis de funcionamento da história entre os intelectuais na segunda metade do século XX. Historiadores e outros intelectuais cada vez mais duvidaram do poder explicativo das metanarrativas. Esse acontecimento foi definido por Lyotard como a *falência* das metanarrativas.¹⁰⁵

É perceptível o impacto da filosofia francesa e suas reflexões nos estudos históricos que se seguiram após os anos 1960. Mas não foi só a filosofia francesa que impactou o debate sobre a linguagem. A filosofia anglo-saxã também produziu uma concepção própria de linguagem e seu funcionamento. Ludwig Wittgenstein¹⁰⁶ e John Austin¹⁰⁷ pensaram a pragmática linguística e desenvolveram a teoria dos *atos da fala*. Essa teoria que encontrou na linguagem a expressão das ações dos indivíduos que produzem enunciados foi também uma corrente que influenciou essa virada das humanidades, em direção à centralidade da linguística.

A tradição alemã de filosofia também deu sua contribuição à centralização da linguagem nas humanidades. O filósofo alemão Hans-Georg Gadamer publicou em 1960 o livro *Verdade e*

¹⁰⁵ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

¹⁰⁶ Ludwig Josef Johann Wittgenstein (1889-1951), austríaco naturalizado britânico, foi um pensador da modernidade, filósofo da matemática, integrante do Círculo de Viena e contribuiu para a renovação da Lógica na década de 1920, sendo considerado um dos pais da filosofia analítica.

¹⁰⁷ Intelectual inglês (1911-1960) é considerado o filósofo da linguagem responsável pelo desenvolvimento de uma grande parte da atual teoria dos atos de discurso. Filiado à linha da Filosofia Analítica, interessou-se pelo problema do sentido em filosofia e foi o principal discípulo de Ludwig Wittgenstein. A língua é analisada, por Austin, no seio do seu uso e, nomeadamente, nas relações sociais, das quais ela emerge e nas quais se modifica.

*método*¹⁰⁸ no qual faz uma leitura e sistematiza a hermenêutica como ferramenta de pesquisa. A hermenêutica não é uma novidade, ela está presente no trabalho do historiador desde o século XVIII. Mas o trabalho de Gadamer a atualiza e também traz o estudo narrativo como centro para qualquer pesquisa intelectual. A hermenêutica se torna então o acesso universal para a narrativa em Gadamer.

A *virada linguística* se tornou talvez o principal evento na história das ideias do século XX. Ela consiste exatamente nesse processo que foi aos poucos se tornando hegemônico. Rapidamente, os intelectuais se viram reféns dos limites impostos pela linguagem. A História, juntamente com os outros conhecimentos, não passaria imune aos desdobramentos linguísticos que emanavam da filosofia. Ao mesmo tempo em que se desenvolviam os debates filosóficos, a História ainda insistia em seu isolamento epistemológico, evitando a qualquer custo debater as questões e problemas da linguagem na produção do conhecimento. Mas, para desassossego dos historiadores, as coisas não ficaram assim.

CRISE NA HISTÓRIA E PÓS-MODERNIDADE

Os anos 1960 foram o início de uma série de debates entre historiadores sobre o *status* epistemológico da disciplina. A primeira consequência da reflexão feita pelos filósofos e relatada no tópico anterior foi o ceticismo com a cientificidade do conhecimento histórico. Paul Veyne é o historiador que vai abrir esse processo. Em 1970 ele publica o livro *Como se escreve a história*.¹⁰⁹ Nesse livro, munido da reflexão de Foucault, Veyne questiona a cientifi-

108 GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 6. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2005.

109 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1983.

cidade da história e problematiza a epistemologia da produção do conhecimento histórico.

Em 1973, Hayden White publicou seu livro icônico chamado *Meta-história*,¹¹⁰ no qual propõe que o estudo da história deve ser compreendido como o estudo das formas narrativas e não dos conteúdos propostos pelos historiadores. Esse livro aprofunda de vez o que podemos entender como *crise na história* e foi ele que refigurou o entendimento do que é a teoria da história e também historiografia. Antes de sua publicação, a ideia de teoria da história estava ligada apenas à história como ciência social. A teoria da história era a forma de problematizar as concepções sociológicas e seus desdobramentos na compreensão dos movimentos históricos. A partir da publicação da obra de White, não seria mais possível um consenso sobre esse papel e lugar da teoria da história; ela acabaria mais sofisticada e também alcançaria um grau de importância nunca antes considerado pelos historiadores. White demonstrou que, ao lado da dimensão da pesquisa, da análise dos dados, há o elemento textual, o artefato literário que é a narrativa



FIGURA 6:
H. White.

¹¹⁰ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

construída pelos historiadores, que, segundo ele, revela determinados padrões figurativos ou estilísticos. Esse elemento pré-figurativo e estrutural até então era desconsiderado pela maior parte dos historiadores. Revelar esse caráter ficcional de toda produção historiográfica, que em seu bojo traz aspectos retóricos e também o peso da imaginação, foi um golpe que gerou fortes reações.

O filósofo e crítico literário Roland Barthes foi outro intelectual que agravou a crise na história. Em seu livro *O rumor da língua*¹¹¹, Barthes questiona a ideia dos historiadores de estarem descrevendo a realidade quando criam narrativas, e vai além, ao duvidar profundamente da certeza historiográfica de estar lidando com o acesso à realidade do passado através de fontes escritas. O ceticismo é o que dá o tom da reflexão de Barthes. O autor procura demonstrar que o artefato literário produzido pelos historiadores tem mais ficção do que supõem ou têm capacidade de controlar. Os efeitos do discurso são também ingredientes que não poderiam ser desprezados, em suas ambições e em suas restrições.

Outro intelectual que ajudou a aprofundar o debate sobre a epistemologia da história foi o filósofo e historiador Paul Ricoeur em sua obra monumental chamada *Tempo e narrativa*.¹¹² Tal trilogia de livros é um debate sobre como exatamente a temporalidade afeta a narrativa histórica. O que fica evidente na obra de Ricoeur é que a temporalidade influencia os modos de narrar e essa dimensão temporal da narrativa não pode ser ignorada. Sendo assim, as análises historiográficas devem considerar as especificidades narrativas e temporais com as quais se defrontam. Essa inserção da problemática da temporalidade na narrativa histórica coloca ainda mais em dúvida a autoimagem dos historiadores e suas narrativas, pois evidencia a ausência de refle-

111 ARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Ed. 70, 1984.

112 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1995.

xão sobre a temporalidade nas narrativas, salvo exceções como Braudel e Koselleck.¹¹³

O livro *A história repensada*¹¹⁴, do historiador inglês Keith Jenkins, é outro capítulo da crise na história. Em seu pequeno ensaio, Jenkins desconstrói mitos que ainda persistiam entre historiadores no início dos anos 1990. O autor aponta a permanência de crenças historiográficas originadas no século XIX no discurso da História. Tais crenças eram a fé na veracidade das narrativas, a não problematização correta das fontes e a fé tardia na verdade científica do conhecimento histórico. Jenkins também questiona os modelos anunciados como *novidades* da história social. Esses modelos que tinham como matrizes filosofias da história do século XIX, tais como a escola metódica ou científica francesa e o marxismo. Em certa medida Jenkins denuncia a permanência da fé velada nas metanarrativas por parte dos historiadores e falta de disposição para debater, além da rejeição ao debate.

Três outros historiadores contribuem significativamente para aprofundar o debate sobre a crise na história. O primeiro deles é Roger Chartier, com seu pensamento sobre a ideia de representações. Chartier propôs a história apenas como representação, ou seja, não sendo mais um reflexo ideal do passado, mas apenas sua representação.¹¹⁵ O historiador holandês Frank Ankersmit também debateu a representação, mas, diferentemente de Chartier, sugeriu uma concepção menos otimista das representações questionan-

113 Fernand Braudel problematizou e propôs uma teoria geral da temporalidade histórica, e Koselleck imaginou a história sempre como uma expressão narrativa de como o homem entende o funcionamento do tempo na história.

114 JENKINS, Keith. *A história repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

115 CHARTIER, R. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra J. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

do a história como uma representação possível da realidade.¹¹⁶ Por fim, o historiador Alun Munslow, que propôs uma aceitação radical da história como um modelo de narrativa literária – ainda que com especificidades –, mas apenas como um modelo literário. Munslow está propondo a desconstrução da própria concepção moderna de história.¹¹⁷

A ideia de crise foi coroada na virada da década de 1980 para a década de 1990. Nesse momento, quando ruía o Estado soviético e, com ele, boa parte da dimensão política real do marxismo, também se anunciava o fim da modernidade. Que ideia era essa? A princípio os intelectuais se viam até os anos 1980 como habitantes da modernidade. E esta se caracteriza como um momento histórico quando a ciência é produtora de verdade e também quando o homem se vê como agente ativo no processo histórico, ou seja, o homem acredita que pode narrar a história bem como fazê-la e transformá-la.

Em consequência de toda a reflexão filosófica acumulada desde o estruturalismo, passando pelo pós-estruturalismo e chegando à pragmática linguística, os intelectuais começaram a perceber que as premissas que caracterizavam a modernidade já não existiam. A ciência não era mais capaz de produzir verdades, assim como o homem percebia que a história e sua dinâmica escapavam; portanto, não era mais possível narrar nem fazer a história. Tratava-se de um momento radicalmente diferente do moderno, por isso foi chamado pós-modernidade.

116 ANKERSMIT, Frank R. Historicismo. Pós-Modernismo e Historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-112.

117 MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Petropólis: Vozes, 2009.

CONSEQUÊNCIAS DE UMA TEMPORALIDADE PÓS-MODERNA

Nesse cenário, a possibilidade da dissolução completa da História começou a se tornar uma ameaça verdadeira e os historiadores se assustaram com o caminho que as coisas estavam seguindo. O fechamento da filosofia, de alguma maneira, contribuiu para tornar o processo mais agudo, pois em geral os historiadores ignoravam as críticas e, por conseguinte, não as respondiam. De maneira vagarosa o corpo teórico da história produziu respostas, ainda que indiretas à crise.

A primeira dessas respostas indiretas foi a *história dos conceitos*. Nascida em meados dos anos 1970 e idealizada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, a história dos conceitos é um exercício de semântica na pesquisa histórica. O ponto de partida do método da história dos conceitos é a pesquisa circunscrita a um conceito, sempre com ênfase em sua dimensão semântica e como esse conceito se transforma com o tempo. A centralidade linguística, aqui, é de alguma maneira contemplada, ainda que essa opção filosófica não esteja clara no projeto metodológico da história dos



FIGURA 7:
R. Koselleck.

conceitos.¹¹⁸ Em alguma medida a história dos conceitos é um desdobramento do trabalho de Gadamer.

O cenário historiográfico anglo-saxão é o que mais se abriu à crítica imposta pela virada linguística. O historiador Quentin Skinner propôs a história das ideias como uma forma de lidar com a dimensão linguística.¹¹⁹ A reabilitação da retórica como objeto e o uso da teoria dos atos da fala é uma tentativa de resposta ao problema linguístico, ainda que executado de maneira tímida e conservadora, mas que recebeu contribuições efetivas com Dominick LaCapra¹²⁰ ou Chaïm Perelman¹²¹.



FIGURA 8:
Quentin Skinner

118 KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

119 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

120 CF. LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history; texts, contexts, language*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

121 PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

A historiografia francesa foi a que mais resistiu às mudanças. Apesar de a maioria da reflexão linguística e filosófica ser de matriz francesa, a historiografia local não reagiu bem ao debate. Nos anos 1970, a ascensão da história das mentalidades, capitaneada pelo historiador Jacques Le Goff foi uma tentativa tardia de responder ainda às críticas do estruturalismo de Lévi-Strauss. Paralelamente se produziu na França um avanço nos estudos sobre memória. A história oral despontou como um campo historiográfico, no momento em que o saber histórico estava em xeque. Ao que parece, quando do maior questionamento sobre a veracidade histórica, os historiadores mais conservadores se refugiaram, metodologicamente, na história oral. É como se ainda tivessem esperanças na busca da *verdade* histórica e isso fosse possível de acontecer na história oral, que lida com fontes testemunhais e entrevistas. Contudo, percebeu-se rapidamente que memória não é o passado e tampouco é história – apesar de haver algum exagero nas narrativas oriundas da prática da história oral quanto a esse aspecto.¹²²

O debate historiográfico nos anos 1990 tentou conduzir as questões em seus próprios termos para não se sujeitar à dinâmica do debate filosófico. De fato, os caminhos complexos da produção, reprodução e constante atualização da memória produziram muitas reflexões originais a partir dos anos 1960, entre elas a questão dos lugares de memória e de seus efeitos na construção e desconstrução de verdades estabelecidas. Igualmente importante foi o surgimento de teses revisionistas que colocaram em questão o Holocausto e produziram uma forte reação na França, capitaneada por Pierre Vidal-Naquet, que, em *Assassinos da Memória*¹²³ coloca o imperativo não somente do direto, como do *dever de memória*. Tinha início um debate ainda hoje forte no campo da história, sobre o papel e

122 FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

123 VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória*. Campinas: Papirus, 1988.

a obrigação de recordar. Para o Estado ou para os grupos sociais, a memória se transformaria, com o dever de memória, em uma arma tão letal quanto a própria história. Aliás, o uso da memória em alguns tipos de estudos começou a tomar o próprio lugar da história na condição de um saber válido e mais próximo do real. Somente recentemente o esquecimento e sua necessidade voltaram a tomar lugar no rol desses estudos, sobretudo a partir das reflexões de Paul Ricoeur.¹²⁴

Um dos efeitos interessantes na historiografia foi a *virada ética*. Os historiadores se agitaram sobre temas polêmicos, como a revolução francesa, a revolução russa, o holocausto, as ditaduras militares, etc. Esses temas nunca estiveram tão em voga quanto atualmente. A preocupação se tornou cada vez maior com a *ética* por trás de tais debates. Até que ponto é possível falar do holocausto sem chorar as vítimas? Como é possível ler as ditaduras militares sem endossar a condenação sumária e sem reflexão dos atores históricos envolvidos? A questão ética foi levantada como uma reação à questão estética, ou seja, a questão da forma.

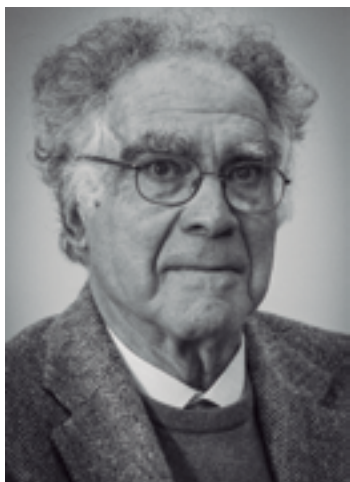
De fato, uma das características evidentes da temporalidade pós-moderna é o avanço da problemática estética ou das formas. A própria virada linguística é uma expressão dessa característica. As Humanidades se deslocaram cada vez mais em direção aos dilemas estéticos, as formas da narrativa, as formas do texto, da linguagem. Ou seja, uma das características da temporalidade pós-moderna é a *estetização das coisas*.

Outra característica é a *possibilidade de relativizar* as coisas. O ato de relativização não é novidade na historiografia. Ele está presente há muito tempo. O que mudou são os critérios para validar a relativização. Na pós-modernidade é possível relativizar as coisas sem a necessidade de um método para legitimar a relativização. A

124 Cf. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

própria ideia de método histórico ruiu com o ceticismo sobre os resultados que esses métodos anunciavam. Não se trata, porém, de um relativismo selvagem, sem regras. Apenas ficou possível questionar coisas, antes inquestionáveis. Por exemplo: a sociedade é dividida entre classes? Se sim, como e quando? Há rastros?

A micro-história proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg é uma das possibilidades que surgiram como reação ao avanço da virada linguística nos estudos históricos. Ginzburg propõe um abandono da concepção científica *newtoniana* – que é mais ortodoxa – em função de uma concepção científica *galileana* – menos ortodoxa e mais próxima do trabalho do historiador. A objetividade do estudo da história permaneceria, mas estaria modificada e mais leve. Reduzir a escala de análise trouxe de volta aos historiadores a questão da cultura popular, mas sobretudo da dinâmica e da autonomia dos indivíduos em face das coletividades. A abordagem hermenêutica de Ginzburg procura reencontrar os sentimentos e as sensibilidades para a história, com narrativas envolventes que prendessem os leitores.¹²⁵



Cabe ainda destacar duas características fundamentais da temporalidade pós-moderna que afetam diretamente o trabalho do historiador. A primeira delas é a *expansão do conceito de fonte histórica*. Para além da iconografia, já tradicional, e dos documentos não oficiais, a história agora conta com um arsenal de fontes antes tidas como irrelevantes: desenho animado, história em quadrinhos, poesia, literatura, cinema, música, etc. A segunda característica é o *questionamento do cânone*. Atualmente, não necessariamente, uma pesquisa se legitima pelo peso da bibliografia

FIGURA 9: Carlo Ginzburg.

125 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

teórica. Não só os clássicos devem ser considerados, de forma que trabalhos sem muita repercussão teórica são aceitos como referência para a pesquisa.

CONCLUSÃO: UMA NOVA TEMPORALIDADE

Como visto neste capítulo, a forma de compreender o mundo se alterou na temporalidade pós-moderna. Dessa maneira, a própria forma de se fazer e se aprender com a história se alterou. Uma dessas mudanças, e talvez a mais fundamental, foi a alteração da percepção sobre o tempo.

Durante a Idade Média também havia uma temporalidade específica. O tempo do homem medieval é o tempo da Bíblia. O tempo bíblico é o tempo de Deus e não do homem. De forma que a História já está narrada no livro sagrado. O passado já está lá, bem como o futuro. A História não pode ser narrada, pois já foi e, portanto, não pode também ser transformada, pois o futuro já está previsto. Qual é o papel da história então? A História deve ser um estudo das boas ações no mundo e assim os homens devem aprender com as boas ações para não repetirem os erros do passado. Porém isso não altera o curso da história, que já está relatada e prevista.

A modernidade rompeu com isso. Ela permitiu ao homem a narrativa da história e a expectativa de transformar o futuro. Mas para isso era necessário entender as leis de funcionamento da história, pois, já que elas não pertenciam mais a Deus, elas deviam então ser descobertas pelos homens, para, assim, utilizá-las em proveito do futuro e poder mudar o rumo das coisas. O futuro era um futuro bom, justo e transformado pelo homem.

A pós-modernidade encarna o ceticismo quanto a esses dois modelos. O homem não mais acredita na sua narrativa, nem na sua capacidade de transformação do mundo. O homem também não é mais otimista com o futuro, que se tornou o lugar da incer-

teza. Portanto, a reflexão histórica está modificada radicalmente. Ainda assim, não significa o fim do conhecimento histórico. Significa, sim, o fim da História como matriz disciplinar e com método único. Todavia, o conhecimento histórico continuará sendo produzido. Por historiadores ou não. A especulação historiográfica permanece na aridez intelectual da pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1994.
- ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-112.
- ARAÚJO, Vânia Maria R. Hermes; FREIRE, Isa Maria. A rede Internet como canal de comunicação, na perspectiva da Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 8, n. 2, p. 45-55, maio-ago. 1996.
- ARIÈS, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- AROSTEGUI, Julio. Explicação e representação na história. In: A PESQUISA histórica. Bauru: Edusc, 2005.
- BARRAL, Welber. *Metodologia da pesquisa jurídica*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boitex, 2003.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BARROS, J. D. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/ PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BARROS, J. D. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, José D. *O projeto de pesquisa em história*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARROS, José d'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2011. v. IV: Acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BEAUD, Michel. *Arte da tese*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 184p.
- BENATTE, Antônio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. *Revista História em Reflexão*. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/historiaemreflexao_ed1/antropologia.pdf?PHPSESSID=456defffb0a850c46bd073be760feb9b>. Acesso em: 13 nov. 2008.
- BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BERNHEIM, E. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona: Labor, 1937.

- BLANKE, H. W. Para uma Nova História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BOBBIO, N. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Polis, 1988.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil. In: MOISÉS, Leila P. *Do positivismo à desconstrução*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1987.
- BRAD, Hill. *Pesquisa na internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1991.
- BURKE, P. *O que é História Cultural?* Tradução de Sérgio Gomes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1990.
- CAIRE-CABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauru: Edusc, 2004.
- CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- CARBONELL, C. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987.
- CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.
- CARDOSO, Ciro F. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- CHARTIER, R. *A História cultural: entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra J. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CHLADENIUS, J. M. *Princípios gerais da ciência histórica*. Campinas: Unicamp, 2013. [1. ed.: 1752].
- CHRISTOVÃO, Heloisa Tardim. Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 3-36, 1979.
- CÍCERO. *Tratado das Leis*. Tradução de Marino Kuri. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2004.
- COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.
- DEMO, Pedro. *Pesquisa e construção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- DETIENNE, M. *A Invenção da Mitologia*. Tradução de André Telles e Gilza M. S. da Gama. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1998.
- DILMANN, M. "REIS, José Carlos. História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006" (Resenha). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul.-dez. 2006.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Edunesp, 2000.
- DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1999.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru: Edusc, 2003. p. 127.
- DROYSEN, Johann G. *Manual de teoria da História*. Trad. Julio Bentivoglio e Sara Baldus. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 170p.
- ESTRELA, Carlos. *Metodologia científica: ensino e pesquisa em odontologia*. São Paulo: Artes Médicas, 2001.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *A História Econômica: Balanço e Perspectivas Recentes*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- FREITAS, Marcos (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1996.
- FUNARI, P. P.; SILVA, G. J. da. *Teoria da História*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Tudo é História; 153)

- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 6. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2005.
- GALLIANO, Guilherme A. *O Método Científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1979. 200p.
- GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. *Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos*. São Paulo: Atlas, 1998.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.
- GAY, Peter. *O estilo na história*. Gibson, Ranke, Macaulay e Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUMBRECHT, H. U. *Em 1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARTOG, F. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- HARTOG, F. *Regimes d'historicité. Presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- HAZARD, P. *Crise da consciência européia*. Lisboa: Cosmos, 1974.
- HEIDE, Ann, STILBORNE, Linda. *Guia do professor para a Internet: completo e fácil*. Trad. Edson Furmankiewz. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.
- HUMBOLDT, W. von. A tarefa dos historiadores. In: MARTINS, E.C.R. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

- HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- JENKINS, K. *A história repensada*. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2004.
- JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV.
- KOMLOS, J.; EDDIE, S. *Selected cliometric studies*. Stuttgart: Franz Steiner, 1997.
- KOSELLECK, R. E; GADAMER, H-G. *História y hermenêutica*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- KOSELLECK, R. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. São Paulo: Autêntica, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history; texts, contexts, language*. 2. ed., Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou, Povoado Occitânico de 1294 a 1324*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. Problema e problemática. In: A CONSTRUÇÃO do saber. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- LE GOFF, Jacques. História nova. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LE GOFF, Jacques. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. São Paulo: Nacional: Edusp, 1970.
- LOPES, F. H. A História em Xequê: Michel Foucault e Hayden White. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. O. (Orgs.). Narrar o Passado, Repensar a História. Campinas: Unicamp, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MALERBA, J. (Org.). A História Escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALERBA, Jurandir. Lições de história 2. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- MALERBA, Jurandir. Lições de história. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- MARROU, Henri-I. Do conhecimento histórico. Lisboa: Aster, [s.d.].
- MARTINS, E. C. R. A história pensada. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, Estevão de Rezende. História. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_historia.html>. Acesso em: 18 out. 2008.
- MARX, Karl. Grundrisse. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- MÁTтар NETO, João Augusto. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2002.

- MAYOS, Gonçal. Ilustración y Romanticismo: introducción a la polémica entre Kant y Herder. Barcelona: Herder, 2004.
- MEIER, Christian et al. O conceito de história. São Paulo: Autêntica, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOISÉS, Leila P. Do positivismo à desconstrução. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOMIGLIANO, A. As raízes clássicas da historiografia moderna. Tradução de Maria Beatriz B. Florenzano. Bauru: Edusc, 2004. (Coleção História).
- MUNSLOW, Alun. Desconstruindo a História. Petrópolis, Vozes, 2009.
- NIEBUHR, B. Römische Geschichte (História Romana). Berlin: [s.n.], 1811-1812. 2v.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- PINSKY, Carla B. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 1993.
- PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. São Paulo: Autêntica, 2008.
- RAGO, M. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. Tradução de Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.
- RAGO, M. Estudo reavalia rumo da Escola dos Annales. O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 jun. 2000, Caderno D2.
- RAGO, M. O Efeito-Foucault na Historiografia Brasileira. Tempo Social, São Paulo, v. 7, n. 1-2, out. 1998.
- RANGEL, M. M. Algumas reflexões sobre a ciência histórica a partir de Hans Ulrich Gumbrecht. Revista Pontes, n. 20, 2010.

- REIS, J. C. História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003
- REIS, João Carlos. A história entre a filosofia e a ciência. São Paulo: Ática, 1992.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1997. 3 v.
- RÖHL, Ruth; HEISE, Eloá. História da literatura alemã. São Paulo: Ática, 1989.
- RÜSEN, Jörn. História Viva. Brasília: UnB, 2010.
- RÜSEN, Jörn. Metodologia. In: RECONSTRUÇÃO do passado. Brasília: UnB, 2007.
- RÜSEN, Jörn. Razão histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. S. T. O trabalho com o documento. In: HISTÓRIA e documento e metodologia de pesquisa. São Paulo: Autêntica, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand de et al. Curso de linguística geral. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SCHLESENER, A. Revolução e cultura em Gramsci. Curitiba: UFPR, 2002.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. (Orgs.). Dicionário de Conceitos Históricos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Tradução de Mario da Gama Kury. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- UFES. Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos na UFES. Vitória: Edufes, 2005.
- VERNANT, J. As origens do pensamento grego. Tradução de Isis B. B. da Fonseca. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- VEYNE, P. O inventário das diferenças: história e sociologia. Tradução de Sônia Aquino. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Ed. 70, 1983
- VIDAL-NAQUET. Pierre. Os Assassinos da Memória. Campinas: Papyrus, 1988.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. Os passos da pesquisa. In: A PESQUISA em história. São Paulo: Ática, 1989.
- VILAR, P. História marxista, história em construção. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- VOLTAIRE. História. Dicionário filosófico. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Coleção Os pensadores)
- WHITE, H. Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio C. F. Neto. São Paulo: USP, 1994. (Coleção Ensaios de Cultura)
- WHITE, Hayden V. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.



**Laboratório
de Design Instrucional**

TIPOGRAFIA Milo Pro e Milo Serif Pro, projetadas
por Michael Abbink e Paul Van Der Laan

CAPA papel supremo 300g/m²

MIOLO papel Offset 90g/m²

IMPRESSÃO xxxxxxxxxxxx

Julio Bentivoglio

Doutor em História Econômica pela USP, professor na graduação e na pós-graduação em História na UFES. Membro dos laboratórios de pesquisa LHPL-UFES, LabTeo-USP, e LEMM-UFES. Organizou várias traduções e publicações de vários teóricos da história alemães como Chladenius, Droysen e Gervinus pelas editoras Vozes e Unicamp; além de livros sobre Brasil Império e História Urbana.

Patrícia Merlo

Doutora em História Social pela UFRJ, é professora da UFES, vinculada à graduação e ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História. Pertence ao Laboratório História, Poder e Linguagens (UFES). Possui dez livros publicados com foco em história do Espírito Santo. Atualmente desenvolve pesquisas sobre Modernidade Ibérica e Ideias Políticas.

ISBN:978-85-63765-22-2



www.neaad.ufes.br
(27) 4009 2208

